



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE**

Fábio Júnior da Luz Barros

**Memória, festa de Santo, território e alianças políticas: Uma etnografia do quilombo  
do Pratigi (BA)**

Porto Seguro – 2020

Fábio Júnior da Luz Barros

**Memória, festa de Santo, território e alianças políticas: Uma etnografia do quilombo do Pratigi (BA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) como requisito parcial e último para obtenção do título de Mestre em Estado e Sociedade.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Ana Carneiro Cerqueira

Porto Seguro – 2020

Fábio Júnior da Luz Barros

**Memória, festa de Santo, território e alianças políticas: Uma etnografia do quilombo do Pratigi (BA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) como requisito parcial e último para obtenção do título de Mestre em Estado e Sociedade.

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)  
Universidade Federal do Sul da Bahia – Sistema de Bibliotecas

B277m Barros, Fábio Júnior da Luz  
Memória, Festa de Santo, território e alianças políticas: uma  
etnografia do quilombo do Pratigi (BA). / Fábio Junior da Luz  
Barros. – Porto Seguro, 2021.  
187 f.

Orientadora: Ana Carneiro Cerqueira  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Sul da  
Bahia. Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade.  
Campus Sosígenes Costa.

1. Política. 2. Festa de Santo. 3. Santo Antônio. 4. Camamu, BA.  
5. Baixo Sul, BA. I. Cerqueira, Ana Carneiro. II. Título.

CDD – 306.4

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/ 1883



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE**

COMISSÃO DA BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE  
FÁBIO JÚNIOR DA LUZ BARROS

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Carneiro Cerqueira  
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Carolina Perutti  
Comissão Pró Índio

Prof. Dr.<sup>o</sup>. Pablo Antunha Barbosa  
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

A todos meus ancestrais, da África ao Prati e, em especial ao meu pai, Antônio Barros e a minha mãe,  
Maria Raimunda da Luz.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a estrutura ofertada pela UFSB, indispensável para a realização deste trabalho. Dirijo também meus agradecimentos à FAPESB, instituição que me auxiliou em toda esta trajetória com uma bolsa de estudos. A toda coordenação da associação quilombola do Pratigi; as coordenadoras da Igreja, a Antônio Júnior - CPP por toda informação me passada. A todos Professores (as) do PPPGES, os quais não posso deixar de figurar nesta seção por conta de todo apoio que me ofertaram, principalmente no primeiro ano do Mestrado (2019), muito carinho à equipe desse programa; além disso, posso sinalar o profissionalismo e competência, contributos necessários de todos para a realização da presente Dissertação. Agradeço aos integrantes da banca examinadora, Daniela Carolina Perutti, pelas dicas e atenção que me deu na qualificação da presente Dissertação; a Pablo Antunha Barbosa, pela gentileza e carinho com que sempre me tratou e com total profissionalismo, por último e não menos importante, minha orientadora, Ana Carneiro Cerqueira, que em todo meu processo sempre esteve presente com o máximo de profissionalismo, competência e, também mostrando muito carinho, principalmente nas horas difíceis, eu aprendi muito com você nesses dois anos, aprendi coisas que levarei por toda minha vida. Agradeço a todos os professores que eu estudei na vida, principalmente, a Maria Borges Assunção [que ela esteja em um bom lugar], ao Mestre Gilson, e digo com toda certeza que um pedaço de cada um (a) dos professores (as) que passei mora comigo. Acabado esses agradecimentos, mergulho na resenha baiana, de cara, vou logo mandando um abraço, um beijo e axé a meus amigos do Império Profano do Bar – IPBar: Nadson Vínicos do Santos (o dono do Bar) rsrs, esse trecho eu declaro está inspirado nos agradecimentos da sua Tese rsrs, quero aproveitar a deixa e agradecer pela correção do texto da presente Dissertação e por tudo que tem feito por mim, és um ser muito prestativo, pois mesmo ferido só precisa de uma espada e alguém para encostá-lo na parede e, assim, provavelmente, nenhum inimigo passará rsrs; agradeço também a Diego Pita e etc... Agora emergindo da resenha, agradeço a todos meus irmãos: Antônio, Jolival, Crispim, e especial a Roberto, a célio, a Paulo; e as minhas cunhas: Rosinalva e Maísa. Aos meus ancestrais: Maria dos Santos, Faustino, João, Filipe, Anjo, Santa, Laura e a todos da família Barros, observo que não colocarei

outros nomes relacionados aos Barros, porque são muitos e todos moram no meu coração e repousam na minha memória. Aos colegas que fiz em Porto Seguro: Jeremias, o qual não é o personagem da música faroeste caboclo, de Legião Urbana, a Lívia e toda a turma do PPGES -2019.1, todos estão guardados no meu coração. Agradeço aqueles com quem falo, brinco, discuto e escrevo eu, prazenteiramente, agradeço-lhes. Os que não constem neste texto, por certo está escrito em minha memória e no meu coração.



## EPÍGRAFE

### QUILOMBO PRATIGI

Preto Homem, Anjo Barro  
Atrevido à brabeza, à sabedoria  
Gandu pequeno se tornaria  
Para as estripulias de sua autoria.

Mas repara, me encara, quem diria  
Que em 1908, expulso de suas terras foi  
Jagunço o chuta, sem pano, sem boi  
Pra fundação do Pratigi logo depois.

Sim, quilombo Pratigi  
Camamu, Bahia, em seu Baixo Sul  
Cantinho de céu azul da cor de Ogum  
Montada em tramas, dramas, cena comum.

Aqui as lutas por terra  
São os picos da picardia  
Empresa Atual e Alfa, mineram areia  
Assoreiam mangues e rios ó, paí, que ousadia!

Como se já não bastasse um Cenor fazendeiro  
*Retirou* 30 (ha) do Pratigi, do Bambu as Piaçaveiras  
Bem como se necessitasse e fosse preciso  
Pôr a dignidade e vida dos meus em risco.

Ah! Desgraça de lei de terras  
Meu povo é a vaca que o branco ordenha  
Nosso sumo é nobre, navalham veias  
Não é nosso o chão que meu sangue semeia.

Autor: Fábio Barros; Ronald Alexandre

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

- ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitória
- APAP – Associação de Pequenos Agricultores do Pratigi
- AQPAPP - Associação Quilombola de Pequenos Agricultores e pescadores do Pratigi
- AQPM-Associação Quilombola do Pratigi e Matapera
- ARQPM – Associação dos Remanescentes Quilombolas do Pratigi e Matapera
- BN – Banco do Nordeste
- CF- Constituição Federal
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONAQ- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- CPP- Conselho Pastoral dos Pescadores
- MNU – Movimento Negro Unificado
- SQSC - Sistema de Quilombos Sul de Camamuense

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Família do pesquisador.....	19
Figura 2. Localização da comunidade quilombola do Pratigi .....	21
Figura 3. Percurso dos Barros até chegar ao Pratigi.....	43
Figura 4 e 5. Representação da 1 <sup>a</sup> ,2 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup> geração dos Barros a tomar conta do Santo.....	44
Figura 6. Filhos de Anjo Barros e Santa – casal fundador.....	50
Figura 7. Família de Josefa.....	53
Figura 8. Família de Emília Barros.....	54
Figura 9. Família de Sebastião Barros.....	57
Figura 10. Representação do matrimônio de Valentina.....	75
Figura 11. Familiar de M <sup>a</sup> de Lurdes.....	86
Figura 12. Família de Lia.....	88
Figura 13. Família de Diana.....	91
Figura 14. Principais pontos da mineração de areia no Pratigi.....	151
Figura 15. Representação das comunidades participantes do circuito de festas.....	164

## LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1. Andor de N <sup>a</sup> Senhora sendo carregado pelas mulheres.....	94
Fotografia 2. O Santo Antônio original e a replica.....	95
Fotografia 3. Ordenamento do andor de N <sup>a</sup> Senhora e Santo Antônio na procissão da missa no Pratigi.....	97
Fotografia 4. A procissão de Santo Antonio.....	98
Fotografia 5. Imagem dentro e fora da Igreja no dia de festa.....	99
Fotografia 6. As mulheres dançando na Igreja em agradecimento as ofertas a Santo Antonio.....	111
Fotografia 7. Grupo musical tocando na missa de Santo Antônio.....	112
Figura 8. Josefa contando como foi povoado o Pratigi.....	153
Figura 9. Aurelino Barros relatando os problemas territoriais envolvendo o areal no Pratigi.....	158
Fotografia 10. Um dos pontos da extração de areia no território pratigiense.....	159

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Comunidades certificadas/tituladas em Camamu-BA.....	150
--	-----

**Resumo:** O tema deste estudo é a formação de um povo quilombola desde a chegada de seu fundador Anjo Barros, junto com sua família, na terra do Pratigi (Camamu-BA), até os dias de hoje. A vista disso, o objetivo deste trabalho é compreender o que constitui o povo do Pratigi; o que faz os pratigienses serem o que eles são e o que os mantém sendo o que eles são. Para tanto, esta dissertação buscou investigar três diferentes processos de formação coletiva que compõem o Pratigi e sua história. Começo analisando o percurso dos Barros até a chegada na terra pratigiense e o processo de inscrição das memórias dos antigos na paisagem territorial, como também as dinâmicas de divisões dessas terras em núcleos territoriais, sob a autoridade de Anjo Barros e após sua morte. Em seguida, observo como a festa do padroeiro Santo Antônio serve como fomentadora de alianças políticas entre os moradores do Pratigi e destes com atores externos, formando desse modo, um circuito de festas. Isto posto, intento analisar como esta festa define os diferentes lados, as alianças, as cisões, posicionamentos políticos, e como também fortalece uns enquanto enfraquece outros politicamente. Por fim, aborda-se a demanda pelo reconhecimento do território quilombola e as estratégias de defesa deste contra possíveis ameaças atuais tendo como um dos protagonistas políticos a Associação dos Remanescentes Quilombola do Pratigi e Matapera-ARQPM.

**Palavras Chave:** Política. Festa. Santo Antônio. Camamu – Bahia. Baixo -Sul.

**Abstract:** The theme of this study is the formation of a quilombola people since the arrival of its founder Anjo Barros, together with his family, in the land of Pratigi (Camamu-BA), until today. In view of this, the objective of this work is to understand what constitutes the people of Pratigi; what makes the pratigienses what they are and what keeps them being what they are. To this end, this dissertation sought to investigate three different collective formation processes that make up Pratigi and its history. I begin by analyzing the path of the Barros to the arrival in the land of Prigigi and the process of inscribing the memories of the ancients in the territorial landscape, as well as the dynamics of dividing these lands into territorial nuclei, under the authority of Anjo Barros and after his death. Then, I observe how the feast of the patron saint Santo Antônio serves as a promoter of political alliances between the residents of Pratigi and these with external actors, thus forming a circuit of parties. That said, I intend to analyze how this party defines different sides, alliances, divisions, political positions, and how it also strengthens some while weakening others politically. Finally, the demand for the recognition of quilombola territory and its defense strategies against possible current threats is addressed, having as one of the political protagonists the Association of Quilombola Remnants of Pratigi and Matapera-ARQPM.

**Keywords:** Policy. Party. Santo Antônio. Camamu - Bahia. Low -South.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A FUGA, O SANTO ANTÔNIO, A CHEGADA .....</b>	<b>35</b>
1.1 FUNDADORES ANCESTRAIS E UM TERRITÓRIO EM CONTÍNUA MOVIMENTAÇÃO.....	42
1.2 NÚCLEOS TERRITÓRIAS DO PRATIGI .....	48
1.2.1 O Aruá: a história da venda .....	50
1.2.2 Quigeme.....	52
1.2.3 Cobico.....	54
1.2.4 Cabo da Mula.....	54
1.2.5 Cajazeira / Cabana: unidade territorial da família Esplanada.....	58
1.3 MEMÓRIA TERRITORIAL.....	61
1.3.1 – Memória e respeito .....	61
1.3.2 – Memória e repetição .....	65
1.4 – A MORTE DE CENOR E A RETIRADA DAS 30 HECTARE DE TERRAS DO PRATIGI.....	68
1.5 A MORTE DE ANJO BARROS.....	72
1.6 A ORGANIZAÇÃO DAS TERRAS PRATIGIENSES: SEGUNDA GERAÇÃO .....	74
<b>CAPÍTULO 2 - A FESTA DE SANTO ANTÔNIO.....</b>	<b>78</b>
2.1 A PROMESSA A SANTO ANTÔNIO.....	79
2.2 - O SANTO ANTÔNIO NA MEMÓRIA PRATIGIENSE.....	81
2.3 - HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DA FESTA RELIGIOSA DO PRATIGI. ....	84
2.4 DETALHES POLÍTICOS E ORGANIZACIONAIS DA FESTA RELIGIOSA DEDICADA A SANTO ANTONIO NO QUILOMBO DO PRATIGI.....	91
2.5 - O SANTO ANTÔNIO E A POLÍTICA LOCAL.....	102
2.6 - A POLÍTICA ENTRE A FESTA DANÇANTE E A RELIGIOSA .....	107



2.7 - OS CABOS ELEITORAIS: DISPUTAS POLÍTICAS DENTRO DO PRATIGI .....	113
2.8 - A FESTA DANCANTE: ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO .....	118
2.9 - É PRECISO TER MORAL: A ORGANIZAÇÃO DA FESTA DANÇANTE DO PRATIGI.....	123
2.10 - DETALHES POLÍTICOS E ORGANIZACIONAIS DA FESTA DANCANTE .....	126
<b>CAPITULO 3 - A DESCOBERTA DO POVO PRATIGIENSE COMO QUILOMBOLA E SUAS LUTAS PARA PROTEÇÃO TERRITORIAL .....</b>	<b>130</b>
3.1 - HISTÓRIA DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIA E QUILOMBOLA DO PRATIGI .....	132
3.2 - A UNIÃO DE DUAS COMUNIDADES PARA CLAMAR POR SOCORRO .....	135
3.3 - A DESCOBERTA ÉTNICA COMO POVO QUILOMBOLA .....	138
3.4 A CERTIFICAÇÃO COMO QUILOMBO E OS ENTRAVES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS LOCAL - REGIONAL COM RELAÇÃO À TITULAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLA EM CAMAMU-BA.....	146
3.5 A MINERAÇÃO DE AREIA: AS LUTAS CONTRA O AVANÇO DO CAPITALISMO NAS TERRAS DO QUILOMBO DO PRATIGI .....	150
3.6 A LUTA CONTRA A MINERADORA KNAUF DO BRASIL .....	159
3.7 – HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PROTESTANTISMO NO PRATIGI .....	165
3.8 O PROTESTANTISMO E A TENTATIVA DE NÃO ACEITAÇÃO DO COBIQUIENSE COMO PARTE DO TERRITÓRIO PRATIGIENSE.....	171
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>174</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>178</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b><u>187</u></b>

Temos que ter muito orgulho e dar valor ao Pratigi por conta de toda luta do nosso povo (Elivalda Barros).

## INTRODUÇÃO

A frase que eu ouvi em quase todas as minhas conversas e entrevistas na comunidade quilombola do Pratigi foi a seguinte: “eu não sei direito porque eu não vi ele [Anjo Barro], não foi no meu tempo. Mas eu sempre via os meus mais velhos dizerem que ele chegou aqui junto com o povo dele e começou a povoar isso aqui [o Pratigi]”. Anjo Barros para os Pratigienses demarca a relação entre o esquecimento e o lembrado; Anjo Barros configura as memórias boas, da época “heroica” dos pratigienses. Esse ponto é essencial para “apontar os limites das suas lembranças, bem como delimita o que viram ou o que ouviram dizer” (MELLO, 2012, p.19), isso nos mostra que a relação tempo - espaço, quando se trata da memória, cai por terra, visto que esta pode ressurgir a qualquer momento. Conforme Mello (2012); Arruti (2006) e Halbwachs (2003): as memórias reaparecem quando há interesses, visto que elas sempre estão lá individualmente, mas constituídas a partir da coletividade. É por isso que mesmo não vendo ou estando presente no momento do acontecido, os pratigienses as contam, porque são passadas de geração para geração e serão usadas quando necessárias.

O objetivo desta pesquisa é compreender o que constitui o povo do Pratigi; o que faz os pratigienses serem o que são e o que os mantém sendo o que são. Pretendo, assim, mostrar, a partir da hipótese levantada, que todas as práticas e narrativas ocorridas no território do Pratigi são constituidoras da noção de identidade do seu povo e isso é o que significa e ressignifica o território.

Desde o fim da década de 2000, o Pratigi foi certificado como comunidade quilombola – ( ver apêndice 1) e assim alcançou uma nova condição, visto que segundo Arruti (2006, 1997); Mello (2012), Almeida (2008) e O’dwyer ( 1995) ser quilombola pós 1988 significaria sair de um processo puramente histórico e se tornar sujeito político e de direito; uma vez que essa certificação está ligada a autodefinição como grupo étnico que tem suas reivindicações dos direitos garantidos constitucionalmente a essa

coletividade com base no decreto 4.887/2003, (Art. 2º)<sup>1</sup> e no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal de 1988<sup>2</sup>. Sobre este ponto, Mello (2012) diz que esta é uma nova etapa na qual confere uma nova visibilidade política, jurídica e social a esse povo, perante o estado brasileiro.

Na comunidade de remanescentes de quilombolas do Pratigi, lócus da minha pesquisa, eu nasci e me criei; foi a partir da ótica dessa comunidade que eu comecei a ver o mundo e, em 2012, os horizontes se ampliaram quando entrei em contato com o espaço universitário, ingressando no curso de Geografia – Bacharelado da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Nessa época, eu já morava na sede municipal camamuense, só ia ao Pratigi para visitar meus familiares. Nesse momento, minha vida começou a se pautar mais relacionada ao espaço da universidade. Ao chegar o momento de apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC na graduação, optei pelo tema relacionado com o estudo do território da comunidade quilombola do Pratigi. Assim, ao longo do texto que segue, o “lugar de fala” desta dissertação às vezes oscila entre o acadêmico e o nativo. Desse modo, como observador e nativo ao mesmo tempo, pude conhecer melhor a história desse povo – que também é a minha história, visto que eu sou bisneto de Anjo Barros, tido pelos Pratigienses como fundador da comunidade quilombola do Pratigi; sou o filho do primeiro neto de Anjo Barros, Antônio Barros (ver figura 1). Meu pai ganhou esse nome em homenagem a Santo Antônio, como forma de pagamento de uma dada a Santo, mas o objeto de troca dessa promessa ninguém no Pratigi sabe qual foi.

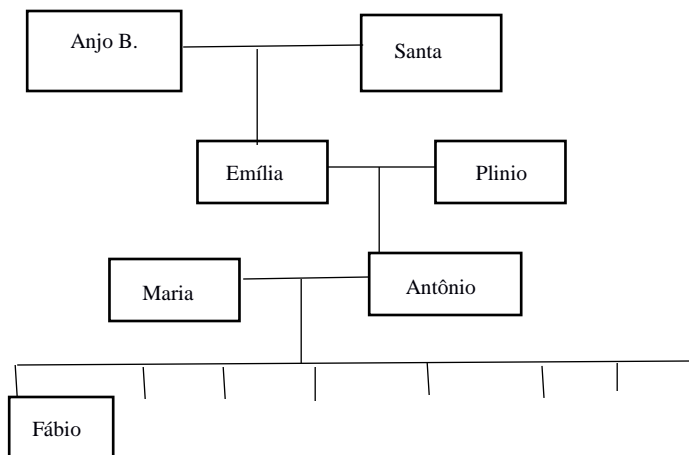
Figura 1 – Família do pesquisador<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Aos grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

<sup>2</sup> Nesse artigo reza que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

<sup>3</sup> Para melhor compreensão do texto foram feitas algumas figuras das árvores genealógicas das famílias citadas e colocadas ao longo do texto.



Meus pais tiveram nove filhos: Jolival, Crispim, Crispiniana, Leda, Antônio, Paulo, Célio e Roberto, não coloquei todos nessa árvore, porque meu intuito é que o leitor possa se orientar e saber a qual núcleo familiar eu pertencço no Pratigi.

Curioso com as memórias históricas dos pratigienses, em 2019, elaborei outro projeto de pesquisa, relacionado a mesma comunidade, o qual me guiou na investigação da presente Dissertação, cujo enfoque é mostrar que todas as práticas e narrativas relacionadas à memória e ao Santo Antônio são constituidoras do povo do Pratigi, ou seja, são essas relações que dão um toque inovador e singular ao território, fazendo este ser ressignificado a todo momento.

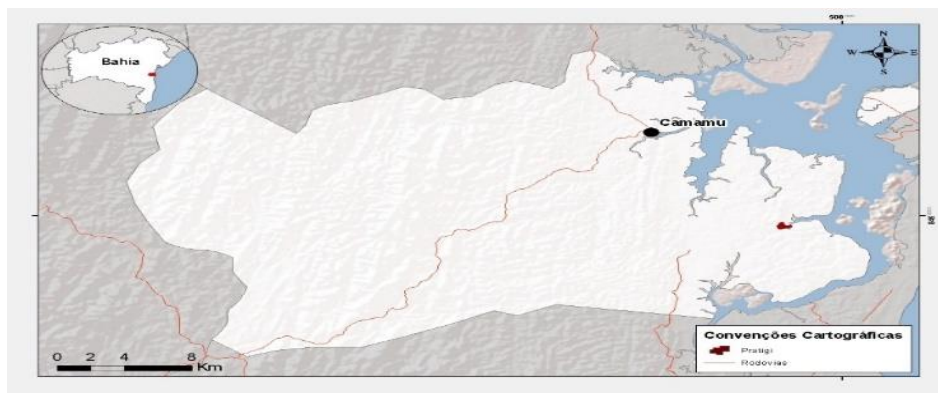
É a partir da memória desse povo, lócus do meu estudo, que busquei entender quais os alcances das memórias dos Barros de hoje com relação a sua ancestralidade e, percebi que existe um corte fractal entre o esquecido e o lembrado. O esquecido é a época da escravidão e o lembrado é quando os Barros em forma de peregrinação consegue se apoiar nas terras pratigienses e, desse modo, esses ancestrais devotos de Santo Antônio inserem suas memórias na paisagem do lugar, demarcando desse modo, as fronteiras geográficas do seu território com memórias e histórias relacionadas à sua família e, sobretudo, ao Santo, visto que a festa dedicada a este não só tem esse poder, mas tem a capacidade de transgredir as fronteiras do geográfico e se envolver em relações inter-comunitárias de amizade, matrimônio, compadrio e, sobretudo, relações políticas entre a comunitária e a política partidária camamuense.

Ao longo do texto usarei a fonte itálica para palavras referentes aos códigos sociais nativos e as palavras entre aspas para as que pressupõem duplo significado.

## O Pratigi

A comunidade quilombola do Pratigi está situada no município de Camamu, Baixo Sul da Bahia (ver figura 2); segundo o censo de 2010 feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, esse município comporta aproximadamente 35.316 habitantes<sup>4</sup>.

Figura 2 – Localização da comunidade quilombola do Pratigi



Fonte: Pesquisa de campo.

O Pratigi pode ser acessado tanto por via marítima quanto por meio terrestre. Por via marítima, o percurso de barco da sede de Camamu ao Pratigi pode durar até 3 horas. Esse trajeto se faz saindo de Camamu indo em direção ao município de Maraú; ao chegar próximo ao Distrito de Barcelos do Sul, entra em um ramal de rio à direita (rio do Pratigi), segue dez minutos com a maré estando cheia - dado que, de maré seca, o povoado só pode ser acessado a canoa - e então chega-se ao Pratigi.

Durante minhas pesquisas ou quando vou visitar meus parentes, sempre vou por via terrestre, e hoje, é a via mais utilizada por todos para ir ao Pratigi. Há uma linha de transportes alternativos que liga Camamu ao Pratigi, a qual sai do mercado de artesanato em Camamu – Centro, de hora em hora. Os pratigienses transportam nesses carros:

<sup>4</sup> Ver em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/camamu.html> >.

farinha, tempero verde, fertilizantes, adubos, máquinas de cortar mato, facão, redes e entre outros utensílios utilizados na roça e na pesca; por outro lado, eles trazem galinha, farinha, cacau, mariscos entre outros produtos, para vender na rua. É essa a forma de transporte terrestre que liga Camamu ao Pratigi. Hoje vários pratigienses já têm carro próprio, o que facilita a locomoção, visto que um dá carona ao outro ou cobra a passagem a preço negociado.

São cerca de 28 quilômetros da sede municipal até a Comunidade. Os primeiros 12 quilômetros são trafegados pela BA-001 saindo de Camamu em direção ao município de Itacaré; antes da Comunidade quilombola de Tapuia, pega a rodovia à esquerda, a qual liga ao Distrito de Barcelos do Sul. Nessa direção, percorre-se cerca de 6 quilômetros até chegar à comunidade quilombola de Pedra Rasa. Após passar por essa comunidade, é necessário transitar mais 5 quilômetros por uma estrada de chão, novamente à esquerda em direção a Cajaíba do Sul. Por essa estrada, trafega-se cerca de 3 quilômetros até se alcançar a casa de uma senhora chamada Gudu Conceição, já na parte da Cabana/Cajazeira, território já pratigiense, onde fica o bar Flor do Caribe. Ainda em direção à Cajaíba, vira-se à direita, desloca-se cerca de 02 quilômetros e, por fim, chega-se na sede quilombola do Pratigi.

O Pratigi, atualmente, tem aproximadamente 48 famílias que possuem estreita relação familiar e, sobretudo, de amizade, matrimônio e compadrio entre si. O povoamento deste, remonta do início do século XX, após a abolição do sistema escravocrata do Brasil, quando fugidos de um quilombo em Gandu, que havia sido destruído, Anjo Barros, Maria dos Santos e Faustino trabalharam em vários lugares até conseguirem comprar as terras do Pratigi, onde hoje vivem seus descendentes. Após a compra do Pratigi pelos Barros, vários indivíduos e famílias começaram a chegar para morar próximo aos pratigienses, formando assim, o que conhecemos hoje como território do Pratigi.

Os Barros, todo ano, fazem a festa dedicada a Santo Antônio, do dia 1º ao 13º dia do mês de junho. Essa festa é muito importante para a constituição do território pratigiense, uma vez que promove a circulação de pessoas. As festas de santo são maneiras pelas quais a geopolítica do território é discutida, gerando uma comunhão territorial, que enlaça as pessoas e contribui para a construção de alianças políticas.

A renda do Pratigi vem das seguintes atividades: pesca, mariscagem e roça, principalmente o cultivo de cacau, contudo, a maior base econômica está ligada a aposentadoria rural; desse modo, os idosos são peças fundamentais para continuação dos Barros nas terras pratigienses. Em estudo sobre os quilombos em Cambará, Mello (2012, p.23) menciona que estes “asseguram a posse da terra permanecendo no local enquanto outros parentes vivem em centros urbanos”. No Pratigi, se faz a mesma coisa, hoje a maioria da população do Pratigi é de idosos e aposentados rurais, sobretudo no Centro do quilombo. No Pratigi, as migrações, sobretudo entre 1960 – 1990, se davam em direção aos grandes centros urbanos brasileiros, recentemente, os jovens entre 14 – 24 preferem as comunidades ribeirinhas próximas que sobrevivem do turismo. Embora muitas pessoas saiam e não retornem mais para o Pratigi, esse deslocamento não é necessariamente de toda a família. E, ainda que se mude todo o núcleo familiar, esses continuam, na maioria das vezes, casando com parceiros nativos do Sistema de Quilombos Sul Camamu - SQSC. Isso ocorre inclusive nos grandes centros urbanos. (Irei chamar aqui nesse trabalho de SQSC, os quilombolas que integram a parte Sul de Camamu e que mais interagem entre si, conforme mostrarei. São eles: Pratigi, Pedra Rasa, Tapuia, Garcia e Porto do campo. O SQSC corresponde a 50% dos quilombos certificados ou titulados de Camamu, que segundo os dados da Fundação Cultural Palmares soma-se 10 – (ver no quadro I).

Em meio a todas essas relações, criou-se um circuito complexo de festa, no qual, uma comunidade visita a outra nos seus respectivos dias festivos, fortalecendo, como fala Filho et al (2018), os laços de amizade e solidariedade e se expandindo para as relações políticas entre si.

As mulheres por sua vez, no Pratigi, tem lugar de destaque, visto que são elas que cuidam do Santo Antônio, uma das maiores responsabilidades dentro do Pratigi, pois a maior parte das memórias dos Barros estão relacionadas a esse Santo e, são as mulheres quem o protegem ou se dedicam a tal atividade, penso eu que a escolha delas para tal função tem a ver: (1º) porque são da família Barros, do Centro e, (2º) porque são parentes próximos de Anjo ou são casadas com parentes e, também, sem nenhum romantismo ou machismo na frase, por serem mais cuidadosas que os homens do quilombo para tais assuntos. Por outro lado, os homens são responsáveis pela festa profana e cabos

eleitorais, são os que tratam diretamente com os políticos partidários, visto que segundo Heredia e Palmeira (2010) esta é de fora e pública, então, se faz masculina, mas os autores ressaltam que isso não impede as mulheres de falarem de certos locais, no caso do Pratigi, as mulheres utilizam, sobretudo, a Igreja católica e comunitária. Em termos de infraestrutura, hoje, o Pratigi tem água encanada, proveniente do projeto Estadual Água para todos, energia elétrica, tem escola, posto de saúde, igrejas, tanto evangélica quanto católica, as residências são todas feitas de cimento e concreto, bares e mercearias.

### **É o filho de Antônio de Emília? Entre e tome um café: no campo**

Para a composição da presente Dissertação, eu entrevistei sete pessoas diretas: Aurelino, pescador, aposentado, casado, neto de Anjo Barros, morador do Centro do Pratigi; Josefa, neta de Anjo Barros, aposentada, viúva, moradora do Centro do Pratigi; Terezinha, Neta de Anjo Barros, casada, agricultora, aposentada, moradora do Cobico; Maria José, neta de Justino, aposentada, agricultora e a única evangélica e descendente dos Justinos morando no Pratigi; Ângela, neta de Anjo Barros, professora, casada, mora no Sapinho, comunidade ribeirinha situada na panícula de Maraú-BA; Maria, neta de Anjo Barros, aposentada, casada, mora em Salvador e Walnei, neto de Anjo Barros, pescador, agricultor, cabo eleitoral e casado. Para concretizar tais entrevistas comecei a ir quinzenalmente na comunidade, passando assim, uma semana a cada quinzena, até a eventualidade da pandemia do COVID-19, isto posto, nesse momento parei de ir na comunidade e fiquei fazendo perguntas a esses povos somente pelas redes sociais ou via ligação. Todavia, nessa forma de coletar dados, encontra-se um grande empecilho: 1º) as pessoas são idosas e não tem familiaridade com a tecnologia, logo não tem a capacidade de trocas de mensagens pelas redes sociais, e não funciona ter um terceiro interlocutor que repasse as informações, geralmente, as pessoas ficam entediadas; 2º), no meu caso ainda complica mais, visto que sou da comunidade, se as pessoas, como relatarei a seguir, ficam receosas em passar certas informações para mim porque sou da família, por telefone isto se tornou pior ainda, diante disso, confesso que não consegui avançar nessa forma de pesquisa, então devido à COVID-19 meu trabalho foi efetivamente prejudicado.



Nos primeiros dias da pesquisa de campo eu fiquei no Pratigi somente visitando os lugares, jogando bola, conversando, bebendo café pelas casas e etc., porque uma coisa é ir ao lugar onde a pessoa nasceu e se criou como visitante, outra coisa é ir como pesquisador, visto que dentro dessas comunidades existem as políticas comunitárias de inclusão e exclusão entre os núcleos familiares. Meu medo era cair na segunda. Mas aí fui visitando e comecei a fazer minha pesquisa pelas pessoas mais abertas ao diálogo, para que assim a notícia fosse correndo e, desse modo, criasse um suspense, uma curiosidade geral e, isso ocorreu; muitas vezes eu chegava em uma casa e gritava: “fulano (a)! Ele (a) respondia quem é? Eu dizia: sou eu, Júnior e, a pessoa dizia: Júnior, o filho de Antônio de Emília? É... é eu, sim. Ah, então chega pra cá, venha tomar um café”. Nesse ponto começávamos a conversar e, de repente, começavam a chegar visitas perguntando se tinha café e etc. Eu sentava e ficava ouvindo e dando contribuições, outras vezes, interrompendo, mudando o ritmo da conversa com casos do cotidiano ou *fazendo resenha* me chamado de repórter e etc., essas situações foram recorrentes nas entrevistas do Pratigi.

Em outras ocasiões desconfiavam que eu estava ganhando dinheiro do governo, no que explicava a situação de bolsista, nesse ponto usei o argumento de Mello (20012), visto que ele foi inquirido da mesma forma em Cambará -RS, e ele respondeu que em todas relações há interesses, mas chega um momento que esses interesses se alinham e vira amizade e respeito, interesses mútuos. Nesse momento em campo, algumas questões facilitaram meu trabalho por eu ser um cidadão nativo da comunidade quilombola do Pratigi. Assim, tive mais facilidade em acessar os entrevistados, a maioria mulheres e minhas tias que, muitas vezes, estavam em casa sozinhas e o marido na roça ou eram viúvas, e eu tinha certa liberdade de ir na casa delas a qualquer momento conversar, bater papo, como eles dizem: *pilheriar* e tomar café como era de praxe.

No entanto, o começo da pesquisa de campo, muitas vezes, trazia indagações vistas por alguns interlocutores com incredulidades, pois não acreditavam que eu era um pesquisador por ser da comunidade. Julgo eu que eles ainda se pensam “invisíveis” socialmente. Logo, se a comunidade pensa estar invisibilizada, a coletividade torna-se assim também e, conseqüentemente, o presente pesquisador, já que faz parte da família Barros. Resumindo, penso eu que a incredulidade quanto ao pesquisador se dava pelo

fato de eu ser umas das pouquíssimas pessoas dos Barros que teve acesso ao ensino superior.

Em outras horas, me alfinetavam dizendo que eu já sabia das histórias, pois eu era da comunidade, e o porquê de estar perguntando. No que eu respondia que eles eram mais vividos e sabiam mais. Nesses pontos das conversas percebi que mesmo eu sendo um pesquisador, era também um componente da comunidade e, desse modo, responsável em parte pela memória que foi constituída ao longo do tempo, assim sendo, eu servia como um inibidor de omissão ou deliberação de certas memórias sociais” [...] porque essas respostas compõem o campo de construção da comunidade” (LIMA, 2005, p.25). Todavia, a devida preocupação serve para ambos os lados, tanto para a população da comunidade em me reportar as memórias, como também para mim, na composição da presente Dissertação; ou seja, há memórias da comunidade em que ancestralmente eu estou inserido como coadjuvante por pertencer à linhagem da família e isto poderia me tornar um inibidor das memórias em análise. Dessa forma, é necessário haver o distanciamento, a impessoalidade na hora da pesquisa: isto é muito difícil, visto que como aponta Lima (2005) meu olhar foi constituído a partir daquela cultura; então como saber se estou distante? Visto que por mais que me afaste, estarei sempre olhando por aquele viés, por exemplo: um Núbio sabe dos pormenores do seu idioma mesmo eles não sendo expert na língua nativa, visto que ele foi criado sobre aquele olhar cultural; então como querer que eu me distancie nos julgamentos com relação aos costumes de onde sou nativo? Acho que se “desligar” não tem como, mas pode-se tentar o distanciamento se embriagando nas teorias *de fora*, nas teorias escritas; visto que para Vilela e Marques (2005, p.43) o objetivo final da etnografia é “a compreensão da cultura como conjunto de símbolos ou de signos interpretáveis. Mas tais descrições, vale lembrar, não são construções nativas, são construções dos antropólogos: são interpretações feitas a partir de interpretações, de segunda mão”. Essa se faz um dos melhores conselhos para quem é nativo e pesquisador e quer se manter isento na pesquisa, pois deixa evidente que o trabalho do antropólogo “são interpretações feitas a partir de interpretações, de segunda mão”. A partir desse pressuposto, o pesquisador pode estrategicamente criar um perímetro de distanciamento e, sobretudo, certa “isenção” na pesquisa. No entanto, essa “isenção” na pesquisa, às vezes, a empurra mais para o centro do nativismo e da

impessoalidade, embora o pesquisador pense que esteja indo ao oposto, visto que existem muitas variantes para que isso ocorra. Vejamos, no meu caso, nativo da comunidade quilombola do Pratigi, lócus da presente pesquisa.

Um dos fatores que fez eu pesquisar a comunidade do Pratigi se deu porque queria saber mais sobre minha família, visto que os negros no Brasil, no máximo, conhecem seus parentes até a quarta ou quinta geração, hoje descobri que minha família conseguiu fazer fortes relações locais, municipais e até regionais após apenas 20 anos do fim da escravidão no Brasil (1888). Da aquisição das terras Pratigiense pelos Barros (1908) até os dias atuais duram somente 130 anos. Isso me leva para além do pesquisador isento ou sem fragmentos nativos, visto que começo a entender politicamente a supressão de certas relações *de fora* para com aquele povo. Diante disso, estes fatos podem nos levar a ter um forte posicionamento político em prol dos nativos e isto pode ressoar na falta de discernimento entre o campo empírico e teórico. À vista disso, digo que eu realmente tomei muito cuidado para não cair no nativismo e nem me posicionar politicamente a favor e nem contra, mas se cair em algum desses engodos que traem os pesquisadores nativos, peço desculpas ao leitor, é o hábito da cultura, posto que “o trabalho de campo se constitui em muito do mesmo que se vive na vida social” Villela e Marques (2005, p.49). E isso pode ressurgir na escrita.

Observo, por fim, que com o passar do tempo todos os pratigiense estavam muito felizes por eu estar conversando com eles sobre o nosso passado e ao mesmo tempo sobre o presente e o futuro coletivamente.

### **No campo teórico**

Os quilombos ou comunidades quilombolas, de acordo com os pensamentos de O'dwyer (2011); Arruti (1997; 2006) e Almeida (2008), ganharam maiores projeções após a promulgação da constituição Federal do Brasil de 1988, especialmente através do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias -ADCT, no qual os quilombos ganharam direitos legais constitucionais; nesse momento surgiu a categoria, a qual Arruti (1997) chama de “Novos sujeitos de direito” ou seja “criou-se novas figuras legais, os chamados “direitos insurgentes” (1997, p.7). Neste ponto o autor reforça

dizendo que a partir deles, ganham espaço as “populações tradicionais”, particularmente aquelas a que se refere o “Artigo 68”, conhecidas, desde então, como “comunidades remanescentes de quilombos”.

Isto posto, esses quilombos, antes fundamentalmente comunidades históricas e camponesas, tornam-se campo de reivindicação por direitos pautados nas leis vigentes da atual constituição brasileira. Sobre esse assunto O’wyer (2011, p. 111), escreve:

Constituição Brasileira de 1988 trata os termos terra de quilombo como um conjunto de dispositivos legais que regulam o acesso à terra, assim como estabelecem suas formas de apropriação, ao dispor indivíduos e grupos em categorias as quais se atribuem as normas jurídicas.

Essa obtenção das normas jurídicas são “fundamentos que possibilitam ao direito conceber a realidade, e igualmente construí-la ao criar um sistema jurídico de classificação do mundo social” O’wyer (2011, p. 111). No caso dos quilombolas, perpassou por uma série de sistemas sócio-históricos, territoriais e etnográficos, uma vez que não é preciso somente se autodefinir para reivindicar tal denominação étnica - a quilombola -, mas sim ter trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.<sup>5</sup> Por essa via, são reconhecidas a propriedade definitiva dos quilombolas, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. A vista disso, para Arruti (2006, p.67), “o artigo 68 não apenas reconheceu os direitos que as “comunidades remanescentes de quilombo” têm às terras que ocupam, como criou tal categoria política e sociológica”. Essa categoria tem suas normas e suas políticas dentro de cada território.

Vale chamar a atenção para a diferenciação das políticas exercidas dentro dos territórios, para não julgarmos como homogêneas, que na verdade não são; há uma série de divergência dentro de cada território quilombola, dado que para Almeida (2008, p.23) tem a ver com “as formações históricas e suas variações regionais”; esses são alguns dos processos que servem para demarcar a etnicidade dos grupos e as especificidades das ocupações territoriais.

---

<sup>5</sup> Retirado do Decreto 4,887/2003. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm)> . Acessado em:16/02/2021.

Esse caráter singular da etnicidade, que norteia a política de demarcação territorial, tem a ver com a memória. Segundo Arruti (2006) e Mello (2012), essa tem papel central nas reivindicações nos termos jurídicos e se manifestam via território ocupado. Desse modo, podem ser:

lidas na paisagem, na história de espoliações de suas terras, as descrições das relações de trabalho vividas no “regime de criação” onde vemos manifestas as marcas da “cor” nas relações de poderes entre negros e brancos, as histórias de “apreciações” que embaralham os muitos tempos vividos pelos homens e mulheres e assimilam as sujeições vividas no pós-escravidão ao tempo da escravidão; enfim, todas essas narrativas vão conformando argumentos de “ordem moral”, formulando noções de justiça e não podem ser lidas em uma chave instrumental unicamente para atender a fins políticos (MELLO,2012,p.15).

Essas memórias podem também ser vistas nas relações como: o compadrio, a amizade, o matrimônio e, sobretudo, na ancestralidade em comum que conforma o território quilombola. Desse modo, é por via do processo identitário e dos movimentos entre a memória e as relações socio-territoriais que culmina a identificação da comunidade quilombola, e são estes fatos que apontam o caminho para que ocorra o reconhecimento quilombola. Para que isso ocorra, o processo é “animado por agentes institucionais e individuais externos à comunidade e se fazem impulsionar pelo marco legal – institucional de conhecimento jurídico baseado no art. 68 do ADCT” (MELLO, 2012, P.15).

Essa categoria baseada no art.68, que Arruti (2006) chamou de “política e sociológica”, não é provida no contexto somente de poder, mas, segundo O’dwyer (2011), de interseção de significados e significantes, como por exemplo os termos de autodesignação-etnônimos, ou seja, “as demarcações das memórias no território” Arruti (2006). Esses são alguns critérios para a demarcação destes territórios segundo a constituição de 1988. Nessa mesma linha, O’dwyer (2011) reforça dizendo que esses territórios não são agregados humanos que compartilham a mesma cultura. Deve-se conceber que tais fronteiras são um sistema de classificação onde há uma inter-relação. O

que Moreno (2017) chama de conexão entre pessoas. Isto posto, essa inter-relação se dá em várias concepções: no sistema político, econômico, festivo e/ou cultural.

Essas prerrogativas em relação à demarcação, baseadas no art.68 da constituição brasileira, ganharam mais força com a assinatura do Decreto 4.887/2003, art.2, que considera remanescentes das comunidades dos quilombos, grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, como vimos acima, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida<sup>6</sup>. Isto prova que as terras ancestrais demarcam fator primordial para o desenvolvimento tanto das práticas culturais, da manutenção da memória social e, sobretudo, da vida do grupo desses povos. Sobre o assunto, O'dwyer (2011, p. 112) escreve que “[...] a ideia de espaço territorial não é estranha à reflexão antropológica que procura relacioná-lo à existência de outra série de espaços: sociais, de trocas, colonial e pós-colonial, do Estado-nação, linguísticos, culturais e religiosos”. E acrescento que a festividade nesse espaço territorial tem valor muito simbólico e promove a manutenção e proteção do território das comunidades quilombolas.

Indo no mesmo raciocínio, mas abordando as relações culturais - religiosas, Teixeira (2011) nos alerta que a festa tem o carácter antropológicamente necessário da celebração e o seu papel insuprível no processo de identificação dos indivíduos, dos grupos sociais, das nações. Ou seja, na celebração da festa, encontra-se a identidade de cada povo que a promove, isto ganha maiores ressonâncias quando Perez (2012, p.22) diz que:

[a] festa é uma presença constante em nossas vidas individual e coletiva, regulando-as no ritmo de sua incessante sucessão no calendário. Festas marcam os tempos fortes, os momentos culminantes, as alternâncias de ritmo e de intensidade da vida individual e coletiva, a periodicidade das passagens articulando tradição e modernidade, passado e presente, lançando perspectivas de provir, mostrando-nos que a vida pode ser uma efervescente experiência de gozo e de dissipação.

A festa está sempre presente na vida social e, por conta disso, deve servir para marcar memórias, o tempo e o espaço [o território], romper desavenças e, também fazê-las; a festa serve para romper os tempos bons e os tempos ruins. Para Teixeira (2011,

---

<sup>6</sup> Ver em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm)>.

p.22), “a festa vincula, socializa, identifica; sem festas, os indivíduos isolam-se, tornam-se maus. As festas são uma restauração periódica das fontes da sociedade”. Sobre a mesma ótica, Perez (2012, p. 27) argumenta que:

a festa é uma celebração do elo; “renova os pactos, rejuvenesce as uniões”, precisamente, é o próprio elo em ação. É o tempo/espço de múltiplas trocas, de rivalidades, de prestígio. É exuberância de vida e vigor fecundante, e reforça a comunhão.

Quando se fala da relação mais profunda entre festa e território, Reis (2018, p.33) observa que esta “[...] permeia toda a vida coletiva e contempla uma conscientização dos sujeitos de integrar este território, além de estarem submetidos à gestão do mesmo”, a festa tem essa qualidade de unir pessoas, de fazer a política acontecer e, conseqüentemente, através desta, criar defesas e artimanhas para proteger o território ocupado, essas ideias estão expostas no trabalho de Filho *et. al.* (2018), intitulado “Festas de santo, território e alianças políticas entre comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil”. Neste artigo, os autores traçam um mapa das alianças políticas intra e intercomunitárias através da festa no Norte do Pará. Tais alianças são feitas, principalmente, através da troca que ocorre durante o circuito de festas entre as comunidades quilombolas de Salvaterra, o que se assemelha às relações encontradas no Pratigi (BA) para com as comunidades próximas, inclusive, duas delas quilombolas, Pedra Rasa e Tapuia.

Essas trocas podem ser empreendidas através da ajuda em dinheiro para fazer a festividade, na organização do festejo, na presença das comunidades nas festas, no ato de pagar promessas, etc. Todos esses aspectos fazem circular pessoas, culturas; também movimentam e fortalecem a economia. Estes aspectos são formas de dar vida ao território e ao mesmo tempo criar uma territorialidade entre as comunidades da região, visto que para Filho *et. al.* (2018, p.113) “a festa é uma manifestação social significativa, tendo como função restaurar periodicamente a solidariedade grupal, e se caracteriza pela suspensão da vida ordinária, da “renovação moral” e do fortalecimento da coesão do grupo”. Vemos que os pesquisadores colocam na festa um significado da “renovação moral” e o “fortalecimento da coesão do grupo”, o que eles intentam dizer é que através da festa o sentido sobre o cotidiano social é renovado; tais renovações são feitas através da política exercida em consequência das festas; além disso, ela serve como um lugar de

reencontro, o reencontro entre compadres, entre primos e etc., são essas práticas exercidas no contexto da festa que a torna, como diz Filho *et. al.* (2018, p.113), “uma manifestação social significativa”, isto é:

[...] um mecanismo, um operador de ligações que estabelece não apenas a reprodução ou a renovação do sentimento coletivo, sendo também a sua própria origem, uma das suas fontes criadoras. É com base nessa visão que buscamos interpretar estes eventos, em especial as festas de santo, como situações que possibilitam a construção de alianças políticas. (FILHO *et. al.*, 2018, p.114).

Tais alianças políticas se constituem, como falei acima, entre as comunidades; as quais encontram na festa um lugar de encontro, de descontração da vida dura no trabalho da roça, mas também um meio de fazer política, seja partidária, inter ou intracomunitária; a festa em si se caracteriza por essa relação, uma vez que só o fato de fazer festa já se faz um ato político de união; neste contexto, Rita (2012, p. 75) alega que:

devemos considerar que toda festa, como expressão coletiva que é, exige um projeto organizativo mínimo. Várias pessoas precisam estabelecer um acordo para satisfazer as condições necessárias à realização da festa, cobrir seus custos e encarregar-se dos contatos e ações específicas.

É através desse sistema organizativo que as pessoas discutem para chegar ao entendimento prático para a construção da festa, até porque a festa não é feita somente para os moradores locais, as festas são feitas para mostrar aos *de fora* “o poder” e o prestígio que a comunidade tem. Ouso dizer que no circuito de festas entre comunidades locais, há um traço de “rivalidade” entre as envolvidas, com o intuito de mostrar, por exemplo, quem empreende a melhor festa na região. Nesse caso, a política se faz em/no processo festivo entre as comunidades, visto que, para a organização desta, é preciso grande mobilização política inter e intracomunitária. Desse modo, é quase inevitável não fazer negociações com os políticos partidários locais.

Chaves (2003) nos mostra que o predomínio do vínculo pessoal como forma de arregimentação política se constitui na experiência política básica em Buritis, um pequeno município no interior mineiro, fronteira com Goiás e Bahia, onde a autora desenvolveu uma pesquisa relacionando festa e política. Chaves (2003, p.15) justifica a escolha desse campo de pesquisa, como “[...] um artifício para a aplicação da perspectiva



antropológica à questão política, pretendendo através do exercício do trabalho de campo, reconhecer o significado nativo da política”. A pesquisadora propõe nesse trabalho: “tornar a festa, fato etnográfico notório em sua inesperada associação com a política, como a tela na qual é possível ler a formulação nativa a respeito da política” (Chaves, 2003, p. 20). Colocando em pauta que há relação entre festa e política partidária, a autora escreve: “a festa constitui o fato político relevante para a população local e nele é possível reconhecer a política como evento coletivo. A festa possui esta qualidade de espelho analítico apenas porque nela se representa, discorre e vive a política” (Chaves, 2003, p. 20). Em outras palavras, há questões da política partidária atuando dentro das comunidades pequenas – principalmente as rurais.

Quanto a esse fato, Perutti (2015) alerta que “a política forte” acontece nas comunidades pequenas, pelo fato de a campanha eleitoral ganhar viés pessoal; ou seja, a política partidária se torna política de famílias, a qual segundo Heredia e Palmeira (2010, p. 11), “os candidatos procuram chefes de famílias, para expor seu prestígio aos olhos da comunidade, gerando uma certa disputa entre os pais de família, que contabilizam o número de visita de candidatos recebido”. Esses representantes dentro de cada comunidade [Cabo eleitoral] pertencem às principais famílias locais, ou seja, os políticos partidários criam elos entre a política e a identidade local, esse laço é feito entre a memória local e a política; diante disso, os cabos eleitorais nativos vão representar as lutas, as vitórias; as tristezas e as alegrias ocorridas dentro de dada comunidade por anos, isto feito, os políticos partidários usam essa memória local estrategicamente. Por outro lado, a comunidade usa a influência política destes para os interesses comunitários. Uma das formas de usar tal poder é se unirem para organização da festa, (1º) porque esta serve para fomentar alianças inter e intracomunitária e (2º) essas alianças podem ser reivindicadas para o bem social da comunidade e defesa do território, via as políticas feitas durante o período festivo. A vista disso, o modelo descrito acima orientou a organização do material etnográfico desta Dissertação em três partes, cada um dedicado a um desses processos relacionados ao povo pratigiense.

No primeiro capítulo, sobre a fuga dos Barros, sua relação com o Santo Antônio e a chegada dos primeiros no Pratigi, buscamos traçar o percurso da família Barros, resgatando seus passos desde da fuga do quilombo de Gandu no Sul da Bahia até a

chegada destes nas terras pratigiense em Camamu, Baixo Sul da Bahia. Em seguida, realizamos uma investigação para sabermos como os Barros começaram a se relacionar com outras famílias, por meio, sobretudo, das festas de Santo Antônio. Evidenciamos que tais relações são feitas em certas horas, através da violência, outras horas, das negociações. Por esses meios descritos acima, este povo foi capaz de se articular e, assim, constituir um território cheio de vida, de movimentos, de circulação de pessoas, de bens e etc. Assim, seguimos através da etnografia a observarmos as relações entre a memória e paisagem para evidenciarmos todo esse contexto posto em tela, visto que tais memórias, as ditas e não ditas, por estratégia de sobrevivência, se encontram encravadas na paisagem. Por sua vez, esta se articula diretamente com a significação e ressignificação do território do Pratigi constantemente.

No capítulo seguinte, dedicado à festa de Santo Antônio na comunidade quilombola do Pratigi, propusemos investigar, via abordagem histórica e antropológica, como o Santo se tornou patrono do Pratigi e o porquê dessa festa se tornar tão importante social e politicamente para manutenção do território pratigiense. Para isso, observamos ao logo do capítulo que essa festa, além de ser feita com o propósito de diversão, também carrega consigo um traço político, visto que através desta, pessoas de várias comunidades locais marcam presença no Pratigi, como também políticos partidários, incluído o prefeito municipal. Desse modo, verificamos que esta festa é um evento profundamente significativo e que se constitui em um dos elementos centrais na construção dos vínculos inter comunitário. As atividades da festa também dialogam com a política partidária, através principalmente dos organizadores da festa profana no Pratigi, que são homens e cabos eleitorais; e também das mulheres, as organizadoras da festa religiosa. Todavia, essa negociação se expande para com todos os pratigienses, cada um exercendo *a política* do seu local e, assim, fortalecendo os vínculos tanto com políticos partidários como também com as comunidades do entorno. Contudo observamos que essa festa ao mesmo tempo que proporciona a coletividade dentro da comunidade, também pode provocar cisões internas através da política comunitária, sobretudo, ao longo do processo organizativo da festa.

No terceiro e último capítulo dedicado a autodescoberta do povo pratigiense como quilombola e a suas lutas e estratégias para proteção territorial, observamos os

condicionantes que levaram, no final dos anos de 1990, à implementação de políticas institucionalizadas. Nesse contexto, observamos o fortalecimento de determinado associativismo no Pratigi. Isto posto, analisamos as negociações coletivas acerca de uma nova possibilidade que surgia com a assinatura da constituição brasileira de 1988, o discurso político étnico territorial por via jurídica. Em vista disso, percebemos que tal discurso, nesse momento, foi apoderado por algumas comunidades locais, como Tapuia, Pratigi e Pedra Rasa, e assim estas se tornaram mais próximas para com as outras. Os quilombolas buscaram nas novas discussões da macro política - os direitos constitucionais, principalmente o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT e o Decreto 4 887/2003 o que aplicaram na micropolítica, se valendo sobretudo da noção de etnicidade. Assim sendo, através dessas prerrogativas jurídicas institucionais voltadas para as terras tradicionais, no caso a quilombola, buscamos aqui descrever como se deu o processo de certificação do Pratigi como remanescente de quilombola em 2008 e, quais estratégias eles seguiram durante esse percurso para alcançar tal objetivo; nessa mesma linha, buscamos evidenciar como esse povo está traçando seus movimentos estratégicos para combater certas ameaças ao território que já começaram a ser sinalizadas, são problemas relacionados com a degradação ambiental por conta da extração da areia, extração de gesso (gipsita) próximo às suas terras e o avanço do protestantismo dentro do território, este último, ameaçando proporcionar uma cisão intrafamiliar entre os Barros. São os contornos e os pormenores dessas relações territoriais que condicionam os pratigienses a serem o que eles são e sendo o que são.

Visto que a festa de Santo Antônio serviu e serve, de qualquer forma, ao longo desses anos para manter a união do grupo familiar dos Barros e para que estes pudessem fazer relações estrategicamente intercomunitário.

## **CAPÍTULO 1 - A FUGA, O SANTO ANTÔNIO, A CHEGADA**

As lembranças que os pratigienses têm sobre os fundadores do Pratigi se delimitam a partir da época em que esses viviam em um quilombo situado no atual

município de Gandu, hoje parte do Território de Identidade Sul da Bahia, a noroeste de Camamu, cerca de 80 km.

No Pratigi, os ancestrais hoje conhecidos da família Barros são: Anjo, Faustino, João, Filipe e a matriarca Maria dos Santos. Eles saíram fugidos por volta de 1883<sup>7</sup> após um ataque ao citado quilombo. Saíram carregando consigo a imagem de Santo Antônio, que pertencia a sua irmã, e um pouco de dinheiro no bolso proveniente da venda do cacau cultivado no quilombo. Sabe-se que o Santo era uma herança de família e quem tomava conta dele era a irmã de Anjo Barros<sup>8</sup>, contudo, não há relatos no Pratigi sobre o nome ou o que aconteceu com ela, a dona do Santo Antônio. Se morreu no ataque ao quilombo de Gandu-BA ou não, só se sabe que ela não chegou no Pratigi com o resto da família.

Ao sair de Gandu, eles fixaram uma breve moradia em Itacaré-BA, localizado a 54 km ao Sul da sede municipal de Camamu. A família ficou neste município por um tempo, todavia, não se sabe se se abrigaram em algum quilombo na época ou trabalharam em alguma fazenda. Vale ressaltar que quando ocorreu essa fuga de Gandu para Itacaré, a família ainda estava completa: Maria dos Santos e seus quatro filhos: Anjo Barros, Faustino, Filipe e João.

Ao saírem de Itacaré, Anjo Barros e familiares compraram, com o pouco de dinheiro que trouxeram de Gandu, o primeiro pedaço de terra, que segundo a entrevistada Terezinha, chamava-se os Barros. O local estava situado na divisa entre o povoado do Barroso e Varjão, município de Camamu - Baixo Sul da Bahia (essa parte do município de Camamu, o povo do Pratigi se refere também como “Matas do Sul”). Maria Barros, neta de Anjo, narra como estes se estabeleceram:

[...] fizeram um rancho de palha e começaram a trabalhar, roçaram e derrubaram um pedaço de mata e, então, fizeram a primeira roça, plantaram toda de cacau, assim sendo, pegaram a fazer outras roças... só que quem mandava lá era os jagunços e descobriram que tinha três

---

<sup>7</sup>As datas citadas nessa Dissertação sobre o Pratigi e as personagens não são retiradas de dados históricos oficiais, são fruto de conversas com meus parentes e baseadas nas memórias destes, desde a saída dos Barros do quilombo em Gandu até a chegada no Pratigi.

<sup>8</sup> Ao longo da minha pesquisa percebi que o único homem, durante mais de um século de história, que tomou conta de Santo Antônio foi Anjo Barros, ou seja, as mulheres têm grande relação com o santo. Logo, via o Santo e a religião elas podem organizar as festas e, desse modo, se enquadrarem dentro da política comunitária e, atualmente, até a partidária. E, se Santo Antônio é o dono da terra, isso quer dizer que as mulheres exercem grande poder dentro do quilombo do Pratigi, já que são elas que tomam conta do Santo.

homens que estavam trabalhando e botando roça para plantar cacau dentro do mato. Aí os fazendeiros locais mandaram três jagunços atrás deles pra matar. (MARIA BARROS).<sup>9</sup>

Maria Barros explica que a investida não deu certo, porque “Faustino era um *batedor de facão* dos bons, ele sempre andava com um pedaço de facão pequeno de uns 30 cm, quem sabia bater facão naquele tempo era jagunço”. *Batedor de facão* quer dizer que a pessoa pratica e sabe manejar o facão com golpes detalhados, tanto para se defender, como para atacar, a pessoa que sabe essa técnica na região do Pratigi é temida e respeitada. Mas saliento que, segundo minha pesquisa, Faustino nunca foi jagunço. A entrevistada, segundo meu entendimento, estabeleceu uma comparação em que Faustino sabia se defender tão bem com o facão que não devia em nada aos usuários públicos da técnica: os jagunços.

Quanto a esse ataque, provavelmente os jagunços armaram uma tocaia para matar primeiro o que sabia mais a arte de brigar *batendo facão*, dado que eles esperaram Anjo, Felipe e João Barros irem para roça e, assim, só ficando Faustino e sua mãe e, nesse momento, eles os atacaram. A participante da pesquisa, Maria Barros, contou-me esse episódio da seguinte forma:

Ele [Faustino] estava sentado na mesa tomando café de costa para a rua, e a Maria do Santo na cozinha, quando ele viu pulou os três assassinos dentro de casa, mas Faustino era jogador de capoeira. Ele deu um salto, quando ele deu um salto, que ele já acostumado, quando ele deu o salto que pulou do lado de lá ele já pulou com o pedaço do facão na mão, aí enfrentou os três e botou para correr.

Ainda de acordo com Maria, logo após o ocorrido, Faustino foi falar com Anjo, Felipe e João Barros, e disse: “os caras vieram atacar a gente, o que que a gente vai fazer? Vamos esperar eles, esperar eles para matar? Anjo Barros disse: – eu quero ter família, hoje nós vamos embora. No que Faustino retrucou: – e a roça? Deixa a roça aí – respondeu Anjo Barros”. Nesse momento, foram para casa, pegaram tudo o que tinham que pegar e foram embora. Quando estavam longe, segundo M<sup>a</sup> Barros, “aí Anjo Barros

---

<sup>9</sup> As entrevistas ocorreram no início dos anos de 2020 através de uma conversa baseada em um questionário específico. As falas aqui presentes foram traduzidas literalmente das entrevistas no campo. Aviso ao leitor que em alguns pontos utilizarei nomes fictícios para os entrevistados ou personagens postos aqui, para preservar a imagem destes políticos, social e moralmente dentro do quilombo do Pratigi.

deu por fé que tinha esquecido Santo Antônio, colocou a mão na cabeça e disse: e o Santo Antônio? Os outros disseram: deixa esse Santo lá, vumbora; no que ele respondeu: – só vou com o Santo.” Então foi buscar Santo Antônio, botou dentro de uma capanga, jogou na frente e foi direto para sede camamuense”<sup>10</sup>.

Quando eles chegaram em Camamu, não tinham dinheiro suficiente para comprar um terreno, no entanto, gostaram de uma área chamada Pratigi dos Cubículos. Neste momento, Felipe e João Barros tomaram outros rumos na vida. Felipe Barros foi parar no município de Valença, no Baixo Sul da Bahia, distante cerca de 110 km do quilombo do Pratigi, pela BA 001 a Norte de Camamu, onde ajudou a fundar uma comunidade chamada Tucum. Já João Barros, ou João Palhaço, como é conhecido no Pratigi, ajudou a fundar o Jenipapo – comunidade que está inserida no município de Camamu – BA, a aproximadamente duas horas de barco saindo da sede camamuense via rio da Matapera. Todavia, esses irmãos sempre mantiveram contatos.

Na ocasião da chegada em Camamu, Maria dos Santos, Anjo e Faustino Barros, com o desejo de comprar as terras do Pratigi dos Cubículos foram trabalhar em uma fazenda de cacau próxima a Ilhéus, em um município chamado Almada, já no Sul da Bahia. Lá eles trabalharam duro e, desse modo, juntaram 30 mil réis; quando eles retornaram a Camamu, foram falar com o fazendeiro que pôs eles para correr do Varjão. Terezinha Barros (2020), neta de Anjo Barros, atesta esse ocorrido dizendo que: “[...] parece que ainda deram uma mixaria a eles por esse pedacinho de terra”. O fazendeiro, segundo a entrevistada, deu um pouco de dinheiro a eles bem depois de terem colocado eles para correr e ficado com as terras já com cacau produzindo.

Com o dinheiro que conseguiram trabalhando no município de Almada e com a mixaria de dinheiro que o fazendeiro deu em mãos, Anjo Barros foi sondar o lugar que eles queriam muito – o Pratigi dos Cubículos. Então, primeiro ele foi para Barcelos do Sul, Distrito municipal, situado a uns 10 KM de distância da atual sede pratigiense.

Barcelos era um lugar relativamente grande e o mais povoado da região, visto que na época já contava com igrejas, delegacia, porto, mercearias, bares e etc. Maria José (2020) descreve o Distrito dizendo que “a terra de Barcelos de primeiro só era índio.

---

<sup>10</sup> As informações sobre o que ocorria durante os deslocamentos dos Barros de um lugar para o outro eu não conseguir ter acesso, visto que os Barros que participaram da pesquisa não souberam me responder o que ocorria no interim dessas andanças.

Agora está misturada. Mas Barcelos era uma mata, mas já existia um bocado de coisas: igreja católica e tudo”. Atualmente, Barcelos conta com cerca de dois mil habitantes na sede, a estrada que liga à sede municipal ao povoado é asfaltada, conta com posto de saúde, duas escolas, posto dos correios, dois portos, igrejas tanto católicas quanto evangélicas e muitos comércios. É nas terras de Barcelos que a mineradora Knauf pretende se instalar para extrair o mineiro de Gesso (gypsita), tratarei sobre esse assunto no cap. III da presente Dissertação.

Ao chegar nesse distrito camamuense, Anjo Barros fez amizade com seu Justino, em período próximo às festas de Barcelos, dedicadas à padroeira local Nossa Senhora das Candeias. Maria José narra o início da amizade e compadrio da seguinte forma:

cê sabe quando a pessoa chega de fora, você gostou, você diz: fulano você quer me batizar esse menino? Aí vai meu pai, meu avô justinho, se reuniu com anjo Barros, aí virou pra seu Anjo e disse: seu Anjo, em cima das festas de Barcelos, o senhor quer me batizar meu filho? Aí seu Anjo disse: batizo. Aí vai Anjo Barros batiza papai e aí se uniu Anjo Barros com Justino; aí eles ficaram como uma família; aí ficou unido.

Após o batismo, quando os dois já tinham criado um laço de compadrio, que segundo Germani e Alcântara (2005, p.341) “tem um papel importante na comunidade à medida que fortalece a solidariedade do grupo, reafirmado os laços de parentescos e afinidades que integra a comunidade”; esse vínculo serve, sobretudo, para fazer ligações entre famílias diferentes. Vemos que Maria José só começa a relatar a relação mais próxima entre Justino e Anjo Barros quando estes tornam-se compadres, esse é um exemplo sobre afirmação de laço de parentesco; esse vínculo pode se estreitar a ponto de se considerarem uma família, assim aconteceu entre Anjo Barros e Justino conforme relata a entrevistada acima.

Comeford (2003), considera família um “termo ambíguo”, visto que “não são unidades inequivocadamente estabelecidas de uma vez por todas. São unidades compostas, componíveis e decomponíveis, círculos vivos e multi-localizados, em expansão, segmentação, contração, agregação e desagregação” (p.328); isto posto, existem várias concepções do que seria família: “1º) a família nuclear (pai, mãe e filhos) e (2º) a família no sentido dos que têm o mesmo sobrenome, algo como família-nome” (2003, p.35). Logo, esses modelos de famílias não se enquadram ao Centro do Pratiği,

onde mora a família Barros, uma vez que mesmo dentro da família Barros existem famílias nucleares que não carregam o sobrenome Barros. No Pratigi, a definição adequada sob família seria, a meu ver:

aquela que inclui tanto consanguíneos por lado materno ou paterno, como os afins também por ambos os lados, dentro de limites flexíveis que abrangem apenas os mais próximos de cada lado (que grau de proximidade em cada contexto) se aproximado da aceção conjunto de parente (COMEFORD, 2003, p.35).

As relações entre os Barros e os Justinos são vistas, como coloca o autor acima, “se aproximando do conjunto de parentes”, que nas palavras de Maria José seria como se os Justinos fossem da família Barros e vice-versa, ou seja, através da união dessas duas famílias se formasse somente uma. O vínculo entre os Barros e os Justinos, a meu ver, se configura, conforme as ideias de Comeford (2003), “aqueles com quem se tem algum tipo de laço de parentesco por consanguinidade ou afinidade, pelo lado paterno ou materno, com o alcance mais amplo e flexível que família” (p.35). Entre os Justinos e os Barros existe grande proximidade, intimidade e confiança; essa relação foi essencial para constituição do território do Pratigi, “como uma só família”.

A relação de compadrio resultou na união entre os Justinos e os Barros para fundar o Pratigi, a qual se expandiu para a familiarização, por meio dos “socorros” nas horas de dificuldades; como também nos momentos organizativos para constituição das festas de Santo Antônio todos os anos, onde estes se divertiam, bebiam e etc., esse também eram momentos de estreitarem mais a união, visto que os irmãos, a mãe e mulher de Anjo Barros batizaram outros Justinos e vice-versa e, assim, essas famílias vão se tornando a cada dia mais próximas a ponto de hoje serem consideradas como uma só família.

Comeford (2003) afirma que esses vínculos de confiança, de solidariedade vão se estreitando a ponto de todos se identificarem como parentes, formando assim, o que autor chama de “familiarização e território de parentesco”, quando todos se conhecem a partir dos seus troncos ancestrais e mantém *respeito* recíproco quanto a isso. Entende-se por “*Respeito*” a noção nativa de limites. Respeitado por ambas as partes envolvidas nas relações estabelecidas socialmente. Comeford (2003, p.328) afirma que “há respeito



quando não se viola nem ameaça violar fronteiras de outra unidade, seja por temor de sua força, seja por considerar que compartilha igual dignidade, seja por reconhecer superioridade moral, ou por combinação desses motivos” por *falta de respeito* o mesmo autor considera

a violação simbólica de fronteiras e hierarquias sociais que na sua dimensão pública é considerada *provocação*, é um chamamento a contenda, sinaliza a ausência de temor ou afirmação de que se considera publicamente a outra parte como indigna sem valor social e moral que afirma publicamente como inferior (2003, p.329).

Feito o vínculo de compadrio com Justino, Anjo Barros confidenciou que estava ali para comprar um pedaço de terra a fim de explorar madeira e etc., bem como já tinha um lugar bom em que ele estaria de olho. Então chamou o compadre para fazer parceria na compra com ele.

Aí seu Ângelo [Anjo Barros] chegou, se reuniu com justinho, disse: compadre, eu tou encontrando uma mata pra comprar com uma frente beira mar. Eu vou comprar a mata, porque eu me interesso pela madeira e o senhor compra a beira mar. Rumbora ver? Vamos. Aí veio ele com meu avô, eu to contando porque meu pai contava tudinho, quando chegou aqui meu avô era pescador de rede e de camboa se alegrou com a sede porque tinha o mar perto e anjo Barros invocou com a mata porque tinha muita madeira de lei. (MARIA JOSE, 2020).

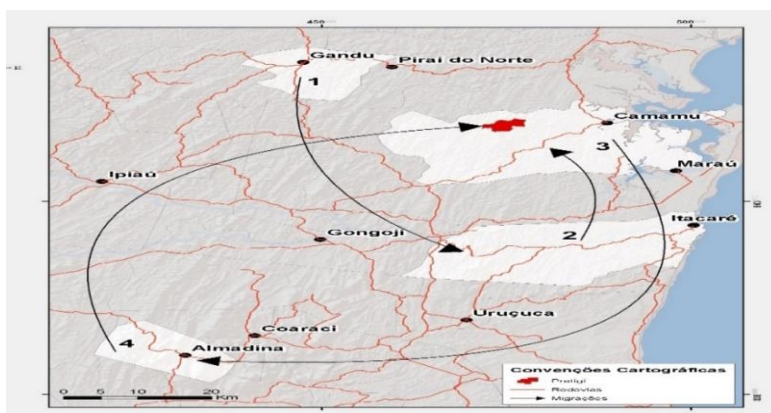
Em seguida, me falou a entrevistada acima, Anjo Barros comprou a parte das matas que era maior e mais cara, e a parte da *beirada* do rio para fazer um porto. *Beirada* do rio está relacionada à parte da restinga que separa a maré do continente. Já Justino comprou a outra *beirada* do rio, um pedaço de terra pequeno com relação ao de Anjo, mas dava para cultivar e fazer um porto. Justino concordou com a proposta, pois era pescador de rede de arrasto, de manzuá e de camboa. Desse modo, Justino vendeu as casas de Barcelos, um pedaço de terra com plantas de cacau e, assim, comprou, juntamente com Anjo Barros, o Pratigi dos Cubículos.

A divisão, Maria José (2020) explica da seguinte forma: “aí meu avô comprou essa área toda, daqui até a Cajazeira; e Anjo Barros comprou o Aruá”. O Aruá é uma parte das terras do Pratigi a qual fica mais para dentro do continente. Hoje essa parte do

Pratigi já pertence a outra família; já a sede do Pratigi, onde Justino comprou um pedaço de terra juntamente com Anjo Barros, fica próxima ao rio que banha o Pratigi. Para adquirir as terras do Pratigi, Anjo Barros e Justino compraram de três herdeiros, os quais constam no documento de compra e venda: Francisco Goncalves da Silva Neto, Antônio Gonçalves da Silva e Maria Carolina da Silva.

A figura -3 mostra todo o percurso feito pelos Barros até a chegada e povoação do Pratigi – Camamu (BA). As setas indicam a ordem do percurso, a primeira mostra o deslocamento – Gandu para Itacaré, a segunda, Itacaré - Camamu, a terceira de Camamu para Almadina e a quarta de Almandina a Camamu em 1908.

Figura 3 - percurso dos Barros até a chegada no Pratigi (BA).



Fonte: pesquisa de campo

A compra do Pratigi se deu nos anos de 1908 e no mesmo ano os Barros e os Justinos se estabeleceram no lugar; para essa compra se consolidar perante o cartório na Comarca de Camamu, teve a assinatura das seguintes testemunhas: Capitão Alfredo Moscoza e Manoel Francisco de Oliveira Neto (ver apêndice - 2). Entretanto, no processo de pesquisa, não obtive e nem soube nenhuma referência por parte dos pratigienses acerca de quem eram essas pessoas.

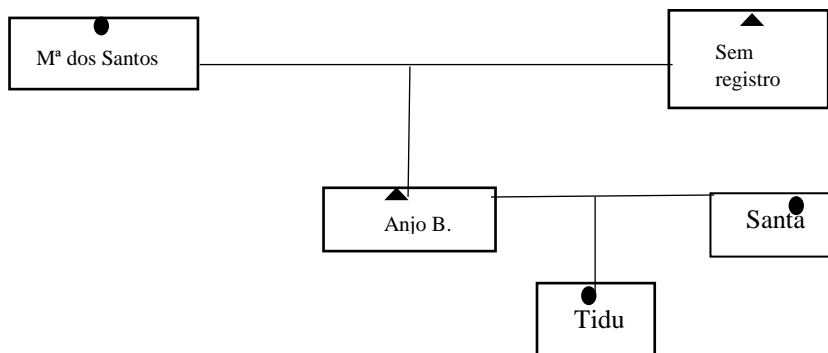
### 1.1 FUNDADORES ANCESTRAIS E UM TERRITÓRIO EM CONTÍNUA MOVIMENTAÇÃO

Ao Barros chegarem ao Pratigi [1908], Anjo Barros se torna responsável por construir a primeira igreja; buscar o padre em Barcelos, Marau, Âmbar e até Ilhéus ou

tinha o poder de encaminhar alguém para tal missão; assim como organizava bingos na intenção de arrecadar doações para realização da festa em homenagem a Santo Antônio. Por outro lado, as mulheres também faziam parte dessa organização festiva. Ficaram responsáveis pelo Santo e pela igreja: Maria dos Santos, Dona Santa (mulher de Anjo Barros), Anjo Barros e Tidu Barros, a filha Dona Santa. Esses eram os encarregados pela organização da festa a Santo Antônio, tanto religiosa quanto profana, até a morte de Anjo Barros (ver figura 4). O nome *festa profano*, no Pratigi, é substituído por festa *dançante*, visto que a semântica da palavra profana está relacionada a algo do mal, abominável, terrível, que não está ligado ao bem. A *festa dançante* é um termo para atributos como *alegre, divertida e do bem*. As mulheres citadas acima, juntamente com Anjo Barros, faziam os leilões para arrecadação de dinheiro destinado à composição da festa. Nessa época, Tidu, ainda nova, foi enviada para outro povoado, a Jatimane, com o objetivo de aprender ler e a escrever e, assim, poder zelar pela igreja e pelo Santo quando as mais velhas morressem. Porém, por questões de briga de terra entre Anjo Barros e Cenor, um fazendeiro local, Tidu resolveu sair do Pratigi e ir morar em Feira de Santana-BA.

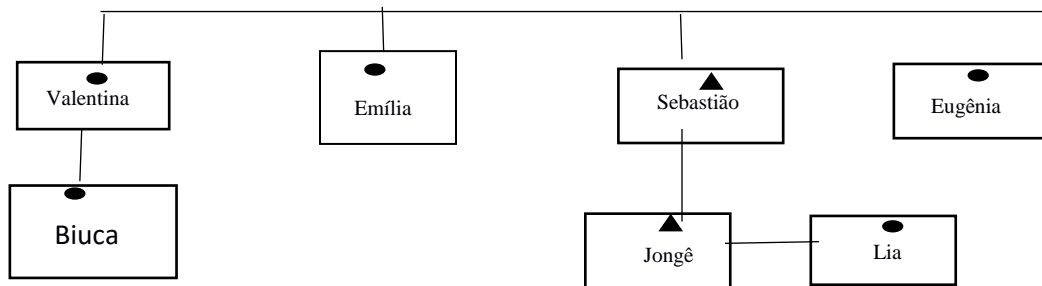
Já no leito de morte, Anjo Barros<sup>11</sup> passou essa responsabilidade para Valentina, que tratou de dividir esse cargo com as suas irmãs Emília Barros, que morreu em meados dos anos 1990, e Eugenia Barros, que veio a óbito no início dos anos 1980. Por final, só restou Valentina, que faleceu no final dos anos 2000 (ver a quinta figura). Essa organização, atualmente, está sob a responsabilidade de Maria de Lurdes, Lia e Diana (ver a 5 figura).

Figura 4 – Representação da 1ª geração dos Barros a tomar conta do Santo Antônio.



<sup>11</sup>Nesse momento Maria dos Santos, a mãe de Anjo Barros, já havia morrido e ele, por ser o mais velho da família, deveria tomar conta do Santo, pois este é uma herança de família.

Figura 5 – Representação da 2ª e 3ª geração dos Barros a tomar conta do Santo Antônio



Vemos nessa árvore genealógica que até hoje todos que tomaram conta do Santo fazem parte da família Barros, além disso, as mulheres são as que mais se relacionam diretamente com o Santo, visto que são elas as responsáveis pela manutenção religiosa da comunidade quilombola do Pratigi e, assim, têm grandes responsabilidades no que concerne à manutenção das terras e do território pratigiense, uma vez que a festa de Santo Antônio se faz um momento de muita movimentação e fluidez inter e intracomunitária no Pratigi, por essa via, pode-se fazer relações políticas para defender o território pratigiense, em outras palavras, as mulheres estão presentes em todos os níveis políticos exercidos no Pratigi, desde a compra das terras, como já bem vimos, até os dias atuais.

Observação, nem Sebastião Barros nem seu filho Jongê jamais tomaram conta da Igreja, coloquei-os nessa árvore para mostrar que a esposa de Jongê, Lia, mesmo sendo de outra comunidade, teve direito a cuidar do Santo simplesmente pelo fato de pertencer à linhagem Barros via matrimônio. A mesma coisa foi Diana, que não entrou nessa árvore genealógica porque nem ela e nem o Marido fazem parte biologicamente da família Barros, mas, pelo fato de o marido nascer e se criar no Centro do Pratigi ela conseguiu o direito de cuidar do Santo.

A aquisição das terras do Pratigi ocorreu em 1908. Por volta dos anos 1930, Anjo Barros e Santa se mudaram para o Aruá, distante do centro do Pratigi uns 10 KM. Mudaram-se para lá porque ficava mais próximo do engenho de cana-de-açúcar, roldão e casa de farinha, os quais pertenciam ao casal. Além disso, também era o espaço onde

havia maior concentração de madeira e terra fértil para plantar as roças necessárias para suprir a demanda de cana, mandioca e dendê, que era a base da economia do Pratigi na época. Nessa mudança, o casal levou consigo o filho mais jovem, que não estava casado, Jerônimo Barros. Ficaram no Pratigi cuidando da Igreja e algumas coisas da comunidade, as filhas Valentina, Emília e Tidu Barros, a última ainda solteira, morando na casa de Valentina, durante o dia cuidava da casa dos pais na sede do Pratigi e, às vezes, indo para o Aruá visitá-los. Foi sob a direção dessas três mulheres que começou a ser construída a segunda igreja na comunidade. Vale lembrar que a primeira igreja construída no Pratigi por Anjo Barros e Santa era chamada de capelinha – já está que eles constroem nesse momento, onde hoje tem um cruzeiro, na parte de baixo do Pratigi, eles vão chamá-la de capela ou igrejinha.

Com o tempo, fizeram uma igreja maior, a terceira já construída no Pratigi, essa sim, eles irão chamá-la de igreja, já não aparecendo mais o nome capela. É bom observar que as duas primeiras igrejas construídas foram obra do bolso e do esforço do povo do Pratigi, hoje, a segunda Igreja é um marco no Pratigi chamado de Cruzeiro; e a terceira igreja realiza-se os cultos atualmente. Sendo que a primeira era de taipa, que consiste na armação das paredes à base de madeira e cipó, fazendo uma espécie de tela, e em seguida toda as paredes por dentro e por fora são tapadas por argila amolecida e pisada na água, no que chamam de *barreiro*, um lugar com barro especial, próximo à construção e de uma fonte de água, estrategicamente já escolhido pela comunidade para esse tipo de atividade. A segunda e a terceira foram feitas na base tradicional de cimento e bloco. A terceira Igreja já foi feita no início da década de 1980. É nesse processo de movimento, de construção, reconstrução, de mudanças, de venda, de compras, de viagens, principalmente, na época das festas de Santo Antônio que os pratigienses

tecem territórios e relações, por meio dos quais colocam em circulação pessoas, coisas, alimentos, palavras e memórias para assim enfrentar com habilidade os desafios num mundo atravessado pela violência estrutural, pelas hierarquias e pela imposição de fronteiras (territoriais, políticas, jurídicas, econômicas, étnicas, raciais) (MORENO, 2017, p.28).

Ou seja, cria-se um sentido para o lugar a partir de certas práticas, movimentos, cisões, acordos e etc., desse modo constitui-se o território. Território, de acordo com Filho; Cardoso e Alencar (2018, p.110) “é um lugar específico que passa a ser objeto de um sentido/ sentimento de pertencimento por estes grupos sociais; e as formas coletivas ou comuns de uso dos recursos naturais desenvolvidas por dados grupos sociais”. Nesse sentido, as festas e toda circulação de coisas, produtos e pessoas que ela promove ressignifica o território. Dessa forma, a festa de Santo Antônio se faz um evento profundamente significativo e que se constitui em um dos elementos centrais na construção dos vínculos intra e intercomunitário, agregando pessoas e significados ao território do Pratigi.

Ao longo da etnografia notei que havia relação marcante entre a minha pesquisa no quilombo do Pratigi e a de Perutti (2006), no quilombo da família Magalhaes (GO): os movimentos exercidos por esses povos até se fixarem em uma dada terra. Esse processo aparece na tese da autora citada como “*caçar melhoras*”, fato similar aos Barros, mas Perutti evidencia em seu trabalho que “*caçar melhoras*” para os Magalhães estava ligado às ruptura de afinidades, casamentos, viajar para cidade a trabalho e etc. No caso dos Barros, os velhos da família, protagonistas da fundação do povoado, se movimentaram muito à procura de terras para se estabelecer no pós abolição – 1888. Após estabelecidos, os fundadores do Pratigi, apresentados acima, deram movimentação ao lugar, com a construção de casa de farinha, roldão de processar azeite de dendê, extração de madeira e etc., muitas pessoas vinham à procura de trabalho, essa mobilidade dentro do território se concretizou, sobretudo, através da festa de Santo Antônio, esta fez circular pessoas, fé e coisas num movimento tanto para dentro quanto para fora, visto que nessas festas as visitas dos povoados sempre foram recíprocos, em maior ou menor intensidade, a depender dos relacionamentos entre dadas localidades. Uma das causas que fazem esses elos não se romperem são as festas de Santo, essas estabelecem e dão fluidez contínua ao território do Pratigi. No caso aqui, são as relações feitas a partir, principalmente, dos vínculos intercomunitários, através das festas de Santo nos povoados locais. Cada uma das quais recebe, anualmente, os amigos e aparentados das comunidades vizinhas. (Ver imagem da fluidez dessas festas, atualmente fato similar é

visto no passado). Tal fluxo com relação à festa, como mencionado acima, ainda existe, mas bom lembrar que surgiram outras formas de movimentos no Pratigi.

Uma que chama atenção ocorreu com o forte êxodo rural dos anos 1970 a 1990, os jovens Pratigienses faziam essa movimentação de *caçar melhoras* de forma mais intensa em direção às grandes cidades, principalmente, São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, atualmente o movimento que observo no Pratigi está relacionado às ideias de Carneiro e Dainese (2015, p.145), no que elas dizem que este

é apresentado e modulado de acordo com as relações que o condicionam, estabelecidas não apenas entre pessoas como também entre elas, os animais, as coisas e os meios que delimitam ou motivam seus deslocamentos. Se esses deslocamentos não podem ser pensados ou medidos tendo por referência um espaço já dado de antemão, o que surge para análise são circuitos específicos cujos traçados definem não apenas extensões geográficas como também movimentos intensivos.

Após os anos 2000, o fenômeno êxodo rural entrou em queda no Pratigi. A partir dessa época os jovens se movimentaram para o trabalho no ramo turístico local, sobretudo, na profissão informal de garçons, garçonetes, cozinheiras e marinheiros (as) na panícula de Maraú. Os locais mais procurados à procura de emprego e salários são: Barra Grande, Ilha do Sapinho e Ilha dos Campinhos. A exemplo de movimento intensivo, que as autoras citam, este está relacionado ao trabalho nesses pontos turísticos, visto que, o que faz esses jovens se deslocarem para esses locais “badalados” não é só o dinheiro. Se referindo ao trabalho de André Dumas (2014) sobre a *febre* do Ouro em Minas Gerais, Carneiro e Dainese (2015, p.148) comentam que esse movimento, “fala, sobretudo, a respeito de um certo estado de ânimo marcado por festas, bebidas, mulheres” e o mesmo ocorre com relação às idas dos jovens pratigienses para tais localidades, o movimento serve para observar o novo, o moderno. Esse movimento é feito para ver o movimento de *fora*; como eles mesmos dizem: “vou ali ver aquelas louras e *ver aquele movimento da gringaiada*; se referindo, não ao estrangeiro, como também nada disso está atrelado literalmente ao sexo, mas ao diferente com relação ao seu cotidiano. Ver aquele movimento é também se sentir em movimento, porque o movimento também traz prestígio, visto que a pessoa ao viajar, ao conhecer, ao andar, está se relacionando, se atualizando com relação ao que ficou.

Esses movimentos, para os pratigienses, têm um tempo determinado no ano, que vai do início da primavera até o fim do verão, dia 20 de março, pós carnaval; este é o *tempo de ganhar o dinheiro no/do turismo*. Esse é um tempo determinante para certas pessoas do Pratigi ganharem dinheiro, se divertirem, se atualizarem, ganhar prestígio; geralmente os (as) jovens. Essa noção de tempo é “próprio para o desempenho de determinadas atividades consideradas importantes pela sociedade” (PALMEIRA, 2002, p. 173). Esse tempo passou a ser importante, no Pratigi, a partir dos anos 2000, quando houve baixas significativas do trânsito de pessoas indo para São Paulo e Rio de Janeiro, porque, como é ditado popular em Camamu, *rolou dinheiro na região*, se referindo, nesse caso, a maiores fluxos de pessoas de *fora* se movimentado na baía de Camamu.

## 1.2 NÚCLEOS TERRITÓRIAS DO PRATIGI

Cabo da Mula, Cobico, Quigeme, Cajazeira /Cabana formam a comunidade quilombola do Pratigi. Certificada desde de 2008, conforme o decreto 4.887/2003 e o Art. 68 do Ato das Disposições Transicionais, da Constituição Federal do Brasil – 1988. A maioria dos moradores dos povoados citados nesse capítulo faz parte da Associação Quilombola do Pratigi e Matapera – AQPM. Apesar do núcleo territorial Cabana/Cajazeira ter relação de amizade e compadrio com os Barros, e apesar de comporem o mesmo território geográfico do Pratigi, existem diferenças sociais e políticas entre tais famílias. Fato que no entendimento de Raffestin (1993) são tentativas de domínio espacial e, são essas políticas exercidas nesse espaço, que se moldam os territórios, ou seja, estas são “abordagem geográfica da etnicidade e de sua espacialidade” (RATTS 2003:p.29), visto que estas duas famílias têm a mesma etnicidade, mas tem suas especificidades, como alerta Silva (2020, p.52) “na criação de códigos culturais e visões de mundo singulares[...]”.

Marques (2002 /2015, p.21), escreve que, nas localidades com tais características, há:

porções do espaço bastante extensas e essas são ao mesmo tempo socialmente subdivisíveis em diferentes núcleos, dotadas de qualidades físicas e morais específicas, e também passíveis de recomposição em unidades territoriais maiores, às quais seus habitantes se identificam, em algumas circunstâncias.



O Pratigi, hoje é constituído por quatro núcleos territoriais-familiares: Quigeme, o Cobico, Cabo da Mula e o Centro. Estas são pequenas localidades que recortam as terras pratigienses, ocasionado pela divisão para contemplar a segunda geração da família Barros. Antes, existia o quinto núcleo, o Aruá, mas este foi vendido no início dos anos de 1980 para outra família, entretanto, pela importância desta para compor a história pratigiense vou incluí-la aqui nessa Dissertação.

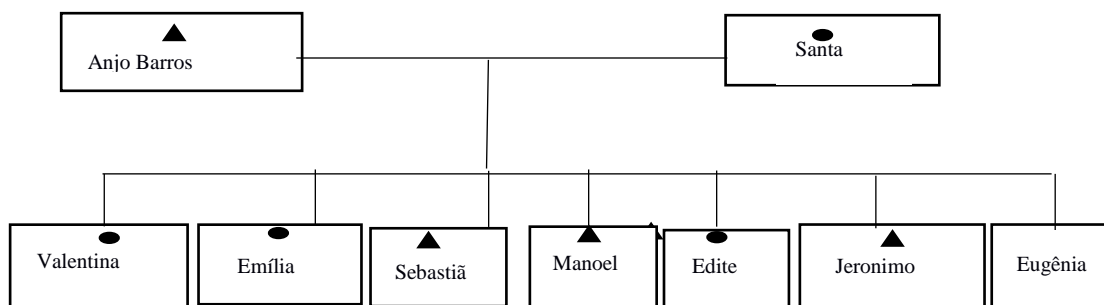
A primeira divisão consiste no momento em que somente Anjo Barros, Santa e o padroeiro do Pratigi, o Santo Antônio, amarravam a memória territorial do Pratigi como um todo. Fazendo uso de uma metáfora, é como se esses três fossem a rede e a segunda geração os fios para compô-la; enquanto a segunda divisão, equivale ao momento quando Anjo Barros e Santa começam a dividir as terras com os filhos: Jerônimo, Manoel, Edite, Eugênia, Tidu, Valentina, Emília e Sebastião (ver figura 6), essa divisão ocorre até após a morte de Anjo Barros (1954), formando assim, os núcleos territoriais do Pratigi, constituídos de núcleos familiares, alguns estabelecidos com mais de uma família nuclear.

Deixo evidente que a Cabana/Cajazeira também é um dos núcleos territoriais que compõem o Pratigi; embora este seja fruto da chegada de Manoel da Esplanada que se fixou próximo às terras do Pratigi logo após o estabelecimento dos Barros. Desse modo, com o tempo e com a igreja de Santo Antônio, houve as festas, os namoros, os batismos interfamiliares e, estas famílias começaram, desse modo, a estreitarem os laços de amizades e solidariedade recíprocas.

Hoje, dentro dessa primeira divisão das terras pratigienses já ocorreram outras demarcações para contemplar os netos e bisnetos [terceira e quarta geração]. O objetivo de estudar esses núcleos territoriais e as genealogias que as demarcam é entender, assim, os meandros das histórias que permanecem inscritas na paisagem. Através do uso das terras, dos relacionamentos, das negociações, a paisagem atual conta sobre a constituição do território. Essa relação faz os pratigienses estabelecerem “uma relação particularmente forte com o passado e com a manutenção da memória dos lugares ocupados pelos ancestrais” (Arruti, 2006, p.240) e são as famílias, por meio das relações estabelecidas no

local, no caso do Pratigi, o Santo Antônio, com fortes influências nessas relações, que faz com que estes mantenham fortes ligações da memória com as terras e vice-versa. Desse modo, as famílias mantêm as suas ancestralidades ativas, vivas, constituindo assim, o território do Pratigi.

Figura 6 - Filhos de Anjo Barros e Santa



### 1.2.1 O Aruá: a história da venda

Para chegar no Aruá, basta ir pela estrada que liga Camamu ao Distrito de Barcelos do Sul, passando pelo quilombo Pedra Rasa, chega-se ao Aruá. A localidade virou empreendimento rural após a compra por empresários à família Barros no início dos anos de 1980. O Aruá fica há uns 10 KM da sede pratigiense. Essa área de terra tem em média 170 hectares; faz divisa no Oeste com a Comunidade de Pedra Rasa; no Sul com a fazenda Guanabara, que antes era conhecida como Rio de Angola; no Leste, com parte da fazenda Jaqueira de Cenor e ao Norte, faz divisa com o sítio de Liolina, de Diqueiro e dos descendentes de Antônio de Du. Após a venda, essa divisa passou a ser demarcada com arame farpado.

Com a compra do Pratigi em 1908, as terras do Aruá e da sede foram as primeiras a serem ocupadas. A ocupação do Aruá, na época, está ligada principalmente pela prática da extração de madeira, já que esta localidade do Pratigi, a mata, era extremamente densa e conseqüentemente continha várias madeiras de lei, boas, sobretudo, para construção de barcos, como jacarandá, jataí-peba, louro, pequi dentre outros tipos de árvores; estas eram transportadas para Barcelos do Sul, Gravatá, Campinho – Maraú-BA e, sobretudo, para

Cajaíba do Sul, povoado próximo ao Pratigi e, também maior consumidor desse produto extraído pelo Barros na época. A maioria dos produtos retirados eram direcionados para construções de barcos artesanais em Cajaíba do Sul<sup>12</sup>, construção de pontes e casas na região. Em alguns casos, eram feitas trocas de produtos por alimentos entre as localidades próximas. Maria Barros conta isto da seguinte forma:

ali ele começou a trabalhar, tirava muita madeira mesmo, mandava para Cajaíba, ele pegou a fazer o canavial, tinha o canavial dele de cana lá onde eles venderam, no Aruá. A raspadura ele fazia toda semana mandava duas cargas de raspadura pra Barcelos. Diga a ele que me mande peixe seco, feijão não comprava que eles tinham da roça, café, açúcar não comprava.

Esse processo se intensificou entre 1930 a 1940 quando Anjo Barros transferiu o engenho de açúcar, de farinha e o roldão para o Aruá, coisa que antes era na sede do Pratigi e, por conseguinte, este passou a morar nessa parte do Pratigi, porque facilitaria pela proximidade das roças de cana, de dendê, de mandioca, além dessa localidade ser cortada pelo rio de água doce, o qual seria útil para a produção de azeite, rapadura, melaço e farinha. Esses produtos não eram vendidos apenas para Barcelos, mas também para Cajaíba, Pedra Rasa, Tapuia e sede municipal de Camamu.

No início da década de 1980, o Aruá foi vendido pelos descendentes de Anjo Barros. A responsável pela venda da terra foi Michele<sup>13</sup> Barros e seu Marido, Michel. Entre alguns pratigiense há, até os dias atuais, a insatisfação quanto a quantidade de dinheiro distribuído entre os herdeiros; comparando à quantidade de terra vendida. O povo do Pratigi não quis entrar em detalhes sobre esse assunto comigo; por ser um assunto delicado e eu fazer parte da composição da família.

Os dados que consegui sobre a venda do Aruá foram coletados por pequenas explicações, onde as pessoas deixavam claro que não queria entrar nesse assunto, alguns diziam que era coisa do passado, que não queria tocar nesse assunto e etc., coloquei aqui também coisas que ouvi ao longo da minha vida morando no Pratigi; por isso se faz presente poucos dados sobre a venda e compra. Quando tentava extrair informações sobre

---

<sup>12</sup> Ver reportagem sobre Cajaíba e as construções de barcos artesanais:<  
[https://www.youtube.com/watch?v=z9\\_O19IIBO4](https://www.youtube.com/watch?v=z9_O19IIBO4)>

<sup>13</sup> Os nomes nessa seção são todos fictícios para preservar a identidade dos envolvidos.

esse assunto, percebi que há um desconforto, porque não houve consultas, nem reuniões com os herdeiros para discutir valores e etc., alguns descrevem essa negociação como sendo *um bolo brabo*, ou seja, para eles, essa venda não foi clara para ninguém entender e ninguém entendeu, por isso chamam de *bolo brabo*.

A venda se deu para um homem chamado Sertanejo e, posteriormente, este vendeu para o irmão do ex prefeito Zequinha da Mata. Hoje pertence à família da Mata, a ideia, pelo que soube no Pratigi, é futuramente ocorrer a implementação de uma empresa para produzir bloco, extraíndo a argila da área. Nos dias atuais, há também na fazenda Aruá a única plantação de eucalipto da região Pratigi-Barcelos, o intuito desse empresário, penso eu, é implementar a cultura agrícola do eucalipto na região. Sobre o assunto, até o momento, não há nenhum debate em pauta no Pratigi relacionado aos impactos de tais implementações na região.

### 1.2.2 Quigeme

O Quigeme localiza-se a Oeste do território em relação à sede do Pratigi, é atravessado pela estrada que liga a sede municipal ao Centro do Pratigi. Esse topônimo faz divisa no lado esquerdo com o Cabo da Mula; e do lado oposto, com o Cobico.

Essa parte do Pratigi foi dada metade a Edite Barros quando casou com Cláudio Odató, sendo que esta ficou inserida na divisa entre o Quigeme e o Aruá. até os dias atuais os descendentes dela tem tais terras. Após a morte de Anjo, os filhos mais novos, Jerônimo e Manoel Barros, adquiriram seus respectivos pedaços de terra para morar com suas famílias recém constituídas, formando três unidades familiares neste núcleo territorial.

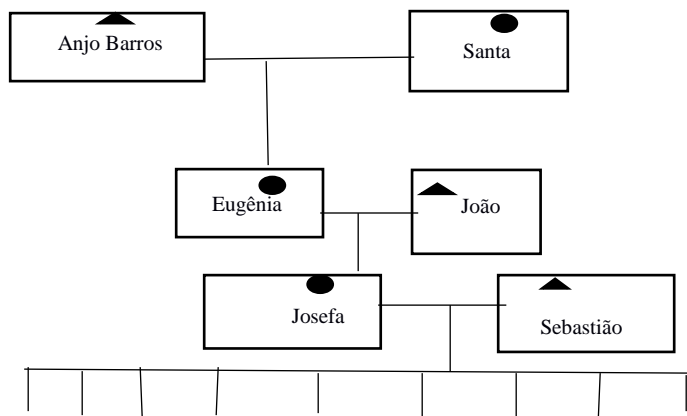
Por outro lado, seu irmão Manoel, que herdou a outra parte do Quigeme, tomou a decisão de ir *morar fora*, ou seja, sair da zona rural e ir para zona urbana, então pediu às irmãs Emília e Valentina que comprassem suas terras herdadas do Quigeme. Maria José atesta este fato quando diz:

[...] bem, aí Valentina sempre foi uma mulher esforçada tinha o dinheirinho dela que ela trabalhava muito em fazer tarrafa e rede e vendia e, o dinheirinho dela era sempre “oculto”. Emília também, era uma mulher muito “guerreira”. Logo, elas se

juntaram, compraram a parte de Manoel e ainda deram uma canoa herdada de Anjo Barros bem grande que servia para carregar passageiro do Pratigi, os doentes para o hospital, para festas e etc.

Manoel juntou o dinheiro da venda das terras e da canoa e seguiu para Ilhéus – BA, com Janoca e seus filhos; lá se empregou na área marítima e depois se mudou para o Rio de Janeiro – RJ, onde foi trabalhar como marinheiro em navio mercante. Nos anos 2000, ele reivindicou um pedaço de terra na região do Quigeme. Essa parte do Pratigi já estava sendo, nos últimos tempos, cultivada e plantada por Sebastião, marido da neta de Anjo Barros, dona Josefa Barros, filha de Eugênia Barros (ver figura 7). Por conseguinte, eles foram para a justiça e a família de Manoel venceu.

Figura 7 – Família de Josefa.



A divisão resultou em parte do terreno para Sebastião e Josefa e parte para a família de Manoel. Posteriormente à vitória na justiça, a família de Manoel se juntou e vendeu a terra para Isaías Barros, filho de Terezinha Barros. Atualmente, a família de Manoel Barros não tem mais propriedade na comunidade. Mas a consideração como familiares e *da terra* como diz os pratigiense, com relação com quem pertence à família Barros. O Quigeme é uma das melhores terras, visto que as terras são férteis, pelo fato de a parte do fundo do território ser uma várzea, conhecido no Pratigi como Brejo Grande. Vale ressaltar que Jerônimo foi o idealizador e fundador da primeira associação de pequenos agricultores e também da associação dos quilombolas do Pratigi, existente

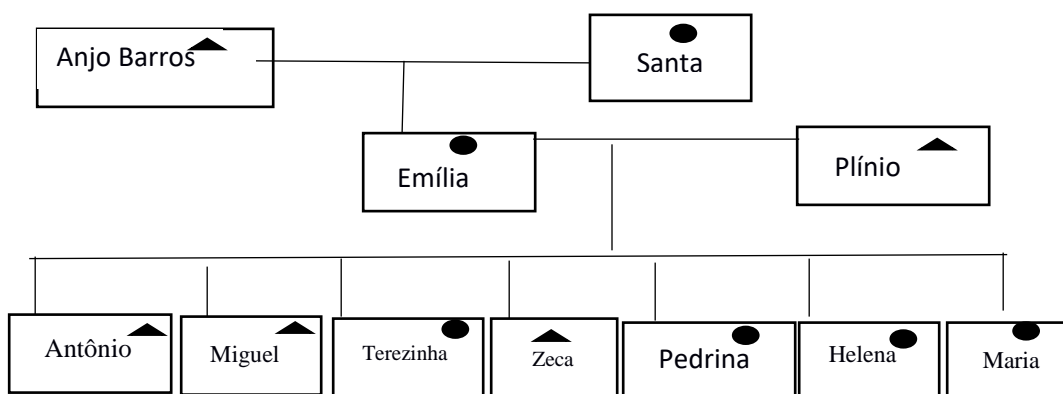
ainda hoje. Esse assunto será abordado com mais especificidade no capítulo III da presente Dissertação.

### 1.2.3 Cobico

Segundo relatos de alguns moradores do Pratigi, havia um povo que morava nas terras do Cobico muito antes de Anjo Barros comprar o Pratigi e o Aruá. Eles não se misturavam, não tinham convivência e nem sociabilizações com as pessoas de *fora* do grupo familiar deles. Eram negros, moravam em casa de folha de patioba e só comiam coisas que a natureza dava, não compravam nada da rua. Todos os mortos do Pratigi, Matapera e Pedra Rasa e região, até os dias atuais, são sepultados no Distrito de Barcelos do Sul, porém, os mortos desse povo eram enterrados no cemitério construído por eles mesmos, localizado no Cobico. Viviam a sós. Os pratigienses sabem pouca informação relacionada a esse povo, mas sabem dizer que após Anjo Barros comprar o Pratigi, eles foram para outro lugar, do qual os pratigienses não sabem nada.

Com a compra do Cobico, Anjo Barros e Santa deram essa parte das terras pratigienses à filha mais velha, Emília Barros, como presente de casamento, como citado acima. No Cobico, Emília teve seis filhos: Antônio, Miguel, Zeca, Pedrina, Terezinha e Maria (ver figura 8).

Figura 8 – Família de Emília



Com o passar do tempo, eles começaram a dividir essa faixa de terra entre eles. O primeiro a receber sua parte foi Zeca Barros, que herdou a faixa de terras na parte de trás do Cobico [com relação ao centro do Pratigi], que faz divisa com a Fazenda Jaqueira de Cenor. Quando Emília morreu, Terezinha ficou com a parte da frente; Maria, Miguel, Pedrina e Antônio ficaram com a parte leste, conhecida como a tapera do Cobico, que faz divisa também com a Jaqueira. Antônio, o filho mais velho de Emília, com o intuito de adquirir uma faixa de terra no Aruá, antes da venda, abriu mão das terras herdadas no Cobico para sua irmã, Maria Barros, com a observação somente desta lhe pagar 150 reais pelas piaçavas que ele havia plantado nas suas terras herdadas. Então, Antônio se mudou para o Aruá onde ficou com 17 (ha) de terra; sendo que no Cobico iria ficar com menos de 5 (ha), esse foi o fato dele ter ido morar no Aruá, visto que nessa parte do Pratigi moravam poucas pessoas.

Hoje em dia, o Cobico está mais populoso que a sede do Pratigi. Atualmente, o Cobico tem 20 casas, com aproximadamente 80 a 100 pessoas morando na localidade, enquanto que a Sede do Pratigi tem 10 casas com moradores fixos, com população oscilando entre 30 a 35 moradores. A população do Cobico inclui jovens que não saíram para morar na cidade, preferiram ficar na terra; pessoas que trabalham na agricultura com plantação de mandioca, de cacau, milho na época junina e também com a pescaria de náilon, de anzol, manzuá para pegar siri, armar ratoeira para capturar guaiamum, caçar, entre outras atividades. Tudo que é conseguido com esses afazeres são para consumo próprio, vendendo o mínimo possível, exceto a cultura do cacau, que é toda vendida para atravessadores na sede municipal camamuense, enquanto que na sede, a maior parte da população é de aposentados rurais / pescadores artesanais e uma pequena parte de agricultores / pescadores locais.

#### **1.2.4 Cabo da Mula**

O Cabo da Mula, por sua vez, a segunda faixa de terra herdada no Pratigi, ficou para o segundo filho mais velho do casal de Anjo e Santa, chamado Sebastião Barros.

Além de ganhar o Cabo da Mula, ele ainda ficou com uma faixa de terra na sede do Pratigi, próximo ao Porto, na qual hoje mora o seu filho João Barros com sua família. João é casado com Maria Cardoso e residem no Centro do Pratigi com suas três filhas, mas onde ele cultivava, principalmente a cacauicultura, é no Cabo da Mula, na parte de várzea, terra boa para tal cultura agrícola.

O Cabo da Mula faz divisa na frente com a cabana / Cajazeira. Ao fundo com a restinga ou como os pratigienses gostam de chamar, o *apicum* – transição entre o mangue e o continente; do lado direito com o Quigeme; e, do esquerdo, com a Cajazeira e com um terreno de Aurelino Barros e Maria Barros, filhos de Eugênia Barros. Todas essas faixas de terras, os donos têm declarações retiradas a partir do título principal de compra das terras pratigienses feita por Anjo Barros, Faustino e sua mãe, Maria dos Santos, no início do século XX. Vale ressaltar que hoje, o herdeiro que ganhar uma faixa de terra no Pratigi não retira mais os documentos com o título antigo, mas sim, a partir da declaração do seu ascendente. Tais divisões e declaração sobre a terra, bem como o aumento da população nativa, se deram a partir da morte de Anjo Barros, e, desse modo, vieram as cercas de arame.

Sebastião participou efetivamente, da ocupação de todo o Pratigi. Ele contribuiu, por exemplo, nas ações de montar engenhos no Aruá, abrir roças de cana, de mandioca, participando, desse modo, de todos os processos de mudança do roldão e da casa de farinha para o Aruá, como também participou da construção do pequeno engenho de cana de açúcar nesta parte do Pratigi, como dizem os pratigiense, Sebastião foi o *pé de boi* de Anjo Barros, ou seja, trabalhou muito na época.

Sobre o estudo da genealogia, Marques (2002, p.02) diz que “o conhecimento genealógico instrumentaliza o acesso ao passado e a coletivização da memória, ao mesmo tempo em que, no sentido inverso, a narração de memórias tem efeitos sobre como o parentesco é reconhecido no presente”. E que as “[...] genealogias não equivalem a famílias, mas elas proporcionam uma moldura para o estabelecimento de conexões entre conjuntos de relações múltiplas e díspares aos quais interlocutores e referentes pertencem”. E em seguida, Marques ressalta que:

em muitos sentidos, esses fatos não se encerram no passado, pois eles orientam e emprestam significados a relações e ações do presente e

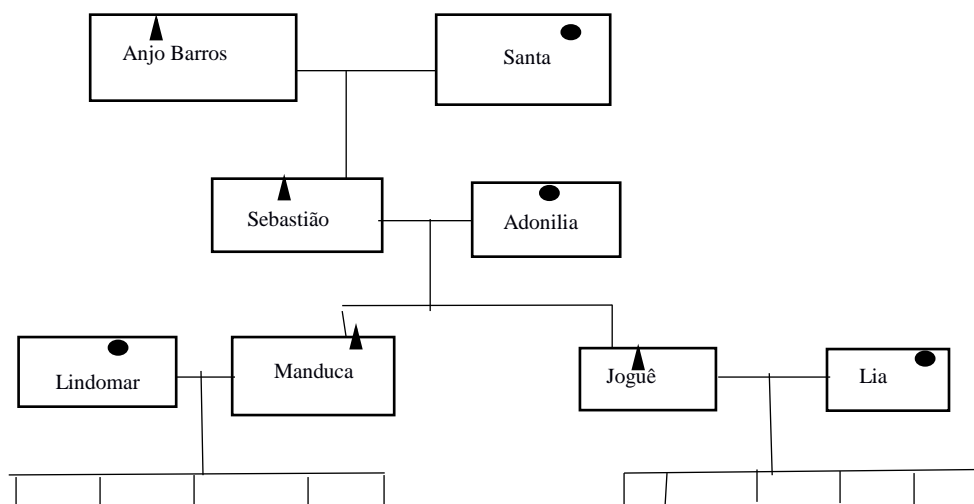


projetadas no futuro, até mesmo entre desconhecidos. Através deles, qualquer dos atores envolvidos pela narrativa se situa face uns aos outros no plano das distâncias sociais, definidas não apenas pelas posições genealógicas, como também pelos papéis desempenhados nos eventos narrados e pelas reputações que se reivindica para si por meio de seus parentes. (2002, p.23)

Os fatos ocorridos em dadas localidades, no espaço e no tempo pratigiense tecem fatos no presente, os quais poderão ter impactos no futuro<sup>a</sup> nesse sentido, o parentesco e a paisagem, se tornaram importantes para o presente estudo sobre a família Barros.

Quando Anjo Barros estava vivo, seu filho Sebastião morava na sede do Pratigi e era casado com Adonilia, uma mulher nativa do Porto do Campo, comunidade vizinha, situada cerca de três horas via terrestre ou marítima. Com o falecimento de Sebastião, no início dos anos de 1990, essas terras foram repartidas entre seus filhos Manduca e João Barros (ver figura 9). João como citei acima, é casado com Maria Cardoso, mulher proveniente da Pedra Rasa, hoje comunidade quilombola.

Figura 9- família de Sebastião Barros



A divisão do Cabo da Mula se deu da seguinte forma: João ficou com a parte que faz divisa com o Quigeme, já Manduca Barros ficou com as terras limítrofes com a Cajazeira e com as terras dos filhos de Eugênia Barros - Aurelino e Maria. Após a divisão das terras, Joguê cuidou logo de declarar sua área em cartório e, assim, se firmou na terra. No pedaço de terra de Joguê, se produz de tudo: mandioca, às vezes abóbora, milho na

época junina e, sobretudo, cacau. Todas essas plantações foram e são feitas pela família de Joguê, é praticada a agricultura familiar.

Já Manduca nunca quis saber de fazer documentos, apesar de algumas pessoas da sede do Pratigi, como Maria José (2020), contar que avisava: “Manduca, Vumbora para Camamu que eu vou com tu para te ensinar pra tu fazer seu *incra*. Então aquilo ali tudo é de Anjo Barros”. Fazer o *incra* quer dizer os documentos para se oficializar formalmente como donos da terra e poder pagar o Imposto sobre a terra – ITR. A preocupação de Maria José diz respeito a ausência de documentos oficiais constatando que essas terras pertencem a esse núcleo familiar. Esses avisos fazem relação às consequências de não estar presentes na terra, cultivando e, sobretudo, não registrar juridicamente como suas; de acordo com ela:

[...] se entra outra pessoa e desembastisse aquele mato, fizesse um “biongo” e caísse pra dentro (trabalhar na terra), quem vai pra justiça? Como é que você vai pra justiça brigar que isso é seu sem você ter um documento? Você perde. Principalmente terra. A lei diz: a terra é de Deus, mas o governo garante a sua proteção que você protegendo esse lugar cê tá cultivando, ó, você tem seu barraco, você tem sua plantação; o governo diz: você é dono. A lei de terra é essa. Ele não entende. (MARIA JOSÉ, 2020).

Mesmo depois de vários avisos, Manduca nunca foi registrar suas terras, como fez todos os outros herdeiros do Pratigi utilizando como referência o título geral de compra do Pratigi feito em 1908. Quem fez essa documentação foi Lindomar, esposa de Manduca, após ele morrer. Ela fez a declaração da terra, contudo, ao dar entrada na aposentadoria rural esse documento foi perdido, hoje o único documento jurídico que ela tem da terra é o título geral do Pratigi, ainda da época de Anjo Barros. Mas essa família já tem total direito sob a terra, baseado na lei de usucapião, visto que esse núcleo familiar já mora nessa localidade há mais de quinze anos<sup>14</sup>.

### 1.2.5 Cajazeira / Cabana: unidade territorial da família Esplanada

<sup>14</sup> Ver em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6969.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6969.htm)>. Acessado em: 07/01/2021.

O núcleo territorial da Cajazeira/ Cabana faz divisão ao Norte e Oeste com a Matapera, ao Sul com a Areia Branca e Centro do Pratigi. O ancestral mais velho dessa família, o qual fundou cabana / Cajazeira, chamava -se: Mané da Esplanada.

O núcleo territorial da Cabana/Cajazeira foi fundado a partir da chegada de Anjo Barros nas terras do Pratigi. Quando os Barros chegaram no Pratigi, por ter uma grande devoção com Santo Antônio, cuidaram logo em construir a igreja para promover as festas religiosas e profanas ou, como os pratigiense chamam, festa *dançante*. Esse nome festa profana, no Pratigi, é trocado por festa *dançante*, dado que a semântica do nome profano para os Barros está ligada a algo maligno, algo do mal, está palavra dificilmente é proferida no Pratigi, há um total desuso, só usada quando quer se referir a uma pessoa que não gosta de Deus, eles dizem: “fulano de tal não gosta de Deus”, ou seja, “ele é uma pessoa profana” isto ocorre geralmente quando toca no quesito religião católica apostólica romana. Isto posto, outras pessoas começaram a ocupar terras ao entorno do Pratigi, o que levou ao surgimento do núcleo territorial da Cabana / Cajazeira. Hoje esse povoado comporta cerca de treze casas de famílias, dois bares e uma igreja evangélica, com população chegando a cerca de 50 a 65 pessoas, a maioria jovens, logo se faz maior que o centro do Pratigi.

Embora a família seja os da Esplanada, esta tem uma forte ligação de compadrio e amizade com os Barros, como também o Pratigi serve como referência juridicamente e socialmente nas resoluções burocráticas com relação à esfera pública: cartório, correio e etc., também o endereço Pratigi, atende de base na cidade de Camamu para compras de objetos e produtos nas lojas, além disso, a escola, o posto médico e as mercearias se encontram na sede pratigiense.

Recentemente, por exemplo, minha prima se casou com um rapaz que faz parte da família da Esplanada e foram morar “fora”, mas frequentemente estão no Pratigi. É bom lembrar que todo esse pessoal descendente dessas duas famílias são devotos de Santo Antônio e sempre estão presentes nas missas e festas dedicadas a Santo Antônio no Pratigi, mesmo que muitas vezes até brigados com certas famílias nucleares de dentro do Centro do Pratigi. Vejam que a festa de Santo Antônio tem o poder de unir as pessoas através da diversão mas, como afirma Teixeira (2010, p.10), “designa não só a recreação/recreio, mas, sobretudo, a recriação/regeneração”.

No povoamento do Pratigi criaram-se fortes ligações de compadrio por parte do pessoal dessas localidades para com Anjo Barros e Santa, visto que estes, diz o pessoal do Pratigi, os Barros traziam os padres de Marau, Barcelos e, até de Ilhéus para celebrar as missas no Pratigi, sendo assim, uma das entrevistadas me relatou que:

ele (Anjo Barros) ia trazer os padres de Marau, vinha andando, atravessava, celebrava a missa; missa de santo Antônio. Ele mandava batizar esse pessoal aí de cima, da Cajazeira, tudo foi meu avô que trouxe pra batizar; as filhas dele [Anjo Barros] tudo era madrinha desse pessoal aí em cima: de Carmerinda, de Nita, de Madaí, de finado Abelar tudo era afilhado desse povo daqui dos filhos de Anjo Barros. Ele mandou batizar tudo, que era tudo pagão (CARMEM,2020) <sup>15</sup>

Dessa forma, acontecia o batizado de todas as pessoas dos povoados locais que fossem pagãos perante o cristianismo, principalmente do povo da família Esplanada. Vale salientar que os filhos de Mané da Esplanada, o ancestral comum da família, eram todos batizados pelos filhos de Anjo Barros e Santa. Então, é possível notar que a igreja de Santo Antônio foi uma das pontes para constituição da amizade e consideração entre as pessoas dos povoados locais com a família Barros. Essa amizade foi construída entre as duas famílias, os Barros e os Esplanadas através da devoção a Santo Antônio, do compadrio e do bom relacionamento das famílias na medida do possível.

O catolicismo popular, segundo Andrade (2016, p.49) “confere à categoria de festa uma importância toda especial para quem é devoto e organiza essas festividades que homenageiam essas santidades”. Essa festa a Santo Antônio demarcou tal amizade, através da devoção naquela época, como citado acima, mas bom deixar evidente, que a política comunitária continua até os dias atuais entre essas famílias, momentos de paz outrora de *cismas*.

Essa parte do território geográfico do Pratigi é a única faixa de terra que não se inscreve o nome dos descendentes dos Barros na sua paisagem, a memória territorial, nesse caso, pertence à família da Esplanada, ou seja, há um domínio, sócio-político já alcançado nessa parte do território pelos da Esplanada, isto é, há uma constituição territorial feita por essa família, mesmo dentro das terras pratigienses. O que eu pude observar, me parece, que esse povoado está tentando se livrar juridicamente do Pratigi e, poder resolver problemas burocrático pelo nome Cabana/Cajazeira.

---

<sup>15</sup> Nome fictício para preservar a identidade da entrevistada.

## 1.3 MEMÓRIA TERRITORIAL

### 1.3.1 – Memória e respeito

O povoamento do Pratigi, como afirma Maria Barros (2020), se deu logo após a compra e fundação do Pratigi, no início de 1900. Ela narra com precisão como foi a ocupação primeira do Pratigi:

Aí ele [ Anjo Barros] se mudou pro Pratigi, ai ele se mudou pra cá conheceu minha avó [ Santa], minha avó era filha do Jatimana, o pai dela era do Jatimana. Aí foi morar então, fez uma casa cá no Porto, onde Jonguê mora, aí foi a primeira casa dele. Ainda me lembro ainda, tava pequena ainda me lembro a capela do santo. Isso quando ali a casa foi se acabando fez uma casa ali onde hoje é dominga, por ali assim, ele fez uma casa. Aí foi morar cá em cima, aí botou a capelinha do santo de junto e morava ali. Ai a família foi crescendo, ele foi embora já por Aruá. Quando ele morava lá embaixo onde é Jonguê, tinha a capelinha onde é Biuca, mas quando ele se mudou pra o Aruá, já Tidu e Valentina tomava conta de algumas coisas. O pessoal se juntou pra fazer o que o pessoal chamava de a igreja. Da igreja, ali não tem o cruzeiro? Ali foi a primeira igreja.

Desse modo, a ocupação do Pratigi começa pela casa do casal fundador, Anjo Barros e Dona Santa. Ao se estabelecerem, eles erguem uma igreja e começam a praticar sua devoção ao Santo Antônio, expressando assim o que Cavalcante (2019, p.90) chama de catolicismo popular: “uma das modalidades do catolicismo que tem a sua funcionalidade a partir da figura nuclear que são as devoções aos santos”. Naquela época, Maria José lembra: “Anjo Barros mandava chamar o padre, reunia com aquele povo e fazia a missa e depois da missa o povo ia beber e ia fazer as festas de brincadeira, não sabe? Desde o tempo dele”. Em suma, como nota a entrevistada: “essa terra [o Pratigi] foi fruto de promessa feita por Anjo Barros ao Santo Antônio”. Ou seja:

[Aos] Santos de devoção são dirigidas preces e oferendas com o objetivo de garantir a proteção diante das dificuldades e dos problemas nos quais os devotos se sentem incapazes de agir ou superar. As imagens dos santos protetores são consideradas milagrosas pelos devotos e são a elas que eles dirigem os pedidos (CORRÊA, 2011, p.30).

Depois de toda essa trajetória e livramentos entre o Santo Antônio e os Barros e *vice-versa*. Depois do percurso com muitos percalços, como vimos acima, ambos se estabelecem nas terras pratigienses. Esse fato sempre gera agradecimentos tanto para Santo Antônio, quanto para Anjo Barros: “esse aqui [o Pratigi] é o maior presente que Santo Antônio deixou para nós, graças a Anjo Barros” fala Josefa em uma entrevista. O santo sempre está presente nas conquistas e nas tristezas do povo pratigiense. Um exemplo de alegria: a conquista da compra das terras pratigienses através da promessa feita ao Santo. Um exemplo do respeito: todos os mortos desde da fundação do Pratigi são velados dentro da Igreja de Santo Antônio, um momento de tristeza em que os pratigienses optam por passar junto ao seu protetor.

Essas relações de respeito e de cuidado ao Santo Antônio não estão atreladas ao Santo casamenteiro que o catolicismo romano prega, mas sim a um santo de luta, resistência, persistência, que fez todas ligações e proteção por todos os diferentes lugares por onde os Barros passaram, de Gandu-BA ao Pratigi – BA e continua fazendo até os dias de hoje. Por esse motivo, todos os anos várias pessoas do Pratigi que viajaram para outras cidades ou estados do Brasil vêm para festa do Pratigi, vêm para se divertir como também para reverenciar o Santo Protetor, visto que é comum aos *filhos do Pratigi*. Pessoas que nasceram no Pratigi, ao chegarem para os festejos, trazem velas, fogos de artifício, dentre outros itens para promover, no final da missa, brincadeiras com pau de sebo, quebra-pote etc. Em outras palavras, a festa de Santo Antônio promove circulações de pessoas e produtos tanto localmente, como nacionalmente, visto que vem gente de várias partes do Brasil para a festa no Pratigi, e essas pessoas trazem de suas cidades eletrodomésticos, eletroeletrônicos entre outros objetos de valor. Quando retornam, levam farinha, azeite, frutos do mar para suas cidades de moradia, após se divertir e, às vezes, pagar suas promessas. Muitas vezes, as festas proporcionam o começo do matrimônio, que unirá duas famílias diferentes. Essas são formas de agradecimentos e saudações ao Santo que fez todo o processo para que os Barros se firmassem nas terras do Pratigi.

O respeito praticado desde a chegada dos Barros ao Pratigi reflete-se através dos ensinamentos impressos nas paisagens e pode ser contado através das memórias

históricas que perpassam gerações no Pratigi. Mauricio Arruti, narra sobre o que ele chama de “etnografia nômade”, feita enquanto passeava, observava e dialogava com os sujeitos da sua pesquisa. Assim ele percebeu que o território pode se configurar como um “marcador memorial” do passado (ARRUTI,2006, p.227), ou seja, todos os movimentos, todas as simbologias que configuram o território ficam de alguma forma gravadas na paisagem, que pode ser acessada e usada atualmente. Ele afirma que:

dessa forma muitos desses caminhos e desses topônimos remetem a história humana, particulares e complexas, que dessa forma, também encontram registro nessa memória territorial, ainda que para efeito da definição de suas memórias coletivas tal complexidade seja reduzida a um código de identidade, que é também um único caminho no espaço (2006, p.241)

Veja umas das histórias que marcam o respeito entre as pessoas no Pratigi. Tal fato, conta-se, aconteceu em um lugar chamado “Cruz do Gago”. Maria José nos narra da seguinte forma:

A Cruz do Gago, porque é assim, é um encruzo, vinha da Areia branca, Pratigi e Cajaíba, antigamente, morava uns gagos, aí os gagos, brigaram, os dois, e se mataram, aí apanharam os gagos, chegou na encruzilhada e enterraram; fizeram o buraco, enterraram ali como formiga, ali tem dois mortos, (eu estou contando por que meu pai contou) era o caminho, mas era o encruzo. Como bem: tem a fonte, porto e Pratigi e você tem outro caminho que sai lá, aí os dois foram dar bom dia um ao o outro, aí custou dar, aí pensaram que estavam remendando. Naquele tempo, o povo andava com o facão nos quartos, aí se mataram, um matou o outro. Ali tinha uma cruz grossa (a cruz se acabou; ainda alcancei a cruz), preta. O povo ascendia vela, colocava flor e ao passar jogava galhos de mato, ele foi enterrado ali. O povo de de primeiro não gostavam de passar ali sozinho, porque diziam: olha o gago! (se assombravam). Por isso botou o nome.

Segundo o mito, houve uma falta de entendimento entre essas duas pessoas, ocasionado porque “os dois falavam da mesma maneira, pensaram que um estava imitando o outro, começaram uma briga que resultou na morte de ambos” (MARIA JOSÉ), visto que um foi exigir o respeito ao outro violentamente, sem perceber que se tratava de necessidade especial semelhante. Essas histórias demarcam lugares e caracterizam o Pratigi, refletindo dessa forma, que as boas relações devem ser exercidas para constituição de um território justo. São essas histórias que compõem a memória coletiva dos Pratigienses há séculos e tanto os Barros quanto o Santo Antônio são

responsáveis por tais ensinamentos sempre contendo uma moral, nesse caso, se trata do respeito à condição do outro, tais ensinamentos perpassam de geração a geração.

Para Halbwachs (2003), as memórias não podem ser analisadas sem levar em consideração os contextos sociais, visto que esses servem de base para a reconstruí-las. Uma vez que as memórias podem ser interpretadas como do passado, mas que reaparece em dado momento propício no presente. Isto é, as memórias não são autênticas, confiáveis do passado, mas de alguma forma estas podem ser acionadas dependendo dos interesses e da ocasião no presente. Além disso, o autor sugere que a memória individual está ali presente por influência da memória coletiva, uma vez que todas as lembranças são compostas no interior de um dado grupo, a vista disso, ele explica que:

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contatos entre um e outro para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstruir pedaços a pedaços a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também na dos outros, porque elas estão sempre passando desta para aquela e vice-versa, o que é possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2003, p.39).

E através desse processo de ressignificação, conforme os interesses coletivos de dada sociedade, que as memórias vão modificando o território de geração a geração. No Prati, a memória diz muito sobre o *respeito*, mas também vai sendo alterada conforme os interesses dos Barros, darei exemplos. Primeiro, dizem que na época de Anjo Barros, a festa a Santo Antônio era organizada da seguinte forma: a festa religiosa era feita no décimo terceiro dia de junho, dia de comemoração a Santo Antônio e a festa profana começava na mesma data, independente de qual dia da semana caísse. Hoje a festa religiosa e profana se desligaram. A religiosa ocorre no dia do Padroeiro e a profana no final de semana seguinte ou anterior. Essa mudança se deu devido ao fato de os comerciantes locais e os jovens apelarem para tal desligamento, visto que se o dia treze caísse na segunda-feira, não compareceriam muitas pessoas, nesse caso, tanto os



comerciantes quanto os jovens estavam preocupados no fluxo de pessoas circulando no Pratigi no dia da festa.

O segundo exemplo: dizem que Anjo Barros se fixou, não quis candomblé no Pratigi. Até hoje não existe candomblé fazendo parte do território Pratigiense, quando raramente se fala sobre o assunto, todos repreendem. Embora a grande maioria frequente essas casas, mas em outros povoados, assim como Anjo Barros fazia no passado. Vemos que a primeira memória foi alterada no presente, enquanto a segunda continua inerte. Desse modo, as memórias são modificadas quando há interesses coletivos, do contrário, continuam sem alteração, mas o respeito, no caso do Pratigi, continua sendo ponto chave em muitas memórias que comumente estão encravadas em pontos específicos do território.

Essa relação entre memória e respeito fica nítida no Pratigi quando fala do Santo, da Igreja, das terras, visto que, na sua maioria, as memórias têm referências a partir de espaços das terras, como o local da cruz do gago, o plantio de cacau e a igreja, local da morada de Santo Antônio, a casa do casal fundador, Anjo Barros e Santa. Isso nos leva ao passado e nos faz crer que é no “interior do perímetro, assim delineado, que se localizam as antigas marcas da mnemo-territoriais dessa população” (Arruti, 2006, p.233). São lugares, como argumenta Yates (2008), que trazem associação à memória. E assim os moradores do Pratigi se ligam ao lugar a partir dessas memórias, que são atreladas a determinados personagens principais e secundários, mas todos importantes para a constituição da história local, no caso aqui a do Pratigi. Assim sendo, “[...] ler a paisagem é ler o tempo; a ordem dos lugares-de-memória não está relacionada somente com a sequência de narração, mas nos remete ao já referido sistema de imagens coletivas” (GODOI, 1993 p.158). É na paisagem que se encontra gravada a história de determinadas sociedades, não em ordem cronológica e nem sequenciadas, mas registradas em contínuos fragmentos sempre sendo ressignificadas.

### **1.3.2 – Memória e repetição**

Após ajudar a fundar o Pratigi, os Justino construíram sua residência no lado Norte do então povoado; e ali passou a viver, a cultivar cacau e a pescar. Como contado

acima, Anjo Barros proibiu todos de plantar cacau nas terras que ele mandava, apenas Justino cultivava. A explicação de não plantar cacau na terra do Pratigi, a entrevistada explica da seguinte forma:

ele [Anjo Barros] não queria cacau, foi porque do cacau que eles perderam o lugar de lá. Minha mãe mesmo dizia que não queria plantar cacau por causa disso, porque perderam o terreno de lá porque de plantação de cacau. O fazendeiro tomou o lugar dele lá, porque do cacau, na gula do cacau. E morria muita gente lá<sup>16</sup> porque do cacau (TEREZINHA BARROS).

Mas tal restrição, no Pratigi, ficou só relacionada à família Barros, contudo, os Justinos podiam plantar cacau o quanto quisesse e assim fizeram. Os Barros ficaram “produzindo e vendendo rapadura, melão de cana, farinha, vendendo madeira e por aí...” (TEREZINHA BARROS). Isso prova que embora os Justinos estivessem inseridos nas terras pratigienses e tivessem fortes relações de amizade e compadrio, como diz Maria José, “como se fossem uma família”, tais famílias se diferem em partes, diferem-se através de certas práticas diferenciadas. Hoje em dia, o plantio do cacau já não é restrito e é a cultura agrícola mais cultivado nas terras do Pratigi. Mas até hoje essa restrição paira sobre os pensamentos dos pratigienses, isso é a articulação entre memória e território (Arruti, 2006), que no caso continua entrelaçada na cabeça dos Barros.

O processo da ocupação e divisão das terras pratigienses acabou desenhando um mapa cheio de recortes mínimos que até as pessoas das localidades geralmente recorrem aos mais velhos para indicar os *rumos de* fulano ou de cicrano [os marcos naturais]. Seriam esses os mapas mentais ou, como nos fala Arruti (2006), mapas territoriais. Yates (2007, p.21) recorda que “na antiguidade, sem imprensa e sem papel no qual tomar notas ou registrar prelações, a memória treinada era de fundamental importância”. A autora diz isto em relação à antiguidade europeia na qual, segundo ela, as memórias das pessoas “eram treinadas por uma arte que refletia a arquitetura e a arte do mundo antigo” (2007, p.21). Contudo, nos dias de hoje e, sobretudo, em comunidades tradicionais onde a maioria das pessoas são analfabetas, essas memórias estão encravadas na paisagem

---

<sup>16</sup> Esse “lá” que a entrevistada repete, ela se refere ao território de identidade Sul da Bahia, a uma região específica intitulada: Costa do Cacau. Do Início do Século XIX ao final do XX quem mandava nessa região eram os grandes cacaucultores e seus Jagunços. Para entender esse tempo que a entrevistada aponta, ler a obra: AMADO, Jorge. **Terras do sem fim**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

territorial. É desse jeito que eles conhecem todo o território por demarcações baseadas não em mapas tradicionais e sim em mapas criados através das memórias, situados por árvores, rios, escombros de antigas casas, lugares de situações trágicas e etc. No caso do Pratigi, a memória faz parte da paisagem, assim como a paisagem faz parte da memória, não existe uma sem a outra. Halbwachs (2003, p.32) diz que há um processo de adaptação “das testemunhas de outrora” e essas testemunhas podem “reagir às nossas lembranças e ao mesmo tempo se incorporar a elas”. Por exemplo, lembrando sobre determinados aspectos primordiais de fatos ocorridos que demarcaram as terras. Esses fatos servem até hoje como marcos naturais enclavadas nas divisas, formando assim, os limites dos domínios sobre determinado espaço de terra. Os limites só são lembrados no momento que são instigados por outras lembranças relacionadas a outros fatos que podem ser, por exemplo, conflitos atuais, vendas de terras, *limpezas de rumos*.

Alguns aspectos das histórias ocorridas no Pratigi assemelham-se ao que demonstrou a pesquisa de Marcelo Mello com os quilombolas de Camará-RS. Na sua etnografia, Mello (2012) percebeu que as narrativas sobre os ascendentes dos nativos se afastavam do momento da escravidão, mas atualmente com a perda de suas terras, estes começavam a viver em uma espécie de filme repetido. No meu estudo no quilombo do Pratigi -BA, tive a impressão de que, na medida em que esse povo narra suas histórias, eles dividem o tempo em dois, um esquecido e outro lembrado. O esquecido refere-se a um tempo no qual eles não fazem o mínimo esforço para alcançar, visto que, segundo Mello (2012, p.13), “remetem a experiência de sujeição a que sempre foram submetidos e também às noções de justiça engendradora a partir das experiências inscritas nos seus corpos e nas suas lembranças”; já o tempo lembrado; tempo de luta, mas sobretudo de conquistas, de heroísmo é muito enfatizado no Pratigi, por exemplo, quando Faustino colocou três Jagunços para correr e etc. No Pratigi as narrativas dizem

respeito às formas como os antigos chegaram ao local – como, quando, com que meios, em quais condições, onde viveram e etc. – e ao repertório de vivência do território[...] “na medida em que a territorialização dos antigos é vista como afastamento do mundo da escravidão (MELLO, 2012, p.76)

Ao serem certificados como quilombolas, o povo do Pratigi, na época, não quisera abrir processo nas instituições responsáveis para obterem a titulação definitiva como tal,

tudo para manter o suposto domínio individual sobre a terra. Recentemente, com a chegada de mineradoras no local para extração de areia e a multinacional para extração de gesso (gypsita), começaram a haver alguns sintomas na terra que eles acharam graves, como seca de fonte de água, desmatamento, assoreamento de rios e etc., eles se uniram para tentar lutar via associação contra a mineração e, também, dá entrada no processo para titulação. Isto também nos remete a Mello (2012) quanto este diz que:

a manutenção e perda das terras colocaram os antigos e os atuais moradores às voltas com os padrões escravistas de interação de modo que as dramaturgias da recordação não se referem apenas a algo situado no tempo passado, mas a algo que constantemente se presentifica (p,77)

Ou seja, “o passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea” (BOSI, 1979, p.11) em outras palavras, as memórias do passado estão sempre se incorporando as do presente para formular, identificar e, também, resolver problemas futuros, por isso, como alerta Halbwachs (2003), a memória não é estática, está sempre se moldando, sendo criadas por fatores externos e, desse modo, criando e recriando as políticas e as sócio-históricas locais, ou seja, criando e moldando territórios.

#### **1.4 – A MORTE DE CENOR E A RETIRADA DAS 30 HECTARE DE TERRAS DO PRATIGI**

Diz o povo do Pratigi, que entre os anos de 1935 a 1940, Cenor do Bolo *tirou* 30 hectares (ha) de terra do Pratigi. Nas entrevistas e conversas que tive com os pratigienses, percebi que evitavam o máximo falar dessa violência, preferindo usar expressões do tipo “a faixa de terra que Cenor tomou de Anjo Barros”, eles preferem falar *tirou*; “*tirou* aquele pedaço de terra”, mudando completamente a semântica para evitar léxicos como roubar e invadir, as quais têm a ver com violência.

Os pratigienses falam que na época, Cenor aproveitou que Anjo Barros tinha “um mundão de terra a perder de vista”, então, cortou o rumo da fazenda Jaqueira entrando às terras do Pratigi 30 (ha), começando em uma torceria de bambu até as Piaçaveiras. Essas terras foram dadas ao casal Dona Olímpia e seu Germino, que moravam e trabalhavam nas terras dele - seus agregados. No Pratigi, como em outras partes, tem-se por *agregado*

o indivíduo que mora nas terras cedidas por outro, ali realiza serviços para quem o cedeu, e não possui vínculo empregatício, recebendo pouco dinheiro. Mas usufrui das terras plantando culturas agrícolas de ciclo curto, abóbora, maxixe e etc., e recebe a proteção local do dono da terra, ou seja, ele é o ouvido do dono da terra naquela localidade.

Dona Olímpia e seus familiares, inclusive, permanecem lá até os dias atuais, mas já como donos da terra. Contudo, os pratigienses ao longo do tempo mantiveram certas proximidades com esses agregados. Com a morte de Cenor, fizeram com os Barros maiores ligações de amizade e de compadrio, inclusive, um neto de Anjo Barros e Santa, acabou casando e construindo família com a filha desse casal [S.r. Germino e D. Olímpia]. Hoje, a maioria das pessoas que vivem no Cobico são frutos desse matrimônio, havendo, desse modo, por outros meios, uma reintegração de posse dessas terras aos Barros. Esse *mundão de terra* a que o povo do Pratigi se refere, eles usam como parâmetros as faixas de terras individuais que existem hoje na região do Pratigi.

Algumas pessoas do Pratigi contam que Cenor do Bolo tinha um parente no Rio de Janeiro que exercia o cargo de desembargador ou algo relacionado com isso na época; Cenor também era inspetor de polícia na localidade e dono da grande fazenda chamada Jaqueira, que faz divisa com o Pratigi pela parte do povoado do Cobico, onde houve a “retirada de terras” dos Barros. Além disso, ele tinha mais contatos com autoridades na sede municipal, por ele pertencer a uma família conhecida regionalmente como os Cajus, oriunda do Distrito de Barcelos do Sul e, sobretudo, era um homem branco e pertencia a uma família branca da região.

Após Cenor ter *tirado* a faixa de terra do Pratigi, Tidu brigou com ele e falava para todos que ele não tinha o direito sobre aquelas terras. Tia Terezinha descreve que Cenor, segundo ela, “tirou porque tinha o olho grande”, e continua: “ali onde é parte de Dona Olímpia, tirou para dar a Olímpia mais Germino. Tidu foi quem xingou, xingou... aí meu Deus só ele [Cenor] mesmo que sabia o que ele tinha nas costas”. Após essa confissão, ela riu muito, mas depois torna a ficar séria e diz que “naquele tempo quem mandava ali era Cenor, aí depois, muito depois, Anjo Barros”.

Por causa desse ocorrido, o povo do Pratigi diz que até perto da morte, Tidu xingava Cenor, mesmo após ter ido morar em Feira de Santana. Depois que ficou viúva e Anjo Barros morreu, Tidu nunca mais retornou, especialmente porque queria que Anjo

Barros e Santa agissem com mais fibra contra Cenor. Quem também pensava como a filha de Anjo Barros era Faustino; o tio de Tidu e irmão de Anjo Barros, este queria *pegar* Cenor, mas Anjo Barros e dona Santa não quiseram isso. *Pegar* tem um significado de vingança com agressões físicas; Faustino insistia em juntar uns homens e, ir *roçar o rumo pelo lado certo* na divisa Jaqueira - Pratigi. *Roçar o rumo pelo lado certo* quer dizer retornar as divisas como eram originalmente no passado, como era o certo. Esses homens que acompanhariam Faustino, provavelmente não eram do Pratigi, uma vez que Virgílio, um senhor que tem 107 hoje e acompanhou toda essa briga só me relatou que os únicos com opiniões mais severas eram Faustino e Tidu, então, com certeza, esses homens vinham de fora. O mesmo Virgílio, tornou a me falar que passando um tempo, Faustino foi para o município de Ubaitaba no Sul da Bahia e lá se tornou inspetor de polícia e, assim perseguiu vários jagunços.

Ninguém nunca entendeu o porquê de exatamente Anjo Barros deixar essa faixa de terra para Cenor sem reações enérgicas, como queria Tidu e Faustino, mas algumas pessoas do Pratigi dizem que ele queria resolver através do candomblé; outros dizem que ele não queria mais brigas. As terras nunca foram recuperadas. Depois da morte de Cenor, nunca mais houve brigas entre essas duas famílias. Hoje em dia, a Jaqueira está abandonada, os filhos de Cenor foram morar na zona Urbana, principalmente em Salvador e Valença - BA. Há relatos de algumas pessoas do Pratigi que asseguram que Cenor morreu de feitiço.

Contarei duas histórias sobre Cenor que ouvi durante minha vida no Pratigi e, também, durante a pesquisa, as quais, segundo os pratigienses, foram a causa da sua morte.

O povo na região do Pratigi se queixa que ninguém, de criança a adulto, podia pegar sequer uma laranja no chão na fazenda Jaqueira. Tem uma história que ocorreu na Jaqueira e circula por toda região e, essa história, se inscreveu na paisagem demarcando, desse modo, como denomina Arruti (2006), um local da memória: “a jaca 50”; ela é contada da seguinte forma: um homem estava “botando mandioca” na “casa de farinha” de Cenor, na fazenda Jaqueira, então, com fome e sem ninguém o vendo, subiu em um pé de jaqueira, colheu uma fruta e começou a comer, em seguida Cenor descobriu pela cascas embaixo do pé da jaqueira, foi até a “casa de farinha” onde estava o senhor e seus

familiares para cobrar o fruto ingerido, cobrando na época 50 Cruzeiros pela jaca, então esse pé de jaca ficou conhecida como “ A 50”, que demarca um local dentro da fazenda. Vale dizer que por não possuir o dinheiro, esse senhor precisou deixar toda sua produção de farinha para Cenor como pagamento pela jaca adquirida sem autorização.

Outra história de maldade que todos conhecem na região de Barcelos, Pratigi e Pedra Rasa é a seguinte: contam o pessoal, que havia uma família que morava em Barcelos e tinha uma mulher, conhecida na região como Vardivina, a qual o povo do Pratigi atribui o título de “feiticeira das brabas” aquele tipo de pessoas que usa a magia para fazer mal e não o bem. Contam que um dia, ela estava tirando embiras no Bernadinho [terras de Cenor na época], para fazer esteiras, quando Cenor a viu com um “moí” das embiras nas costas; nessa hora ele tomou e cortou tudo na frente dela e ainda mandou ir embora para casa. Nesse momento ela virou para ele, segundo a história contada, e disse: “foi a última vez que você fez isso” e saiu. Não demorou seis meses, conta o pessoal do Pratigi, Cenor estava sem poder andar e nem falar. Julga algumas pessoas da região que ele morreu *enchendo e vazando feito baiacu*, isto é, respirando de forma ofegante. Desse modo, por ele ter sido um homem de conduta reprovável para o povo, “morreu de feitiço”. *Enchendo e vazando* significa uma morte dolorosa e demorada.

Os pratigienses falam que antes, na fazenda Jaqueira, tinha casa de farinha a motor, roldão puxado a animal, muito dendê tenera, muita piaçava, cacauero, craveiro, rocas imensas de mandiocas, muita bananeira e etc., além disso, Cenor comprava produtos da região, como camarão seco, peixe seco e os produtos agrícolas e junto a produção da sua fazenda e escoava para Salvador via marítima, em um barco particular chamado “asa branca”. Diz o povo do Pratigi que o porto da fazenda Jaqueira era o mais movimentado da região, mais ainda que o do Distrito de Barcelos do Sul.

Após esse acontecimento da invasão das terras, alguns entrevistados falaram que, Tidu casou com Ademario, um nativo da comunidade de Tapuia, e então, muito magoada, ela foi morar na terra do seu esposo. Contudo, nesse período ela sempre ia visitar o povo do Pratigi. Entretanto, posteriormente, quando Anjo Barros e Ademario, seu esposo, faleceram, Tidu se mudou para Feira de Santana – BA, no final de 1960, e

nunca mais voltou ao Pratigi, como citei acima. Ela morreu em Feira de Santana em meados da década de 2010, dizem que ainda xingando Cenor.

### 1.5 A MORTE DE ANJO BARROS

É necessário expor um pouco sobre a *entrada* de Cenor nas terras do Pratigi para falar da morte de Anjo Barros, porque esse ocorrido tem relação direta com a morte de Anjo Barros, e se torna um fato histórico precípua para entender também como a relação entre os fazendeiros de famílias, geralmente brancas, controlam o poder jurídico e o poder político-partidário, através das famílias que se perenizam no poder. E como essas bases ainda existem até os dias atuais, como vemos nas grandes políticas ideológicas como a defendida pela bancada ruralista, esse ponto evidencia que tal fenômeno não se dá somente na macro política, ocorre também nas micropolíticas locais dos interiores.

Cenor do Bolo, dono da Fazenda Jaqueira, *tirou* de forma injustificada, 30 hectares de terras pertencentes às terras do Pratigi como já foi mencionado. Segundo contam, a usurpação dessas terras ocorreu na parte do Cobico onde o Pratigi faz divisa com a Jaqueira. Faustino, o irmão de Anjo Barros queria juntar pessoas para *cortar o rumo* pelo local correto, mas Anjo Barros e Santa não quiseram que isso ocorresse. Creio eu que Anjo Barros estava ciente de que Cenor tinha certos privilégios sociais por ser um homem branco, inspetor de polícia, influente na política e filho de uma família importante na região, como posto acima, isso poderia descambar para uma situação trágica, de brigas e mortes entre as famílias e, até quem sabe, desapropriação das terras violentamente. Anjo Barros achou melhor abandonar essa história de vingança física.

Ao refletirmos sobre o assunto, perceberemos que, mesmo vivendo sob leis de igualdade a todos, garantida pelo Estado, Herzfeld (2008, p.17) observa que o cidadão na individualidade pode reivindicar “a lei” em prol de suas ações para garantir interesses [...]”. Tal garantia na sociedade em que vivemos pode estar atrelada, às vezes, a tal família, a tal etnicidade e a tal raça; o mesmo autor nos alerta que “devemos parar de tratar o Estado-nação e o essencialismo como inimigos distantes e inalcançáveis da vida cotidiana, pelo contrário, entendê-los como aspectos intrínsecos da vida social” (2008, p.16), este é um desafio sutil, visto que a harmonia nacional apresenta uma “superfície



enganadoramente plana; não revela facilmente as fissuras subterrâneas” (HERZFELD, 2008, p.16), e nem suas especificidades racistas, autoritárias e paradoxais sobre determinadas raças e etnias.

Em um estudo sobre sindicalismo e sociabilidade na Zona da Mata de Minas Gerais, Comerford (2003) alega que os chefes de famílias exemplares mantêm distância da autoridade, e se a ela recorre, eles procuram ter uma narrativa que justifique seus atos. Então, se há tentativas em se distanciar do Estado quando os conflitos ocorrem entre os iguais, para que suas famílias não sejam, segundo o autor, “desrespeito e exibido publicamente como bobo” (p.333); imagine quando a situação de conflito se dar entre um homem que tem os privilégios sociais que Cenor tinha em contrapartida com Anjo Barros e, sobretudo, no período pós-escravidão negra brasileira? Esses são alguns dos impasses que até hoje os líderes das comunidades tradicionais tentam a todo custo negociar o quanto podem, através da amizade, do compadrio, relações sociais, etc., evitando ao máximo os confrontos, principalmente, nas esferas jurídicas do Estado, visto que estas têm suas brechas seletivas e, em geral, tais brechas são usadas em benefício de certas famílias e de certas raças privilegiadas no ocidente.

Isso não quer dizer que os Barros não mantinham relações sociais com Cenor e vice-versa; pelo contrário, visto que Cenor era quem aplicava injeções na população da região, tinha remédios farmacêuticos, etc., isso não justifica o silêncio de Anjo Barros, pois em contrapartida, Cenor dependia da mão de obra dos Pratigienses e dos produtos para negociar em Salvador.

Mesmo tendo passado alguns tempos, as pessoas ainda cobravam dele [Anjo Barros] providências quanto à *retirada* da faixa de terra feito por Cenor. Anjo, por sua vez, só afirmava que iria resolver. Mas resolver como? “Ele queria resolver no candomblé”, contam alguns pratigienses, e, para isso, começou a ir num terreiro, no Jatimane, povoado situado no município de Nilo Peçanha, a fim de que uma mãe de Santo, juntamente com os encantados, pudesse fazer Cenor devolver as terras roubadas ao seu dono.

Porém, ele não viveu o bastante para concretizar seu pedido. Em um dia de sol bem quente nos anos de 1954, Anjo Barros já idoso, faleceu, segundo relatos, com cerca de 70 a 80 anos. A versão de sua ida ao candomblé na companhia de seu filho Manoel

Barros, para falar com a mãe de Santo a fim de resolver as questões de terra, foi contada pela entrevistada Maria Barros (2020):

vivia na casa de candomblé, era invocado por candomblé. Então Cenor da Jaqueira *tirou* uma parte, a maior quantidade de piaçava tinha nos fundos dele no Aruá, Cenor tomou pra ele, então o pessoal ajuntou: - seu Anjo, o senhor quer que a gente vá ajuntar todo mundo pra “tomar” o rumo como era certo. Ele disse: não, deixa estar que eu vou acertar isso. Levou anos e anos e anos... apareceu uma tal de uma curandeira lá pro lado do Jatimane, pro lado de lá, então ele pegou Manoel, o filho dele que já era casado com Janoca, e foi pra essa casa de curandeira pra Cenor desfazer o negócio. Ora, Cenor já tava plantado há muitos anos; e aí num dia de sol muito quente no verão, não podia botar o pano na canoa para ajudar porque não tinha vento e aí Manoel foi remando e ele foi sentado no “bico” da canoa... Ele tinha seus setenta anos, ele já tava com a idade bem avançada.

Vemos que, além de *tirar* para ele parte do Cobico, como relatou outras entrevistadas, Cenor também se apossou dos pés de piaçava que Anjo Barros cultivava na divisa dos fundos da Jaqueira com o Aruá. A violência física para Anjo Barros era a última a ser utilizada, visto que ao invés dele seguir o conselho de várias pessoas no Pratigi, que queria brigar com Cenor, ele achou melhor ir para o misticismo, ir para a conciliação espiritual, isso prova que nem todos os quilombos foram forjados na base da guerra. Para Anjo Barros ir na casa dessa curandeira, ele tinha que ir de canoa a remo, visto que ninguém na época tinha condições de ter uma canoa motorizada no povoado. Quando eles retornaram do terreiro de candomblé, chegando nas imediações da Comunidade de Ponta da Caeira, Anjo Barros começou a sentir dores na cabeça, então Manoel Barros, que morava na Ponta da Caeira, resolveu trazer o pai [Anjo Barros] até o Pratigi, para depois retornar para sua casa. Nessa hora, ele levou Ângelo Barros e deixou com Valentina, porém, após algumas horas, o fundador do Pratigi faleceu. Anjo Barros ou Seu Anjo, como era conhecido, viveu e morreu lutando em várias frentes, em prol do território do Pratigi.

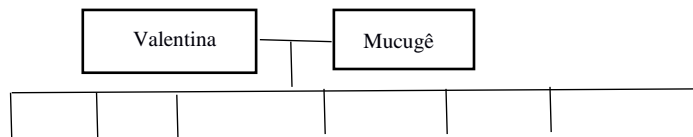
## **1.6 A ORGANIZAÇÃO DAS TERRAS PRATIGIENSES: SEGUNDA GERAÇÃO**

Com a morte de Anjo Barros, as terras do Pratigi foram realmente divididas entre o restante dos seus oito filhos que não estavam casados, visto que no Pratigi o casamento é fator determinante para o herdeiro reclamar as terras aos genitores e, após isso, há a divisão com a morte destes. A partir desses casamentos e nascimento dos seus netos, o Pratigi foi sendo povoado de casas, como também começou a chegar pessoas de várias localidades da região à procura de trabalho nos empreendimentos e nas terras dos Barros. É bom deixar claro que todos os filhos de Anjo Barros e Dona Santa, hoje em dia, já são falecidos: Jeronimo, Manoel, Edite, Eugênia, Tidu, Valentina, Emília e Sebastião. Todos nasceram, se criaram e morreram no Pratigi, exceto Manoel, que foi morar no Rio de Janeiro – RJ, e Tidu, que morava em Feira de Santana – BA. Mas a decisão de irem morar *fora*; ou seja, saírem da zona rural e irem para o meio urbano, só foi efetivamente tomada depois da morte de Anjo Barros, o pai deles. Mas nessa época, dona Santa, a mãe deles, ainda estava viva, só vindo a falecer no final dos anos de 1960, já bem velha. Dona Santa é nativa do Jatimane, povoado hoje também certificado como comunidade quilombola, situado no município de Nilo Peçanha - BA, ao Norte do Pratigi, com distância média de 86 KM via BA001.

Emília Barros, a filha mais velha do casal Santa Maltildes e Anjo Barros, se casou com Plínio Silva, nativo do Taipu de Dentro, localizado no Baixo Sul, na península de Maraú – BA. (ver figura 8). Neste caso, Anjo e Santa resolveram dar ao casal o presente de casamento, que seria todo o Cobico. Essa parte do Pratigi, ainda é, umas das melhores terras, pelo fato de estar próxima ao mangue e a sede e, além disso, ter uma grande extensão territorial. Por isso foi dada como presente de casamento à filha mais velha e também a primeira a casar. Desse modo, Emília se mudou com seu esposo para morar nessa parte das terras pratigienses. A partir desse momento, os filhos e filhas de Anjo Barros foram se casando e, desse modo, aumentando a população do Pratigi. Valentina Barros casou com João Mucugê (ver figura 10), nativo da comunidade do Quitungo, localidade situada no Município de Maraú - BA. Eles ganharam um pedaço de terra no Pratigi, na sede, onde ficaram e permaneceram até morrer; hoje, quem mora nesta terra é Walnei Barros, filho do casal.

Figura 10 - Matrimônio de Valentina Barros





Sucessivamente, os filhos e filhas de Anjo Barros vão se casando e, através das relações feitas com os de fora e os de dentro, principalmente, através da festa de Santo Antônio, o território do Pratigi vai se ressignificando aos moldes, agora, dos filhos de Anjo Barros, com base, sobretudo, nas memórias dos seus ancestrais. Dito isto, o filho mais velho de Anjo Barros, Sebastião Barros, se casou com Adonilia (cf. Figura 9), estando Anjo Barros ainda vivo. Adonilia era nativa da hoje comunidade quilombola do Porto do Campo, situada em Camamu – BA. Estes foram morar na sede do Pratigi, próximo ao porto e ao rio do Pratigi. Posteriormente, com a morte de Anjo Barros em 1954, ficaram com a Cabo da Mula inteiro e parte da sede. Essa faixa de terra tem as qualidades similares a do Cobico, manguezal e sede próximos e uma grande extensão de terra.

Eugênia Barros se casou com João Cezila, continuou morando na sede do Pratigi, onde teve quatro filhos: Maria, Josefa, Domingas e Aurelino. Edite Barros, casou com Cláudio Odatto e recebeu parte Do Aruá e uma faixa de terra no Centro do Pratigi; tiveram Liolina. Por fim, Manoel Barros se casou com Janoca, com quem teve o filho Carlinhos. A esposa de Manoel era nativa da Ponta da Caeira, Camamu – BA, logo após estes se casarem, seguiram para morar na Ponta da Caeira, mas ganhou um pedaço de terra na parte do Quigeme, o qual ele dividiria, futuramente, com o seu irmão, Jerônimo Barros, após este se casar com Dona Maria, uma mulher vinda das imediações da comunidade da Boca do Rio, de um lugar chamado *O bolo*, localizado a uns 10 km da sede do Pratigi, via estrada vicinal, em direção a Cajaíba do Sul. Eles tiveram dois filhos, Ângela Barros e Jerônimo Júnior Barros. No Quigeme, ele plantou muita pupunha, mandioca; tirou muita madeira e, por fim, antes de morrer, começou a plantar cacau.

Para Arruti (2006, p.240), dois fatores são imprescindíveis em estudos envolvendo comunidades tradicionais, “as referências genealógicas e as referências da paisagem, estas constituem duas formas complementares de construir as identidades sociais”. Por esse fato, procuro mostrar as referências genealógicas e da paisagem dos

ascendentes do povo pratigiense e vemos teias de casamentos entre pessoas de diversas comunidades locais, como Porto do Campo (quilombo), Ponta da Caeira, Tapuia (quilombo), Quitungo (quilombo). Por outro lado, começamos a ver a movimentação da distribuição de terras aos descendentes diretos do casal – Anjo Barros e Santa. E assim, podemos ter uma noção de como o Pratigi está organizado na atualidade, montando um quebra-cabeça e situando gerações de famílias ao longo das terras. Notemos que as mulheres, exceto Emília, que foi a primeira a casar e também a primeira a herdar terras, todas as outras: Tidu, Valentina, Eugênia e Edite herdaram terras no centro do Pratigi ou bem próximo a tal.

Desse modo, Carneiro (2017, p.291) está correta quando afirma que “o casamento insere uma cisão, um corte, no domínio genérico e internamente contínuo do parentesco” visto que o casamento liga famílias diferentes e, desse modo, as relações sociais começam a ser feitas sobre influência exterior às que haviam no território. De certo modo, se condiciona no seio de cada família ressignificando o dado território, isto posto, é necessário nesse ponto fazer concessões sobre várias questões sociais e patrimoniais em ambos os lados, ou seja, “o casamento dá formação de famílias e com isto reconfigura os caminhos e lugares da própria localidade, da geografia da comunidade” (CARNEIRO, 2017, p.296). Após esses casamentos e das divisões de terras entre os filhos do casal fundador, as terras do Pratigi foram totalmente reconfiguradas geograficamente e também socialmente, visto que a partir desse momento se consolida a união de duas famílias, que muitas vezes, têm visões de mundo diferentes. No pedaço de terra herdado, vai-se aplicar certas *leis* diferentes e isso se propagará por gerações, mudando aos poucos alguns conceitos tidos como tabu dentro da localidade.

Hoje, todos os descendentes diretos (filhos, netos e bisnetos) de Anjo e de Santa, os quais residem nas terras do Pratigi, vivem na sede da comunidade, exceto os descendentes de Emília, Jerônimo Barros e Edite, esses moram fora do Centro pratigiense, já os filhos de Tidu e Manoel, os descendentes da primeira família, moram em Feira de Santa e os do segundo, no Rio de Janeiro.

Os Pratigienses que moram no centro, por estarem mais próximos do mangue e do rio se dedicam mais à pesca e à mariscagem, embora plantem nas terras herdadas: mandioca, cacau, dendê, coco. Mas a prática econômica do pessoal da sede pode-se dizer

que é pesca e mariscagem. Outra coisa importante que pude perceber é o fato de os pratigienses não discutirem a relação de fulano herdar as terras férteis e cicrano as inférteis. Em realidade, eles defendem *a parte que coube a eles*. Há, sim, muitos palpites: a terra de cicrano é boa de plantar cacau, a terra de beltrano é boa para abóbora e assim vai. Isso porque a sobrevivência no Pratigi está mais relacionada à pesca, mariscagem e à aposentadoria rural. No passado, soma-se a isso a extração de madeira. Mas há cuidados, até hoje, quanto aos rumos das suas terras, visto que segundo Aurelino Barros, o pratigiense foi “fazendo declaração, declarando de suas posses, aí ficou em termos que não tinha mais como pagar o imposto daqui, porque foi se dividindo, né?... As terras”. Esse processo ocasionou e, possivelmente ocasionará na venda de várias faixas de terra, que evidenciarei mais adiante e, esse processo está se estendendo e se tornando preocupante pelo fato do quilombo do Pratigi ser certificado, mas não titulado como tal. Tratarei desse assunto no capítulo III.

## **CAPÍTULO 2 - A FESTA DE SANTO ANTÔNIO**

A festa de Santo Antônio ocorre do dia primeiro de junho ao décimo terceiro dia do mesmo mês, sendo os dias doze e treze os mais significativos, visto que é nessa data que ocorrem as festas religiosas e profanas. O nome *profano*, como já expliquei no capítulo anterior, é utilizado em muitas partes do país, mas no Pratigi é trocado por festa *dançante*, dado que a semântica do nome profano para os Barros está ligada a algo/alguém maligno (a). A palavra profana não faz parte do vocabulário recorrente do Pratigi.

A festa se faz muito importante no cotidiano das pessoas, visto que, segundo Perez (2012, p. 27) “[...], a festa “renova os pactos, rejuvenesce as uniões, precisamente, é o próprio elo em ação. É o tempo/espço de múltiplas trocas, de rivalidades, de prestígio. É exuberância de vida e vigor fecundante, e reforça a comunhão”. Assim sendo, a festa feita no Pratigi serve, sobretudo, para o entretenimento, a diversão, ou seja, fazem festa porque gostam, é um momento de prazer e de descontração, mas como alerta Filho *et al.* (2018) é também uma das vias para se fazer política inter e intracomunitária e os pratigienses fazem, como veremos ao logo desse capítulo.

No caso do Pratigi, “as festas estão vinculadas à vida comum do povo, através de celebrações de vitórias cotidianos [...]” Reis (2018, p.42), nessa dissertação, a qual busco estudar como a memória molda o território pratigiense, a festa de Santo Antônio, que ocorre no Pratigi, é um fator preponderante na comprovação de tal fato, como veremos ao longo do presente capítulo, está vinculada à conquista ancestral das terras no início do século XX, contudo, atualmente, a festa se vinculou também, à política partidária, melhor dizendo, há forças que ajudam a promover as festas, como afirmam Filho *et. al.* (2018, p.114) quando diz que: “as festas de santo possibilitam a construção de alianças políticas”, tais alianças são feitas com os políticos partidários, com as comunidades locais da região, bem como com os próprios nativos do Pratigi, visto que, segundo Amaral (2012, p.75), a festa é uma “[...] expressão coletiva que é exigido um projeto organizativo mínimo”. Mas festa não só constrói alianças; ela, às vezes, proporciona cisões políticas intra e intercomunitária. Por exemplo, as lutas políticas dentro da comunidade para se tornar cabo eleitoral e poder fazer a festa. Isso, às vezes, gera conflitos internos, como veremos ao longo do capítulo.

## **2.1 A PROMESSA A SANTO ANTÔNIO**

Conforme relatos que escutei, a primeira festa no povoado do Pratigi está relacionada ao Santo Antônio na fundação do povoado, quando Anjo Barros, Maria dos Santos e Faustino Barros celebraram a fundação do Pratigi (1908). Com a chegada nessas terras, estes cuidaram logo em levantar a capela, a capelinha de taipa dedicada a Santo Antônio, fazendo em seguida uma grande comemoração. – a festa dedicada ao padroeiro local, o Santo Antônio, no dia treze de junho. Alguns moradores relatam que foi para comemorar o dia de Santo Antônio, outros dizem que foi pela conquista da compra das terras, ambos os palpites estão corretos; como se sabe, pode acontecer um “trato entre os santos e os fiéis [...]” (CAVALCANTE; COSTA, 2019, p.91) e ao que me parece foi o que ocorreu entre Santo Antônio e os Barros.

No entanto, no Pratigi, há quem diga que a festa de Santo Antônio tem a ver com uma promessa feita por Anjo Barros numa sessão de candomblé, em cujo momento ele prometeu que, se ele comprasse as terras do Pratigi, faria festa todos os anos em

comemoração a Santo Antônio, que no sincretismo baiano é o Orixá Ogum. A entrevistada Maria José relata que “então ele prometeu nessa sessão espírita de candomblé (ele frequentava fora do Pratigi) mas ele prometeu que se ele comprasse [o Pratigi] ele iria fazer uma capela para festejar Antônio todo ano”. Essas são as versões sobre o motivo de ocorrer a citada festa todos os anos no Pratigi, ou seja, concretização da compra de tais terras por intermediação, entes ancestrais e/ou o Santo, deixando então claro que

a relação entre fiéis e Santos de devoção baseia-se na dinâmica de trocas, reais e simbólicas, firmada pelo compromisso estabelecido entre ambos de pedir, ser atendido e agradecer pela benção recebida; o devoto faz um pedido, promete realizar algo para obter o que pediu, alcança a graça desejada e cumpre a promessa (RODRIGUES; HEINEN, 2019, p.195).

Em um artigo, intitulado: Promessa, consideração e trato nas festas de folia em Urucuia-MG, Pereira (2011) descreve como ocorre o processo da promessa nessa localidade e como essa se associa às considerações, aos tratos, perpassando assim por toda a comunidade e sendo entendidas como categorias operacionais, representando ideias, qualificando e orientando ações e etc. A partir dessas ideias, o mesmo autor diz que essas promessas surgem como “ferramenta conceitual responsável por garantir o compromisso com as festividades. [...] Centrada no valor familiar” (2011, p.100), ou seja, o Santo padroeiro torna-se peça central dos povoados, mas também os tipos de promessas feitas e realizadas dentro da localidade nortearam os conflitos, como também as pazes intra comunitária. Todavia, Mariza Periano (2002, p.11) nos alerta que “a fala é um evento comunicativo e deve ser colocada em contexto para que seu sentido seja compreendido [...] não é possível, portanto, separar o dito e o feito, porque o dito é também feito.”. Há promessas que não podem ser feitas, pelo menos publicamente; se feitas, geram conflitos internos. Dessa forma, a promessa, para populações ligadas por vínculos de parentesco, de matrimônio, de amizade e de compadrio tem relação “de homologia com as posições correspondentes ocupadas pelos santos e os fiéis” (PEREIRA, 2011, p.99). Então, certas promessas soam como traição e desrespeito, entre outras coisas negativas. Mas tudo isso é combustível para manter a fé, essas questões não ocorreriam se a igreja apostólica romana estivesse totalmente presente em todos os atos



festivos. Essa ausência da Igreja foi primordial, no sentido de que “os leigos assumiram a direção das atividades religiosas seguindo as orientações dos padres, mas não deixando de fazer promessas aos santos e às tradicionais festas como forma de pagar uma graça alcançada” (CAVALCANTE; COSTA, 2019, p,100), gerando desse modo, uma política entre o Santo, a fé e os moradores locais; uma política baseada nas promessas aos Santos padroeiros de cada localidade.

Os autores citados acima nos dão pistas de que foi através da promessa a Santo Antônio que os Barros conseguiram as terras pratigienses. Em contrapartida, os Barros estariam sempre cuidando do santo e o tornariam padroeiro local, além disso, fariam festa todos os anos em sua homenagem. Por isso, quando o responsável pelo Santo está próximo à morte, passa a responsabilidade para o próximo, como veremos a seguir. Outro fato que nos elucida sobre a presente questão diz respeito à tentativa da implementação de Igrejas evangélicas dentro do Pratigi<sup>17</sup>; e em contraponto, ouve-se muito dos pratigienses a seguinte frase: “devemos cuidar do Santo Antônio, porque graças a ele temos essa terra”; nesse ponto, é necessário manter a promessa para garantir a terra, visto que “a promessa é cumprida como forma de agradecimento pela graça alcançada e para que o relacionamento entre os dois mantenha-se inabalável (RODRIGUES; HEINEN, 2019,p. 195), uma vez que, o Santo Antônio que ajudou os Barros na aquisição da terra, na ausência do cumprimento das promessas – o fazer a festa e deixar de cuidar dele, como foi prometido por Anjo Barros, Maria dos Santos e Faustino, o Santo pode e tem o direito de retirar os Barros dessas terras como forma de punição. Essa é uma das justificativas da frase da entrevistada Josefa Barros: “aqui, os mais velhos, ninguém é crente; na religião que nasci eu vou morrer”. Tal desvio seria um desagrado para com o Santo. Desse modo, tudo indica que a promessa feita pelos Barros, no passado, para com o Santo, diz respeito à garantia e à aquisição das terras para viver. Além disso, essas promessas serviram para manter a coletividade e as relações sociais inter e intracomunitárias constituídas através da festa.

## **2. 2 - O SANTO ANTÔNIO NA MEMÓRIA PRATIGIENSE**

---

<sup>17</sup> Sobre esse assunto, tratarei no capítulo III.

Quando todos os Barros chegaram sãos e salvos na sede camamuense, vindos do sítio Barros na região do Varjão – Camamu - Ba, cada um tomou um rumo diferente, como foi explicado no capítulo I. Anjo Barros optou por comprar um pedaço de terra e fundar um povoado em Camamu, conhecido atualmente como Pratigi. Para lembrar o início da história, friso que durante toda a caminhada, até chegar no Pratigi, Anjo Barros, sua mãe e seus irmãos sempre estiveram com o Santo da família – herança familiar. Nesse percurso, todos arriscaram a vida por causa desse Santo, principalmente Anjo Barros. Então, já em Camamu, João, o irmão de Anjo Barros, pediu que o Santo ficasse com ele. Contudo, a imagem permaneceu com Anjo Barros pelo fato de ser o irmão mais velho e, sobretudo, por ele ficar com a mãe, Dona Maria dos Santos, logo, a hierarquia dos mais velhos prevaleceu com relação a quem ficaria com a herança da família, - o Santo Antônio. Nesse ponto já começa dentro da família a disputa pelo Santo.

Esse Santo, até hoje, tem fortes significados entre os Barros, tanto por livrarem os ancestrais da família Barros dos perigos ao longo da caminhada até o Pratigi e, também, por tê-los agraciado com as terras do Pratigi. Sobre isso Josefa Barros fala assim: “[...] aqui [Pratigi]foi dada por Deus e glorioso santo Antônio”, ou seja, há fortes vínculos entre o Santo, a terra e os pratigienses. Pelo que percebi, segundo os nativos, foi graças ao Santo Antônio que essas terras hoje pertencem aos Barros, fato que deixa claro a cumplicidade entre o Santo Antônio e os Barros; a vista disso, esse Santo, já na época, exercia muita força sob todos os Barros. Logo, João se sentiu no direito de tomá-lo de Anjo Barros [nessa época Maria dos Santos já havia falecido].

João ajudou a fundar uma comunidade relativamente próxima, chamada Jenipapo. Essa comunidade existe até os dias atuais. Para chegar lá, indo pelo povoado da Matapera, fica cerca 8 Km do Pratigi até o porto de Seu Maximino e, então, atravessa o rio, chegando na comunidade do Outeiro, daí anda por terra 4 KM ou 2.500 milhas via transporte marítimo, até chegar ao povoado do Jenipapo, até hoje existe ligações entre alguns parentes dos Barros.

Passados alguns anos da fundação, tanto do Pratigi, quanto do Jenipapo, Dona Maria dos Santos morreu, então, João resolveu pedir para Anjo Barros que o Santo ficasse com ele; Anjo Barros negou esse pedido; diante disso, João tentou invadir o

Pratigi para tomar o Santo à força, munido com facção, espingarda e machado. Veja como a entrevistada Terezinha Barros explica o acontecido:

“aí era o pai de Zé que era João Palhaço (do Jenipapo), aí vieram brigar porquê de Santo An-tô-nio, aí foi um barulho danado e aí brigaram, *resinganaram...* eu sei que Anjo Barros não dava, porque ele era o mais velho, quem arresolvia as coisas; aí Anjo Barros não deu Santo Antônio e ficou com Santo Antônio (TEREZINHA BARROS,2020).

Anjo Barros já sabendo desse possível ataque, se preparou no Pratigi para tal. Então, ao chegar no Pratigi João diz: eu quero o Santo, mas Anjo Barros diz que não iria dar de jeito nenhum... bateram boca, mas não chegou nem a ter luta e o Santo Antônio continuou com Anjo Barros e no Pratigi” (JOSEFA BARROS,2020). Isso mostra como expliquei no capítulo I, que a hierarquia dos mais velhos se faz muito presente na relação dos Barros: o irmão mais novo respeita o mais velho, independente que seja mulher ou homem, sobretudo, nas políticas intracomunitárias. Entretanto, chamo atenção que ocorre uma disrupção nessa relação quando se fala em política partidária, visto que, nesse caso, geralmente são homens que tratam desses assuntos com os políticos publicamente; apesar das mulheres do Pratigi sempre estarem inseridas totalmente na política, seja ela partidária ou comunitária. Merecendo destaque para as mulheres que estão à frente da organização da festa religiosa, uma vez que estas sempre mantiveram relações político-partidária dentro do povoado.

Como o respeito no Pratigi se dá de cima para baixo, ou seja, dos velhos para os mais novos, exceto na política partidária, a memória vai passando de geração para geração e como bem fala Marques (S/D, p.16) “o passado está ativo no presente, mas também o inverso”. Isso faz com que o Santo Antônio esteja intrínseco na memória dos pratigienses, e a partir dessas memórias, há várias explicações sócio-históricas que justificam as relações territoriais hoje no Pratigi. A entrevistada Josefa Barros afirma não haver evangélicos no centro do Pratigi por conta da devoção e da memória que esse povo tem sobre o padroeiro da comunidade, o Santo Antônio. A entrevistada diz que:

eu sei que teve essa briga por causa desse Santo e foi por isso que ele pediu a minha tia (Valentina) que não desprezasse o Santo Antônio, que é por isso que até hoje a gente conserva, você vê aqui ninguém entrar na

lei de crente? Seu tio Miguel rodava sua vó Emília, de cansado ele deixou; ninguém aqui nunca entrou na lei de crente. Já tem gente na lei de crente, mas os velhos, nós, que mora aqui dentro, não. Porque aqui é uma tradição das antigas. (JOSEFA BARROS,2020).

No centro do Pratigi não há ninguém que faça parte do protestantismo. A única família que se converteu ao protestantismo dentro do povoado foi a família dos Justinos, porém, nos dias atuais, só tem uma descendente morando no povoado. Ela se chama Maria José e foi uma das principais investigadas para a constituição do presente texto. Contudo, como enfatizou Josefa Barros (2020), já há muitas pessoas, sobretudo jovens, adeptas ao protestantismo. Essa resistência em se converter a outra religião está ligada ao pedido que Anjo Barros fez no passado quando solicitou que os pratigienses tomassem conta do Santo. Vemos aí que a palavra dos mais velhos surte efeito no tempo e no espaço na relação dos pratigienses. Esses transferem aos mais novos o porquê de respeitar o Santo Antônio.

Desse modo, a memória que os pratigienses têm da história do Santo Antônio, também evidencia como este está inserido como marco na vida sócio-histórica do Pratigi, um dos pontos principais dessa memória é a quase briga entre os irmãos para ficar com o Santo, após a morte da matriarca, Maria dos Santos. Vale evidenciar que um dos poucos jovens do Pratigi que recentemente aderiu ao evangelho é residente do Cobico, localidade pertencente ao Pratigi – esse quesito será retomado no capítulo III.

### **2.3 - HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DA FESTA RELIGIOSA DO PRATIGI**

Os primeiros a organizarem a festa de Santo Antônio no Pratigi foram Anjo Barros e Maria dos Santos, em seguida, com o casamento de Anjo com Santa, a sua esposa começa a fazer parte da organização e, logo depois, entra para equipe organizativa, a filha do casal, Tidu; estes eram os responsáveis pela organização da festa religiosa e *dançante*, a junção dessas duas festas se constitui na chamada “festa de Santo Antônio do Pratigi”. Nessa organização, as mulheres ficam responsáveis pela ornamentação da Igreja e do povoado, com flores, palmeiras, pano de canos, escolhas das rezas e etc. Por outro lado, Anjo Barros era o responsável por convidar os padres e ir

buscá-los de canoa em Maraú, município próximo, Barcelos do Sul ou, às vezes, no Âmbar – povoado pertencente ao município de Igrapiúna-BA, onde também ocorre uma festa dedicada a Santo Antônio. Anjo, às vezes, tinha que ficar esperando a missa do Âmbar acabar para poder fazer a condução do padre até o Pratigi. Anjo Barros ia buscar o Padre em algum desses destinos citados acima ou destinava alguém do Pratigi para trazer o sacerdote até a localidade. Além disso, Anjo Barros se responsabilizava em promover leilões de animais [que as mulheres eram responsáveis pela criação] e de pescados, para arrecadação de dinheiro para custear a festa religiosa e *dançante* no povoado do Pratigi; desse dinheiro, eles também compravam bebidas para os músicos, os quais tocavam por consideração, e desse modo, parte desse dinheiro também financiava a festa religiosa, implementando, desse modo, no Pratigi, o catolicismo popular, que segundo Corrêa (2011) se faz entre a relação existente entre a Igreja Católica e as manifestações popular local.

Devido à briga de terra entre Anjo Barros e Cenor, na divisa do Cobico com o Pratigi, onde o fazendeiro *tirou* 30 (há) de terra dos Barros, Tidu, a filha de Anjo e Santa, não aguentou ver toda aquela confusão e violência por parte de Cenor, então, decidiu sair de vez do Pratigi após o falecimento de Anjo Barros em 1954. Maria dos Santos, a mãe de Anjo Barros, já havia falecido, o que agravou mais a saída de Tidu.

Tidu era a filha de Anjo Barros que foi preparada para tomar conta da Igreja, visto que ela aprendeu a ler e a escrever para tal, porém como relatei no capítulo I, após a briga de Anjo Barros com o fazendeiro Cenor, ela se casou e foi morar em Tapuia e de lá para Feira de Santana. Em razão disto, no leito de morte, Anjo Barros passou a responsabilidade para a filha mais nova, Valentina, como conta Maria José:

bem, mas na hora que ele subindo e descendo, meu pai tava aí, minha mãe e tudo, ele virou pra Valentina e disse: Valentina, você é a encarregada do Pratigi e de fazer a festa de Antônio nunca falhar, faça como eu faço. Você vai ser a responsável. Aí ele entregou pra Valentina. Nera por isso que era Valentina?!

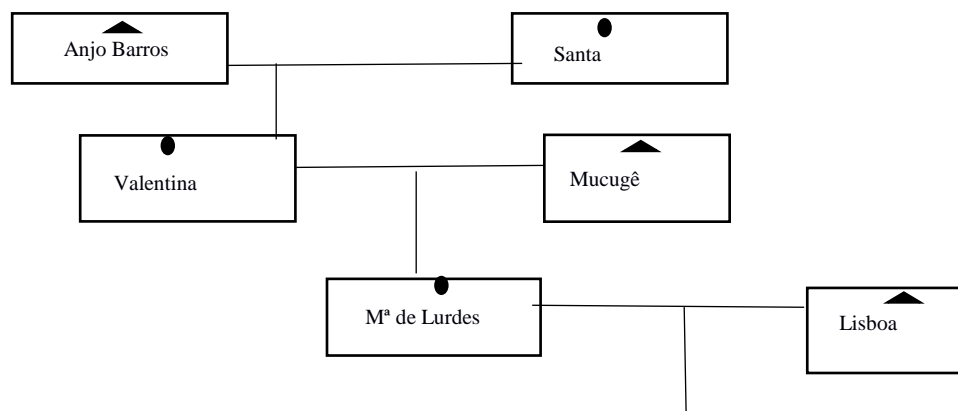
Essa transição sempre se deu desse modo, delegada a responsabilidade de uma pessoa para a outra. A responsável era Valentina, contudo, todos os nativos tinham que ajudá-la na empreitada. Nos dias atuais, as mulheres se responsabilizam mais pela festa

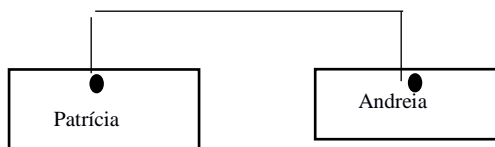
religiosa e os homens pela festa *dançante*. Contudo, isso não impede dos homens opinarem e ajudarem na festa religiosa e vice-versa.

Quando Anjo Barros passou essa responsabilidade para Valentina, quem tratou de dividir esse cargo com ela foram suas irmãs: Emília Barros, que morreu no meado da década de 1990, e Eugênia Barros, que veio a óbito no início dos anos de 1980, e assim elas continuaram fazendo os bingos, os sorteios de animais, de pescados e etc., como fazia Anjo Barros para arrecadação de fundos para a composição da festa religiosa e *dançante*, essa era a formação da segunda coordenação da festa de Santo Antônio. Por final, só restou Valentina, que faleceu início da década de 2010. Contudo, todas as mulheres da comunidade ajudavam nessa responsabilidade. No momento em que Valentina estava para morrer, “entregou a *capa* a Maria de Lurdes ‘Biúca’ (MARIA JOSÉ), a qual passou a tomar conta do Santo e ser responsável pela organização da festa religiosa.

A *capa*, conforme os termos usados pela moradora do Pratigi, acima, denota responsabilidade sobre algo, neste caso, a responsabilidade de cuidar do Santo Antônio e promover a festa religiosa. A metáfora para *capa* é pouco utilizada no Pratigi, às vezes, usada pelos mais velhos do povoado. Maria de Lurdes Barros é neta de Anjo Barros, filha de Valentina Barros e Mucugê; Biúca atualmente é viúva, pensionista e dona de casa. Ela casou com um homem chamado Lisboa (figura 11) e eles optaram por fazer um sítio no Pratigi, próximo à maré, para passar as férias e, desse modo, abriram um porto que hoje todos conhecem como o Porto de Biúca. A casa de Biúca era a mais organizada e bonita do Pratigi na época, era de bloco e cimento.

Figura 11 – família de M<sup>a</sup> de Lurdes.





Lisboa faleceu no início dos anos 2000 em Salvador. Logo após a morte do seu esposo, Maria de Lurdes se mudou para Itabuna, onde tem sua residência até os dias atuais. Hoje ninguém mora na casa do Pratigi ou toma conta, contudo, Biúca sempre está na comunidade, principalmente, nas trezenas de Santo Antônio, que acontecem do 1º ao 13º dia de junho todos os anos.

Biúca está à frente de toda a organização da igreja de Santo Antônio, padroeiro do Pratigi, contudo, a distribuição dos cuidados com a festa religiosa e com a igreja é compartilhada atualmente entre três mulheres do povoado, formando assim, a terceira geração de organizadores da festa religiosa; e sempre acompanhando a tradição de compartilhar as tarefas organizativas da festa e do povoado. A distribuição, segundo relatos presentes no meu diário de campo, é da seguinte forma: Biúca tem a responsabilidade de fazer algumas manutenções físicas na Igreja, usando dinheiro captado por algumas vendas durante as festas religiosas, como sucos, bolos, mingaus de vários sabores, beijus, entre outros lanches, que as próprias mulheres produzem para vender; e também as doações individuais que ocorrem mensalmente pelos moradores do Pratigi. Para tais doações, atualmente está sendo cobrado o valor de 10 por família nuclear. Esse dinheiro é guardado para possíveis consertos na estrutura física da igreja, na restauração dos Santos e na *troca* destes. *Trocas* significa comprar novos Santos para Igreja. Os pratigienses dizem que é pecado dizer que vai comprar Santo, visto que são entidades poderosas e santificadas. Por isso o cuidado em utilizar a palavra *trocar*. Por *respeito*, para não relacionar dinheiro ao Santo, qualificando o dinheiro como sujo e o Santo algo límpido, puro.

Biúca está responsável também pelo envio dos convites em nome da igreja do Pratigi para as outras comunidades vizinhas. Geralmente são convidadas as comunidades de Barcelos, Tapuia e Pedra Rasa, e também o povoado de Matapera. Além do mais, Biúca é quem organiza as trezenas dedicadas a Santo Antônio. Ela também decide a

divisão das trezenas, já que no Pratigi cada noite de reza é ofertada a um grupo social, como os casados, os solteiros, as crianças e etc., ou dedicada a outras localidades próximas. Então, cabe a Biúca *bater o martelo*, ou seja, decidir qual dia vai ser ofertado uma noite de trezena a tal comunidade ou a tal grupo social do Pratigi ou a outra comunidade, e assim sucessivamente.

Essa divisão é muito difícil de fazer, em razão de que a maioria dos grupos de dentro do Pratigi e dos outros lugares convidados e, às vezes, quando aparece algum empresário, todos esses optam por suas noites de trezenas próximas ao dia 13 de junho, o dia da missa. Isso ocorre, porque é nesses dias próximos à missa que se concentra mais gente na celebração; podendo assim mostrar, através da queima de fogos de artifícios, de velas e do dinheiro doado, que, além de ser um bom devoto do Santo Antônio, também fez uma festa bonita ao Santo dentro do Pratigi; isso demonstra *respeito e admiração* entre ambos.

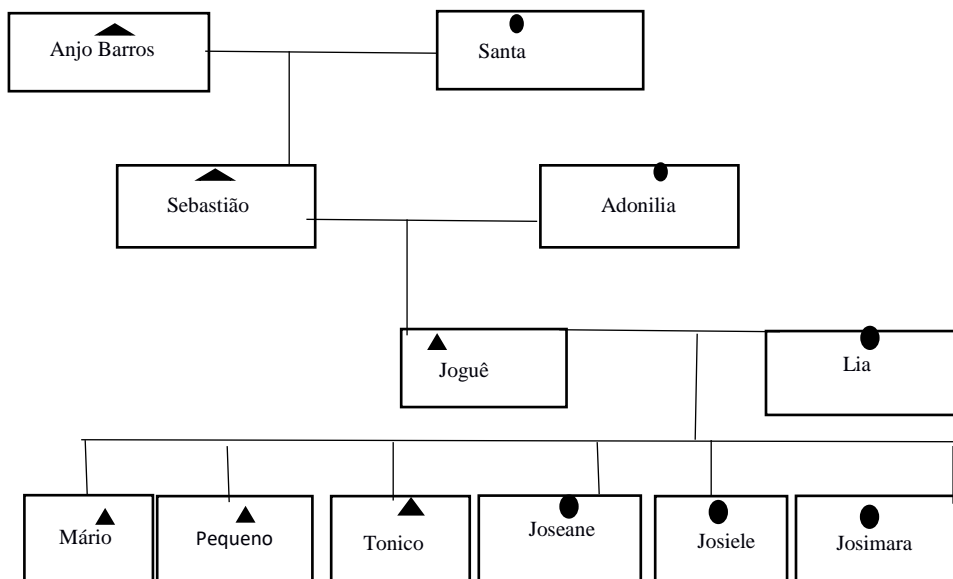
Para uma pessoa de *fora* conseguir umas dessas trezenas próximas à data da missa, primeiro, tem que *ter amizade* com a maioria da família Barros; segundo, ter certa *influência* na região, como político partidário [nunca ocorreu de um político pedir] ou ser empresário. Às vezes, os empresários locais solicitam alguma noite de trezena às organizadoras. Se a pessoa for *de dentro* do Pratigi, para ele conseguir a novena nesses dias, seja um grupo social [as crianças, os casados, as mulheres e etc.] eles têm de ter feito uma boa festa no ano anterior; isto quer dizer, com bastante fogos e velas.

Maria de Lurdes resolve também como deve ser o ritual das trezenas, por exemplo: se vai ou não carregar o andor, se vai levar a imagem na mão, se será necessário a imagem ir para todas as casas; ela também decide a programação da missa juntamente com a igreja católica; ou seja, ela tem um poder maior nessas decisões. Porém, tudo isso é estabelecido entre as mulheres da sede da comunidade, umas decidindo mais e outras menos, mas passa pelo crivo de todas.

A segunda mulher que faz parte da organização da Igreja e da festa religiosa é Maria Cardozo, conhecida na comunidade como Lia, casada com João Barros, neto de Anjo Barros (figura 12). Lia é marisqueira, agricultora e dona de casa e tem seis filhos, todos já adultos.

Figura 12 – família de Lia





Lia é nativa de outro quilombo vizinho, chamado Pedra Rasa, mas mora no Pratigi há muito tempo. Maria Cardoso é envolvida ativamente na associação quilombola do Pratigi, participa de reuniões de assembleias, discute as pautas e, mesmo que não ocupe nenhum cargo dentro da associação, a sua filha, Joseane Barros, ocupa um cargo na coordenação. Todos os filhos dela que moram no Pratigi são associados, mas os mais ativos na luta são Lia e sua filha Josimara.

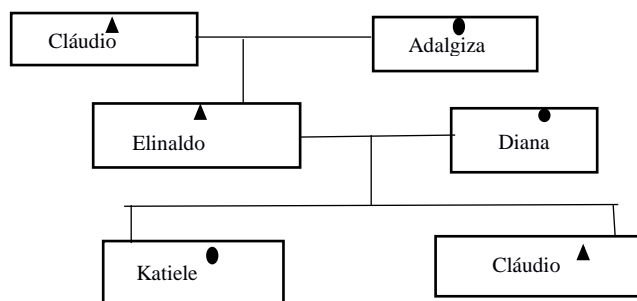
A casa de Lia fica próxima a um porto mais antigo e conhecido em todo Pratigi, onde foi a primeira casa de Anjo Barros e Santa. O porto do Pratigi é usado, atualmente, pela maioria dos pescadores locais, mas antes de haver estradas, este já foi muito usado para escoar madeira e todos os produtos da comunidade que iriam ser comercializados nas localidades vizinhas e na sede municipal (ver cap. I). Vale ressaltar que a casa de Lia sempre tem políticos profissionais ou aspirantes a tal, em sua maioria, candidatos ou até vereadores, de várias siglas partidárias, até aqueles que todos sabem que não irão ganhar, mas que têm contatos na sede municipal ou nas localidades próximas. São os políticos partidários ligados por amizade.

Quando eu estava em campo, chegou um nativo do Distrito de Barcelos do Sul, conhecido como Pê, que estava como pré-candidato a vereador nas eleições de 2020. Ele *foi direto* para casa de Lia *beber cerveja e fazer churrasco*. Eu não pude ir, porque já tinha marcado outro compromisso, mas depois soube, por intermédio do meu irmão, que

estava lá, que ele e Lia acertaram sobre comer uma moqueca na casa desse pré-candidato em Barcelos do Sul, de onde ele é nativo. Porém, isto não se concretizou, o pré-candidato enrolou a todos. Na casa de Lia, vão candidatos, seja de esquerda, seja de direita, o que vale é a pessoa política ser *gente boa*. Isso significa tratar todos bem e falar com eles onde quer que estejam [falarei mais sobre essa questão no Pratigi mais adiante]. Na igreja, Lia é responsável pela tesouraria, ela que fica encarregada em juntar os fundos que são arrecadados nas ofertas, tanto nas missas fora de época, como nas trezenas e também na missa principal no dia 13 de junho. Desse modo, quando ela arrecada todo o dinheiro conseguido para a igreja, das ofertas e etc., ela repassa para Maria de Lurdes.

A terceira mulher que faz parte da organização é Diana Borges, nativa da cidade baiana chamada Ibirataia, Sul da Bahia. Sua família, na década de 2010, veio tomar conta de uma fazenda na Matapera, comunidade próxima, e esta acabou se casando com Elinaldo Borges, filho de Cláudio Odato e Adalgisa Borges, família que chegou na localidade logo após a chegada de Anjo Barros no Pratigi. Cláudio Odato foi casado com Edite, filha de Anjo Barros, com quem teve uma filha chamada Liolina, após a morte da esposa, ele se casa com Adalgisa, que era moradora da Ponta da Caeira, e, por via das festas de Santo Antônio, eles se conhecem e passam a morar juntos. Nesse relacionamento eles têm seis filhos: Maria, Elinaldo, Tofé, Antônio, Gazo, Rilza. Todos esses descendentes moraram no Pratigi até ficarem de maior, mas hoje quem reside na sede da comunidade é somente Elinaldo, que acabou casando com Diana, logo após a chegada desta no Pratigi (ver figura 13). Elinaldo é pescador, agricultor, pedreiro e cabelereiro. Elinaldo nunca tentou ser cabo eleitoral no Pratigi, mas está sempre articulado com a política local, visto que ele mora desde pequeno na comunidade, logo, conhece todos os políticos partidário da região, principalmente os vereadores. Diana tem dois filhos já grandes; trabalha na roça, é marisqueira e dona de casa e mora em frente à igreja; sua casa é muito confortável, de bloco e bem bonita. Na casa de Diana não andam políticos em si, mas é uma casa que costuma sempre ter visitantes, familiares, principalmente, à noite, em outras palavras, é um casal muito agradável de se conversar, como dizem os pratigienses: *gente boa*. A função de Diana na organização da Igreja é mantê-la sempre limpa, ornamentada com flores, abrir e fechar todos os domingos, feriados ou quando ela quiser.

Figura 13 – família de Diana.



As reuniões para acertar todos esses detalhes são feitas esporadicamente, não têm data certa e nem local. Alguns dias o encontro ocorre na igreja após as rezas ou trezenas, outras vezes é na casa de uma das três mulheres, mas dificilmente tem reunião porque todas já sabem o que fazer, visto que estas mulheres já têm anos vendo e, agora, exercendo essa função filantrópica em prol do povoado. Outro fato importante na organização da igreja do Pratigi é que não é preciso estar presente nenhuma integrante da organização para as outras mulheres estruturarem as festas religiosas, os cantos, as coreografias, entre outras ações. São as mulheres do centro do Pratigi que organizam a vida religiosa local, a parte mais metódica dessa organização é fazer as reformas da igreja com a arrecadação do dinheiro recolhido ao longo do calendário religioso, pois envolve contratação de pedreiros, pagamentos, compras de materiais, entre outras coisas. Entretanto, elas fazem, tal qual sempre fizeram.

Portanto, essa é a atual divisão com relação à organização e manutenção da Igreja católica e da Festa de Santo Antônio no Pratigi. A estrutura continua a mesma desde quando a organização se dava pelas mãos de Anjo Barros, Maria dos Santos, Dona Santa e Tidu; e depois por Valentina Barros, Eugênia Barros e Emília Barros, são três mulheres na liderança contando com a ajuda de todas (os) na organização. Anjo Barros foi o único homem a cuidar do Santo durante mais de um século de história.

## **2.4 DETALHES POLÍTICOS E ORGANIZACIONAIS DA FESTA RELIGIOSA DEDICADA A SANTO ANTONIO NO QUILOMBO DO PRATIGI**

A festa *dançante* do Pratigi, dedicada ao padroeiro Santo Antônio, geralmente, ocorre no 12º e 13º dia de junho; no entanto, se por acaso essas datas caírem em dias úteis, os festejos podem ser mudados para o final da semana corrente, no sábado ou domingo. De toda forma, as festinhas com som elétrico nos bares, sobretudo, no bar de Manoel – o conhecido ‘Pisa na Barata’ – tida como o maior bar e mercearia do Pratigi, localizado no centro, começam no dia primeiro de junho, quando as trezenas de Santo Antônio se iniciam. Trezenas porque são encontros para orações realizadas doze noites consecutivas mais a missa no dia treze. É uma espécie de novena, mas se diferencia desta porque, ao invés de ser rezada nove dias, como o nome indica, dura doze noites interrompidas, por isso o nome trezenas; como explica a entrevistada Terezinha Barros (2020): “não é as novenas, é as trezenas, porque são doze noites. Novena é nove”. Vale ressaltar que a festa dedicada ao padroeiro do Pratigi, compõe tanto a festa religiosa, como a festa *dançante*, isto é, as duas comemorações são dedicadas ao Santo, havendo desse modo, como é de se esperar do catolicismo popular, entrelaçamento entre o profano e o sagrado.

A festa do Pratigi, como veremos a seguir, se constitui, segundo a metodologia de Amaral (2017), como sacra-profana. Estas são festas mítico-religioso de base, envolvendo festejos profanos que ganham relevâncias na festa. Como Natal e festa de Santo Antônio, por exemplo. Deixo claro aqui que a festa *dançante* do Pratigi é financiada pela Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiatursa) via prefeitura de Camamu- Bahia. Por outro lado, a festa religiosa, o financiamento é todo feito pela comunidade, vindo principalmente do dinheiro que conseguem através da venda de doces, de mingau, mugunzá, beiju, salgadinhos e etc., como também das doações individuais das pessoas, tanto do Centro do Pratigi, como dos núcleos territoriais que o compõe, hoje, o território geográfico do Pratigi: Cajazeira/Cabana, Quigeme e parte do Cobico.

A distribuição temporal dos principais eventos que acontecem durante a festa está assim organizada: Primeiro, as solenidades da festa religiosa acontecem do dia primeiro ao dia treze de junho. A procissão das novenas ocorre do dia primeiro ao dia doze, durante as noites; a missa e a procissão ao Santo ocorrem no dia treze à tarde. Os dias 12 e 13 de junho é quando ocorre o ápice das festas religiosa e *dançante*.

A festa no quilombo do Pratigi está intrinsecamente ligada à cultura local e a política comunitária, estas expressam-se, na vivência social dos indivíduos que, nos dias determinados da festa, se afastam das suas experiências diárias e passam a viver, de maneira excepcional, as suas festas religiosas e *dançante*— manifestações simbólicas, eventos ritualizados em homenagem ao padroeiro Santo Antônio e, assim conforme Alves (2005,p.315), “permite-se uma intensa gama de informalidade festiva, de confraternização e solidariedade.” Essas festividades fortalecem os laços matrimônios entre famílias, a amizade e as trocas de produtos, de sementes e de sêmen [um animal cobrir o do vizinho, amigo ou compadre] é importante deixar claro que nos dias de festas também ocorrem as negociações comunitárias e, assim as festas do Pratigi se transformam, como descreve Alves (2005), em um sistema de intercâmbio, ou seja, “[...] a festa se desenrola no que denominamos de um *sistema de intercâmbio* de pessoas, interesses e manifestações simbólicas marcadas pelas trocas e um amplo sentimento de complementaridade e reciprocidade” (ALVES, 2005, p.316). Além desta ser um momento de diversão e relaxamento da vida de trabalho duro na roça, isto posto, mesmo a festa religiosa:

mantendo as linhas estruturais básicas em sua realização, tais eventos, ainda que considerados em suas origens portuguesas, passam, em sua versão impregnada de um catolicismo popular, pelos esquemas culturais e pelo sistema de significados e significações que lhes são próprios: o mito de origem, a comensalidade, a patronagem do Santo (o sistema de santos padroeiros e/ ou de devoção), o que é efetivamente festejado etc. (ALVES, 2005, p.316)

O ápice é o dia das festas [missa e procissão]. Paralelo a estas, em outras partes do povoado, há pessoas nos bares *comendo água*. Comer água é consumir bebida alcoólica na expressão popular baiana. Nesse interim, outros estão participando de jogo de futebol, dominó, baralho e, muitas vezes, apostado, outros comendo e bebendo na casa de compadres e amigos e, muitas vezes, essas pessoas comparecem à igreja durante a missa sem nenhuma discriminação, só há constrangimento se o cidadão fizer muvuca, brigar durante a missa, seja embriagado ou não; do contrário, não há impedimentos sociais por parte dos nativos e leigos, que estão ajudando o padre a celebrar a missa, em ter presentes na igreja que consumiram álcool na festa.

Além disso, durante a festividade, no dia treze, às vezes, ainda ocorrem alguns eventos como samba de roda e pau de sebo, tudo isso ocorre a partir do meio dia, após a missa; nessas horas, aumenta o consumo de bebida alcoólica drasticamente, isto é, o *come água* aumenta no povoado. São essas simbioses de fatos que compõem o catolicismo popular pratigiense, fato que começa bem antes da festa, por exemplo: as comidas que são feitas para dar aos amigos em casa ou mandar para os bares, visto que no Pratigi não tem lugar específico para oferecer comida nas festividades, então, os amigos, compadres e conhecidos vão comendo conforme fazem as visitas. A comida é uma forma de sociabilidade e fortalecimentos das alianças pessoais e comunitárias.<sup>18</sup>

Outro fato importante que ocorre nessa festa são as celebrações das trezenas que são feitas por mulheres leigas do Pratigi. A ornamentação da comunidade para o festejo de Santo Antônio compõe o catolicismo popular. Segundo Rodrigues e Heinen (2019, p.175), são “arranjos culturais e conjuntos de significados e significações que lhes são próprios, tais como: a patronagem do (a) Santo (a), o mito de origem, a comensalidade, a estrutura particular de caráter popular dos festejos, entre outros”. Tudo isso está presente na festa religiosa do Pratigi, ou seja, é evidente a mistura entre a festa religiosa e a festa profana, mesclada pela cultura popular local, dando vida assim, ao catolicismo popular pratigiense que compõe e dá significado ao território do Pratigi.

A imagem principal da procissão no andor é a de Santo Antônio, porém, foi inserida no início da década de 2000 a imagem de Nossa Senhora, para que as mulheres carregassem esse andor e os homens o de Santo Antônio (ver foto 1).

Foto 1 - Andor de N<sup>a</sup> Senhora sendo carregado pelas Mulheres.



<sup>18</sup> Para maior aprofundamento no assunto, ver CARNEIRO (2015).

Fonte: pesquisa de Campo

Vemos na imagem os homens à frente com o Santo Antônio e as mulheres atrás carregando a imagem de Nossa Senhora. Vale deixar claro que Nossa Senhora só sai em procissão no dia da missa; nas trezenas, as mulheres carregam Santo Antônio normalmente juntamente com os homens. Penso que tal decisão, colocar a imagem de Nossa Senhora em outro andor, serve para contemplar todos os envolvidos nesse ato religioso. A imagem de Nossa Senhora serve, sobretudo, para incluir as mulheres que cuidam da igreja e, assim, estas podem se sentir representadas por uma Santa. Outro fato importante é que Santo Antônio que sai nas procissões, tanto nas trezenas como na missa, é uma réplica da imagem original, que fica na igreja (ver na foto2).

Foto 2 - À esquerda Santo Antônio original; à direita a replica



Fonte: pesquisa de campo.

Os personagens que participam dessa procissão, geralmente, são pescadores e aposentados do Pratigi e das localidades próximas, principalmente de Tapuia; da Matapera; da Pedra Rasa; do distrito de Barcelos do Sul e, raramente de Cajaíba do Sul. Essas pessoas comumente são mais velhas, e as que são de outros povoados têm amizades antigas ou são compadres do povo do Pratigi. Há também a presença, quase sempre, do prefeito, e do vereador local, geralmente do Distrito de Barcelos do Sul, e

também de pequenos empresários: comerciantes locais e donos de embarcações nos festejos religiosos no Pratigi.

Vemos aqui nesse ponto, que não só a festa profana é um fato político, mas também a religiosa, então devemos tomar as festas como, “fato etnográfico notório em sua inesperada associação com a política, como a tela na qual é possível ler a formulação nativa a respeito da política” Chaves (2003, p. 20). Assim colocado, há relação entre festa e política no povoado do Pratigi. Então, “a festa constitui o fato político relevante para a população local e nele é possível reconhecer a política como evento coletivo. A festa possui esta qualidade de espelho analítico apenas porque nela se representa, discorre e vive a política”. (CHAVES, 2003, p. 20). A política está intrínseca à festa do Pratigi, visto que os cabos eleitorais é quem organiza a festa *dançante* e, por outro lado, o local mais frequentado pelos políticos durante o festejo é a Igreja.

Além disso, a maioria das pessoas da região frequenta a festa do Pratigi, isto faz desta festa um ótimo lugar para que os políticos partidários possam se promover localmente, como também os nativos da família Barros. Para mais, há também, como veremos nesse capítulo, a política intracomunitária a partir do fazer festa, ou seja, tem pessoas da família Barros que veem na política partidária um meio de ascender politicamente dentro do Pratigi e, isso, às vezes, é alcançado por via de apoio de políticos dentro do povoado, tornando-se assim, em primeiro estágio, cabo eleitoral e, conseqüentemente, passando a organizar a festa *dançante* do Pratigi.

Permito-me dizer que estas estratégias são práticas similares exercidas tanto pelos homens, como pelas mulheres, com o intuito de *ter nome*, ou seja, fazer parte da política local, ser conhecido localmente e, principalmente, na sede camamuense. A diferença estratégica é que os homens fazem diretamente a política partidária, logo, tem o nome amplamente divulgado a público; enquanto as mulheres fazem esta política de dentro da Igreja, lugar mais reservado e não muito divulgado publicamente.

No Pratigi, são dois os fatores que distanciam as mulheres da política partidária com relação aos homens, primeiro: as mulheres não se fazem cabos eleitorais; segundo, elas não conversam sobre política partidária abertamente, mas falam, como ressaltam Heredia e Palmeira (2010), sob certas circunstâncias. Isto posto, a festa de Santo Antônio se faz um acontecimento relevante dentro do povoado. Os políticos partidários sempre se



fazem presentes na festa, sobretudo, no momento religioso, como posto acima, para as conversas *ao pé do ouvido* das coordenadoras e vice-versa, assim como com a maioria da população presente na festa. Essas conversas apelidadas de *ao pé do ouvido*, são geralmente voltadas para interesses políticos; isso prova que a festa religiosa e suas coordenadoras fazem parte ativamente da política local, mesmo não ocupando posto direto dentro da política local partidária, assim como os homens ocupam o espaço de cabo eleitoral.

O ordenamento do séquito se caracteriza da seguinte forma, primeiro tem o andor com a imagem de Santo Antônio, que é carregada atualmente por homem e em seguida vem o andor de Nossa Senhora, que as mulheres carregam (ver foto 3). Junto dos andores vem o padre.

Foto 3 - Ordenamento do andor de Santo Antônio e N<sup>a</sup> Senhora na procissão.



Fonte: pesquisa de campo

Esse é o ordenamento da procissão no dia da missa, mas advirto, esse padrão não é fixo. Isso é antes a impressão minha como pesquisador. Existem os pretendentes e as pretendentes a carregarem os andores, desse modo caminham do lado do Santo. Além disso, existe o que eles chamam de *intrometidos*, pessoas que não têm nada a ver com a organização da procissão, estão ali só por estar mesmo, não costuma carregar o andor durante as festas. Este *intrometido* não vai carregar o andor, mas continua caminhado junto aos Santos. Para o comparecimento do sacerdote, para celebrar a missa no dia 13 de junho no Pratigi, se faz necessário as mulheres responsáveis pela igreja e organização da festa religiosa encaminharem ofício endereçado à paróquia de Camamu, solicitando a

presença do padre para realização de missa na data estipulada. Após o andor com Nossa Senhora, as meninas da comunidade, as quais rezam na missa, os (as) chamados (as) leigos (as), vêm junto com o padre. Depois dessas pessoas, vem a multidão de fiéis e, por último, o responsável pela queima dos fogos (ver foto 4). O percurso da procissão na missa é o seguinte: sai da igreja em direção ao campo de futebol, pois assim passa dentro de toda a sede do Pratigi.

Foto 4 - A procissão de Santo Antônio.



Fonte: pesquisa de campo

As fotografias mostradas foram tiradas no dia treze de junho de 2019, assim, dimensiono a quantidade de pessoas que participa dessa festa religiosa no Pratigi. Essas pessoas são: comerciantes, políticos partidários e, na sua maioria, pessoas nativas do SQSC e dos povoados próximos.

O percurso da procissão das trezenas [do dia 1º de junho ao 12º do mesmo mês] é feito de uma casa para outra. São trajetos curtíssimos, onde o Santo Antônio sai da Igreja em procissão na primeira trezena do dia primeiro de junho e só volta no décimo segundo dia, tudo isso celebrado pelos leigos. Primeiro a imagem vai para uma casa escolhida pela coordenação da igreja. No segundo dia sai dessa casa e vai direto para outra e, assim consecutivamente até passar por quase todas as casas do centro do Pratigi. Nesse momento, o primeiro casal fica esperando o Santo na porta do seu respectivo lar, quando os romeiros chegam, eles ajudam com o andor, para colocá-lo dentro de casa, é rezada umas, duas ou três ladainhas e as pessoas se dispersam. Não é dado comida nem bebida a nenhum romeiro nesse dia, exceto, a algum conhecido ou outro por forças da circunstância, mas isso não é de praxe. As ofertas que são feitas ao Santo pelo anfitrião

que o recebe em casa são: velas, fogos e, às vezes, dinheiro. Tudo isso será usado no dia da missa; o dinheiro será usado para consertar a igreja ou algo similar.

Hoje, existem no centro do Pratigi dez casas habitadas, isto posto, o Santo percorre todas as casas do Centro do Pratigi. No ano de 2019, as únicas casas onde a imagem do Santo Antônio não passou foram as de M<sup>a</sup> de Lurdes (Biúca) e de Maria Cardozo (Lia). A organização da igreja retirou essas casas do circuito por ficarem relativamente distantes e terem um trajeto de difícil acesso. Como a maioria dos participantes das procissões das trezenas são idosos, a direção decidiu por bem excluir esse trajeto. As duas mulheres citadas, que não fizeram parte do circuito da romaria em 2019, compõem a organização da festa religiosa e tomam conta da Igreja e do Santo. Nas procissões próximas ao dia treze de junho, geralmente, a igreja fica cheia (ver foto 5).

Foto 5 - À esquerda a igreja vista de dentro; à direita fora da Igreja.



Fonte: pesquisa de campo

Durante o evento sacro-profano, acontecem oferendas em dinheiro para o Santo; bênçãos em cruz, terço, etc. Antes, havia apresentações públicas que já faziam parte do evento, como: leilão de objetos, de animais, de roças, etc., tudo para ajudar na festa de Santo Antônio, isto ocorreu, no entanto, entre os anos de 1908 – 1980, hoje não existem mais tais eventos; mas pós a missa, permanecem as danças em toda a trajetória da festa, como samba de roda [praticado fora da igreja] e danças apresentadas dentro da igreja pelas garotas da sede da comunidade; ou seja, a festa realmente é feita com o objetivo de

promover a diversão entre os nativos, por isso, a festa, tanto religiosa como profana, é entrecortada por danças e diversão.

O samba de roda é realizado fora das dependências da Igreja, ressaltando que as apresentações são feitas pelas mulheres do Pratigi, juntamente com as de Tapuia e Perda Rasa; ou seja, “a festa, no que respeita à identificação de uma comunidade, desempenha um imprescindível papel simbólico mediador” (TEIXEIRA, 2011, p. 21), estas festas são eventos profundamente significativos e que se constituem em um dos elementos centrais na construção dos vínculos. As atuais alianças envolvendo as comunidades de Pratigi, Barcelos, Cajaíba e, sobretudo, Pedra Rasa e Tapuia:

revelam ampla rede de cooperação, de solidariedade e de reciprocidade, fundadas no parentesco, bem como nas trocas materiais e simbólicas existentes entre as famílias que formam a comunidade por meio dessas relações, elas reforçam o processo político de luta [...] Tais relações reforçam as situações de cooperação, esmaecendo os conflitos inerentes às várias sociabilidades que permeiam a interação destes grupos (FILHO et al, 2018, p. 112)

Essa relação e esse respeito se dão no contexto intracomunitário entre os nativos e, sobretudo, intercomunitário, como coloca os autores acima. Tudo isso à base das relações de amizade, de matrimônio e de compadrio entre os povoados, isso forma uma relação simbólica de solidariedade entre os iguais, reverberando na defesa e afirmação do território, ou seja, cria-se um sentimento de território uno e, esse gesto revela também a história: “ da construção de cada comunidade como uma unidade política, simbólica e territorial” (FILHO et al, 2018, p.119). O sentimento mútuo entre as comunidades faz perceber unidade política, simbólica e territorial em cada uma. Filhos *et. al.* (2018, p.120), explica que essas comunidades são “representadas por cada imagem de santo e, ao mesmo tempo, um sentimento de aliança, que envolve as comunidades enlaçadas por aquele gesto, representado pela reunião das imagens dos santos no altar”. O Santo constitui uma simbologia muito forte para união desses povos. Isso posto, celebra-se de fato o amor, a igualdade, a solidariedade, a vida, as conquistas e a amizade familiar, tudo representado por aqueles momentos de encontros nas respectivas festas.

A apresentação do samba de roda ocorre após a missa e é um exemplo de solidariedade, visto que as mulheres das comunidades se juntam no bar de Manoel, que

fica no centro da comunidade, e começam a apresentação que demora mais ou menos uma hora. Essas mulheres dançam todas com roupas coloridas, vestido rodado. As coreografias realizadas se constituem dentro de uma roda, onde há vários movimentos corporais e, após a primeira a se apresentar com seus movimentos particulares, a segunda entra na roda e inicia os seus passos, após a primeira sair, e depois vão beber e comer com os amigos e amigas de várias comunidades diferentes; esse samba, quem promove, geralmente, são moradores do Pratigi que moram *fora*. Essas brincadeiras são feitas alguns anos e outros não; quem brinca nesse samba são as mulheres do Pratigi juntamente com as Tapuia e Pedra Rasa, como falei acima.

A festa do Pratigi se faz um evento de atração local e regional, mas não encontra nenhum jornal ou blog local falando sobre tal evento, embora essa aconteça há mais de um século no município camamuense. Essa festa se constitui, além de um local de descontração, de relaxamento, como também um ato político, onde se fazem alianças para manutenção das terras e, por via desta, é possível “a festa criar ou reforçar a identidade” Teixeira (2011, p.05) e, um dos meios pelos quais os Barros alcançam a identidade étnica pelo meio governamental foi provando que antes do Estado se preocupar com eles, já existia essa coletividade a partir do circuito de festa do Sistema de Quilombos Sul de Camamuense – SQSC.

Por outro lado, Filho *et. al.* (2018, p.114), nos alerta que: “a festa, não está subsumida a uma totalidade que a precede [...]” a festa é livre para tomar os rumos baseados nas emoções e em sentimentos dos envolvidos nela, às vezes, faz-se amigáveis, outras vezes inimigos, visto que nas festas os sentimentos não domesticados podem ser ativados, seja os bons sentimentos como: amizade, amor, a solidariedade e etc., mas também, os maus sentimentos podem serem também ressuscitados, como: mal afetos, o ódio, a vingança, as disputas, dentre outros. Assim a festa de Santo Antônio demarca também o território dos Barros.

Outro dado a notar, de não menor importância, diz respeito ao fato de que todos, seja os organizadores da festa religiosa ou da festa *dançante*, são parentes diretos dos Barros. Não há desligamento das lutas de interesses familiares e, nesse ponto, a festa tanto religiosa quanto *dançante* estão conectadas, visto que todos, ao final, são tios, irmão, primos, etc. Por essa via, a festa de Santo Antônio nos revela “um mapa das

relações de parentesco” Comeford (2003, p.33). Contudo, esse mapa transcende a relação de parentesco, como também das relações intercomunitárias, visto que se pode observar as amizades e os compadrios dos Barros com outras comunidades.

## 2.5 - O SANTO ANTÔNIO E A POLÍTICA LOCAL

O Santo Antônio, nas *histórias* contadas pelos descendentes dos Barros, é fio condutor para a constituição da memória coletiva do povoado. Os relatos sobre Santo Antônio, padroeiro hoje do Pratigi, surgem desde quando Anjo Barros, sua mãe e seus irmãos saíram das suas terras corridos. O Santo continua até os dias atuais permeando as histórias e as políticas do povoado do Pratigi. Recentemente, no Pratigi, Biúca entrou em conflito com outra parte da família Barros por questões relacionadas às terras que, segundo ela, são da Igreja.

A história começa mais ou menos no início dos anos 1980 quando a terceira igreja estava sendo construída. Nesse momento, a igreja ainda estava sob a responsabilidade de Valentina. Para essa construção, meu pai, Antônio Barros, sobrinho de Valentina doou partes das terras e a família vizinha doou a outra parte. No início dos anos 2010, antes de Valentina falecer, ela pediu a Antônio para fazer um anexo da Igreja em direção às terras dele, visto que queria construir um quarto para o padre poder descansar e um box para a venda de donativos para festa, então Antônio cedeu outro pedaço de terra e foi construído o tal quarto.

Nos dias atuais, os pratigienses, frutos do êxodo rural dos anos de 1970-1990 que assolou o Brasil devido à falta de bem-estar na zona rural, estão retornando e construindo casas no centro do Pratigi, uma pratigiense fruto desse fenômeno voltou de Brasília e começou a construir a casa do lado da igreja, nesse momento. Biúca reivindicou aquele pedaço de terra como sendo da Igreja, chegaram a conversar sobre, mas até o momento que eu fui no Pratigi não estava muito bem resolvida a questão. De todo modo, a casa foi construída. Por outro lado, para evitar desentendimentos dentro do Pratigi, os filhos de Antônio cercaram com arame farpado as terras que lhes pertencia.

A queixa dessas duas famílias, que fazem divisa com a igreja, é que as construções da Igreja nunca param. Por outro lado, eu ouvi que Biúca alega que a sede do

Pratigi é da mãe dela, Valentina, dado por Anjo Barros. Por causa dessas brigas internas, há relatos de que Biúca já avisou que ainda está no Pratigi porque não encontrou ninguém para entregar a responsabilidade do Santo, ficando ali somente cumprindo a missão de sua mãe, visto que antes de morrer, no hospital, a última coisa que sua mãe fez foi entregar-lhe a reponsabilidade assim como Anjo Barros fez com Valentina. Esse pequeno conflito ainda está em curso e, por questões da pandemia, não pude acompanhar mais de perto, tentei acompanhar por telefone, mas as pessoas ficam receosas de falar certas questões para mim que sou da família, imagine por telefone, então anotei poucas contextualizações, mas o que deu para perceber é que o Santo causou uma cisão político intrafamiliar, mas também pode ter fortalecido outras alianças e, desse modo, ter, talvez, definido lados dentro da comunidade por onde são organizadas e reorganizadas as políticas comunitárias.

A vista disso, penso que, a festa anual de Santo Antônio serve para mostrar o contrário, que existe, sim: “laços comunitários de pertencimento” [...] (ALVES, 2005, p.225), e que através da festa isso pode aflorar, fortalecendo, desse modo, os laços políticos intracomunitários ou mostrando outros lados.

Nem tudo é *política* em si, uma vez que a festa também serve para se divertir, se embriagar, namorar, esquecer dos problemas cotidianos por alguns dias, essa é uma das constituições do catolicismo popular brasileiro, mesclar o cotidiano político e cultural com o sistema religioso. Na época da festa, todos os pratigienses entram em clima de solidariedade e de comunhão, muitas vezes, as pazes são feitas nesse momento, como dizem as entrevistadas, Terezinha Barros e Josefa Barros “a festa é feita para brincar e pode brincar semanas”, lógico, se a pessoa quiser e aguentar.

O Santo Antônio está tão vinculado historicamente à família dos Barros que nem os próprios descendentes deste grupo familiar, ainda vivos, conseguem precisar ao certo há quanto tempo este Santo pertence à família. Vale ressaltar que o Santo é tido como herança familiar há gerações. Nas histórias contadas pelos descendentes e amigos da família Barros, Anjo, sua mãe Maria dos Santos e seus irmãos sempre esqueciam o Santo e, esses, arriscavam suas vidas para recuperá-lo.

Até os dias atuais, no Pratigi, tiveram três igrejas dedicadas a Santo Antônio. A primeira, chamada de capelinha, foi construída onde hoje é a garagem de Maria de

Lurdes [Biúca], filha de Valentina Barros, na parte *de baixa* do Pratigi, indo em direção ao Porto marítimo. A segunda foi a igreja, onde hoje fica uma edificação histórica religiosa, chamada Cruzeiro do Pratigi, um pouco acima de onde foi a primeira capelinha. E a mais recente, a terceira, que os moradores denominam como igreja, foi construída mais acima da igreja. Todas essas igrejas construídas durante a história do Pratigi são relativamente e geograficamente próximas umas das outras, não tendo nada a ver com a mudança de poder político do centro da comunidade para o Aruá ou algo do tipo.

Na época em que havia a capelinha, quem cuidava do Santo e da igreja era Dona Santa, Anjo Barros e Maria dos Santos, a mãe de Anjo Barros. Nessa época, quem celebrava a missa era um padre chamado Almeida, que morava em Barcelos, comunidade vizinha. Como conta Maria Barros: “Quando Anjo Barros chegou logo, eu não me lembro, só sei que quando ele chegou logo, o padre de Barcelos que celebrava a missa, o padre... Almeida. Ele vinha celebrar a missa no dia de Santo Antônio”. O difícil da celebração era que ninguém sabia ler na região para recitar os textos bíblicos. Diante disso, necessitava-se muito da presença de alguém que soubesse ler para realizar as celebrações ao Santo Antônio; o que de fato se tornava muito difícil. Sobre o assunto, M<sup>a</sup> Barros relata que “[...] ninguém sabia ler pra poder tomar conta da capela e fazer as novenas”.

Em razão disso, Anjo Barros e Dona Santa tiveram a ideia de mandar Tidu, a sua filha, para estudar no Jatimane com os parentes de Santa, que sabiam ler, pois eram muito devotos e já celebravam as novenas lendo a bíblia. Assim sendo, Tidu foi estudar. A entrevistada Maria Barros (2020), explica da seguinte forma sobre esse ocorrido, ela diz:

Anjo Barros mandou Tidu estudar porque ninguém sabia ler pra poder tomar conta da capela e fazer as trezenas. Era Tidu que tomava conta. Ele mandou Tidu estudar no Jatimana, onde tinha a avó de Tidu, desse pessoal, chamado devoto. Ai Tidu estudava no Jatimane para poder vir tomar conta da capelinha cá pra rezar todo ano.

O Jatimane está inserido no município de Nilo Peçanha, Baixo Sul da Bahia, de onde a avó de Tidu era nativa, assim sendo, quem frequentava essa escola eram os parentes de Tidu que sabiam ler e já tinham igreja no povoado, como diz a entrevista acima. Essa ida de Tidu para o Jatimane tinha como missão, ao retornar ao Pratigi, tomar



conta da Igreja no povoado e, desse modo, conduzir os festejos religiosos a Santo Antônio.

Na década de 1930, Anjo Barros e Santa se mudaram para o Aruá, conforme já exposto aqui, localidade era mais afastada do centro do Pratigi. Porém, ainda assim, houve a transferência de todo o meio de produção do Pratigi (engenhos de farinha, de cana de açúcar e o roldão) para essa parte das terras pratigienses. Por conta desses movimentos, e também porque ela já sabia ler, a primeira a tomar conta da Igreja foi Tidu. Quando ela foi embora *morar fora* em Feira de Santana – BA, por questões de briga de terra, as 30 (ha) de terras que Cenor *tirou* dos Barros, a responsabilidade de cuidar da igreja recaiu sob Eugênia, Emília e, sobretudo, Valentina; visto que antes de falecer, Anjo Barros delegou a responsabilidade de cuidar da igreja, das terras e da festa à Valentina, sua filha mais nova.

Assim sendo, como já dito, as mulheres acima ficaram à frente das responsabilidades com a organização das terras e manutenção do território pratigiense. Em razão de que eram elas quem mandavam roçar os rumos e também pagavam o ITR. Além disso, elas eram as responsáveis, sobretudo Valentina, pelo fato de Anjo Barros passar a *capa* para ela, ou seja, garantir a celebração da festa religiosa e manutenção da estrutura física da igreja e do Santo Antônio, fatores muito importantes no Pratigi.

Essas mulheres sabiam ler e escrever, pouco mas sabiam, devido a Tidu tê-las ensinado quando regressou dos estudos no Jatimane. Os filhos homens do casal Santa e Anjo Barros, que ficaram no Pratigi eram Sebastião, que sempre gostou de trabalhar na roça e nem quis aprender a ler, e Jerônimo, que como relata Terezinha Barros “aquele ali só gostava de tá serrando madeira no mato e *farreando*” [Jeronimo sabia ler e escrever]. Logo, a responsabilidade recaiu sobre as filhas de Anjo Barros e Santa, fundadores do povoado do Pratigi. *Farreando*, quer dizer que o cidadão vive bebendo, indo para festa, namorando e, nesse caso, não dando atenção para as questões objetivas na defesa do território, na época, cuidar do Santo, limpar as divisas da terra, etc.

Assumindo suas responsabilidades, Valentina se juntou com a população do Pratigi, principalmente as moças e os rapazes, na luta para fazer a igrejinha – a segunda igreja construída no Pratigi. Esta foi feita da seguinte forma, como relata a entrevistada Terezinha Barros: “tinha um bocado de moças e rapazes, aí a gente saía aquela turma, aí

hoje a gente vai pra Pedra Rasa, quando era no outro domingo, hoje a gente vai pro Cundururu, aí a gente ia pro Cundururu”. Ou seja, visitaram todos os povoados vizinhos arrecadando dinheiro para a construção da igreja de Santo Antônio.

Isto reforça a ideia de movimento que discutimos no primeiro capítulo, visto que esse povo tinha amizades e se relacionavam mutuamente nas horas necessárias, havendo desse modo uma dinâmica territorial entre povoados, e esta mobilidade. Esta segundo Carneiro e Dainese (2015, p.152), “não é desagregadora, mas ao contrário promove vitalidade”. No caso do Pratigi, foi através dessas relações históricas que esse povo manteve até hoje fortes ligações de amizade e compadrio com todas as comunidades locais: Barcelos, Pedra Rasa [quilombo], Tapuia [quilombo], Tanque [ribeirinhos], Ponta da Caeira [ribeirinha].

No entanto, para Terezinha Barros, naquela época, em Tapuia que era bom para festejar; na Ponta da Caeira razoável, devido aos pratigienses serem tratados com menos pompas. As outras comunidades deixam em suspense, vejamos o relato: “Tapuia é melhor pra esses negócios. O melhor de festa é Tapuia, a camaradagem..., mas esses outros lugares aí... a Ponta da Caeira era um lugar bom também”. A Pedra Rasa, na atualidade, tornou-se benquista tanto quanto Ponta da Caeira por conta da aproximação matrimonial entre as famílias, relação de amizade, de compadrio e, também, penso eu, pelo fato de a comunidade ter se autodefinido e ganhado a certificação quilombola em 2008.

Assim, esses povos se aproximaram e, como coloca Arruti (2006, p.201), se tornaram “sujeito de direito e como fonte de pertencimento identitário de uma coletividade moralmente motivada para a mobilização contra tal desrespeito”. Isso ocorreu simultaneamente fazendo as comunidades se aproximarem por autodefinição intercomunitária – os quilombolas. Isso não ocorreu com o povoado da Ponta da Caeira.

antes mesmo do diálogo com o Estado e muito antes de se auto reconhecerem como quilombolas e reivindicarem a titulação de seus territórios, elas vêm, por meio de intensos circuitos de festas que se estabelecem ao longo do tempo (todos os anos e há gerações) e do espaço (enlaçando e envolvendo várias comunidades), construindo-se como unidades políticas, simbólicas e territoriais, ao mesmo tempo que constroem alianças políticas entre si. (FILHO, 2018, p.22)

Em outras palavras, essa rede de solidariedade entre os quilombos de Pratigi, Tapuia e Pedra Rasa vem antes da intervenção do Estado; na verdade, foi com base nessa mútua solidariedade que o Estado se baseou para emitir título de Tapuia e certificar Pratigi e Pedra Rasa como comunidade remanescente de quilombo. Essa solidariedade não se faz somente entre quilombolas, mas sim entre todas os povos próximos, seja com os ribeirinhos (Ponta da Caeira e Tanque) como com quaisquer outros povoados por perto; evidencio isto para não caracterizar os quilombolas locais como essencialistas, como alertam Mello (2012); Gomes (2015); Santana (2018 a) e Santana (2018 b) . No caso do Pratigi, na festa de Santo Antônio, há circulação I de pessoas, de alimentos de palavras etc., fazendo desse modo fluir relações territoriais entre os povos. Isto se estende desde do passado, quando havia mutirões entre comunidades para levantar igrejas, como foi o caso do Pratigi, leilões de roças, bingos e demais atrativos dos quais todas as localidades da região participavam.

## **2.6 - A POLÍTICA ENTRE A FESTA DANÇANTE E A RELIGIOSA**

O povo do Pratigi divide o centro em parte *de cima* e parte *de baixo*. Na *parte de baixo* foram construídas as primeiras casas do Pratigi e as igrejas; na *parte de cima*, situa-se Escola local, o posto de Saúde, as duas mercearias e, também, onde ocorre a festa *dançante* do Pratigi em comemoração a Santo Antônio. Nessa parte do centro se concentram os quatro bares que funcionam durante os festejos de rua em homenagem ao padroeiro do local, sendo que três continuam funcionando o resto do ano. Antes, a festa “dançante” era feita em frente à Igreja, como conta em detalhes a entrevista:

as festas daqui chegava ali na frente (em frente à igreja atual no pratigi) tirava aquelas folhas de patioba com aqueles panos de canoas faziam aquela cobertura “medonha” e o povo vinha pra dançar tudo por debaixo daquela cobertura. Era pau de sob, era quebra pote; era muita gente aqui. Bumba boi ia pra Jaqueira, pra areia branca e voltava pra cá de novo e as festas muito animada, todo mundo bebia e, agente de todo canto, era muito animado. Não se pode mais fazer uma festa sem botar polícia no meio, mesmo assim com polícia o povo quer brigar, arrebentar e acabar, não temos mais o direito de fazer uma festa direitinha (JOSEFA BARROS).

Tal lembrança remete ao tempo em que tanto Anjo Barros e Valentina faziam as festas e estas eram super organizadas; isso é o que Herzfeld (2008) chama de “nostalgia estrutural”, ou seja, “um tempo antes do tempo - no qual a equilibrada perfeição das relações sociais não sofreu ainda o declínio que afeta todas as coisas humanas” (HELZFIELD, 2008, p.193). Esse passado se faz intocável, inalcançável e livre de qualquer comparação com o presente ou futuro. Esse “tempo”, no caso aqui o tempo de Anjo Barros e Valentina, vai passando de geração em geração para que não possa ser esquecido. Vale deixar claro que “essa imagem estática de um passado intacto e irre recuperável desempenha um importante papel nas ações do presente” (HERZFELD, 2008, p.193), por isso, essas “nostalgias estruturais” são contadas sempre que as histórias se remetem a esses tempos. Geralmente, no Pratigi, essa época diz respeito ao momento da fundação e, também, antes da assinatura da Constituição brasileira de 1988, a citada constituição trouxe consigo as eleições diretas e, a partir desse momento, o Estado se fez a cada dia mais presente dentro do Pratigi através dos partidos e dos políticos partidários e, conseqüentemente, através de apoios eleitorais de integrantes da família Barros. O que ocasiona, às vezes, cisões políticas dentro do povoado por questões tidas de *fora*, - a política partidária.

Depois de 1988, dois fatores mudaram o jeito de organizar as festas do Pratigi: primeiro, foi retirado o poder direto das mulheres na organização da festa *dançante*, deixando claro que, hoje, as mulheres são responsáveis pela festa religiosa e os homens [cabos eleitorais e envolvidos na política partidária] a festa *dançante*. Segundo, quando há troca de governo municipal, geralmente, é retirado o poder de um dado núcleo familiar em detrimento de outro dentro do Pratigi.-

Após os anos de 1990, o pessoal que morava na parte de *baixo* do Pratigi foi ficando velho, nesse momento, a festa *dançante* foi transferida para a parte *de cima* do Pratigi onde moram os casais mais jovens. Atualmente, a festa *dançante* do Pratigi é frequentada à noite por jovens que vêm das localidades próximas; já durante o dia, principalmente no dia de Santo Antônio [festa religiosa], encontram-se na festa alguns empresários locais, alguns vereadores, principalmente os que ajudaram na organização da festa, se faz presente também o prefeito ou prefeita municipal, como também os

vereadores locais; estes últimos geralmente vão para missa e prolongam-se no Pratigi até mais tarde [festa *dançante*], visitando algumas casas e conversando.

O executivo, juntamente com a comitiva, geralmente almoça na casa do seu cabo eleitoral que o apoiou, porque esse momento tem que ser visto e notado por todos os presentes na festa, nesse caso, tanto o executivo, como fala os pratigienses, *ganha moral*, quanto o cabo eleitoral. Nesse encaixo, Heredia e Palmeira (2010, p.128) mostram como, nas etnografias que analisam, “a política precisa ser, de algum modo, visível”. Então os políticos partidários e os cabos eleitorais tratam de torná-la como tal, através das visitas dos políticos partidários e dos almoços oferecidos. É a partir desse jogo de sedução e interesse que se constitui a política dentro do Pratigi.

Comumente, o almoço e a comida que são dados na festa são para pessoas que têm uma relação de amizade muito forte com o povo do Pratigi, independente de que povoado sejam, essas pessoas são chamadas dentro de casa para comer, geralmente, são chamadas as pessoas mais velhas de Tapuia, Pedra Rasa, Matapera e, às vezes, do Distrito de Barcelos do Sul. Nesse caso, Carneiro (2013) nos fala que a casa é um local de circulação de informação, de conversas e de aprendizado, esse intermédio se dá pela hospitalidade de quem recebe. Tal hospitalidade no Pratigi serve para aproximar os povoados da região e além disso saber o que se passa com determinadas famílias. Nessas horas, são contados os casos que, segundo Carneiro, são “diagnósticos de relações” (2013, p.198). Sobre tal relação, a entrevistada Terezinha Barros nos conta que “ali todo mundo dava café; dava almoço; dava janta... tudo ali o pessoal chegava pra festa. O pessoal não comprava comida pra comer não. O pessoal dava”.

Quando eu residia no Pratigi, na época da festa, a casa sempre vivia cheia de pessoas das localidades para servir a todos. Os meus pais sempre matavam animais e estocavam comida, como explica Terezinha Barros:

o pessoal daqui mesmo do pratigi matava porco, se tivesse de matar boi matava; não tivesse, comprava a carne de boi. Agora o porco já sabia, todo mundo que criava porco matava. Ninguém se preocupava com comida quando chegava no Pratigi, todo mundo comia”.

Nessa época, na casa de meu pai, vinham os compadres da Pedra Rasa, do Outeiro, de Tapuia, de Barcelos, mas esses “diagnósticos de relações” se dão entre os próprios

nativos. Quando um chefe de família recebe mais convidados que outro, há um diagnóstico quanto a isso, ou seja, o povo mede, mapeia as relações pessoais do nativo pela quantidade de visitas. Carneiro (2013, p.202) afirma que “é nas casas que “o povo conversa”, quando a comida acompanha o causo no prazer que um e outro propiciam, testemunhando as boas relações que esta dupla oferta supõe”. Embora houvesse sempre muitas pessoas nos dias de festa na casa do meu pai [tal fato ocorre em todas as casas], havia intervalos de visitas, não havia aglomerações de vários amigos e compadres ao mesmo tempo. Isso quer dizer que esse tempo das visitas também é momento íntimo das famílias [tanto da anfitriã quanto dos visitantes], ali eles podem conversar segredos, fazer acertos, ou seja, a política intercomunitária ocorre sobretudo nas casas. Por outro lado, tal *política* se reverbera nas relações intracomunitárias; visto que os políticos partidários também mapeiam as relações dos nativos.

Mesmo a festa do Pratigi começando no dia primeiro, como falei antes, contudo, está vai ganhando corpo a partir do dia oito a nove de junho, quando geralmente são realizadas as trezenas dedicadas às localidades que vêm de fora até o dia da missa. A última trezena que participei foi no dia 12/06/2018, data dedicada à localidade chamada Tapuia, que tem grandes relações de amizade com o povo do Pratigi desde muito tempo. O povo do Pratigi relata que estes são bons para recepcioná-lo em suas casas quando vão para festa em Tapuia, a qual ocorre em outubro.

As pessoas que vêm de Tapuia ao Pratigi para a festa se cumprimentam, dão risadas, *badernam*, ou seja, dão risadas em meio alguns casos antigos, elogiam a aparência de alguém, perguntam por parentes destes e daqueles conhecidos do povo pratigiense que não puderam estar presentes. Feito isso, o responsável pela igreja de Tapuia procura as organizadoras da igreja pratigiense e entrega os fogos e as velas para acenderem ao Santo. Após isso, se acomodaram na igreja. Vemos que “a festa é um rito de transgressão, que promove renovação moral, recriação do mundo e, por este meio, renovação da aliança entre os membros do grupo que a realiza” (FILHO *et. al.*, p. 114). No Pratigi, noto que essa renovação de alianças é exercida também entre membros de povoados diferentes.

No momento do culto a Santo Antônio, uma das meninas do Pratigi, que reza nas trezenas, se apresentou, pediu que Santo Antônio abençoasse Tapuia e seu povo, bem

como agradeceu a presença das pessoas do povoado na festa. Esse agradecimento pode ser no final ou no início da trezena, mas nesse dia, ocorreu no início. Na hora da oferta, quase todos de Tapuia foram lá e depositaram dinheiro na cesta, abaixando e se benzendo na hora de colocar a oferta na cesta como forma de agradecimento e respeito ao Santo Antônio, a cesta é carregada por uma criança; esse momento é iniciado com um canto e uma coreografia. Esse canto sempre está dando agradecimentos e proteção para o povoado visitante (foto 6).

Foto 6 - As mulheres dançando em agradecimento as ofertas a Santo Antônio.



Fonte: pesquisa de campo

Esse é um dos momentos fantásticos para se observar nas Igrejas de zona rural. Todos os que estão ali, naquele momento, se conhecem. Vale lembrar que quem realizar as festas com mais pompas, ganha as trezenas próximas ao dia do padroeiro, 13 de junho. Mas, há os agradecimentos e as idas nas casas, rapidinho, para colocar o papo em dia. Essa é uma forma muito sutil de fortalecer as alianças entre comunidades.

Toda as trezenas são realizadas ao som de um conjunto, que é organizado pelas mulheres dias antes, composto de tambor, pandeiro, violão [o violeiro no dia da missa vem geralmente da Pedra Rasa], esse conjunto é composto por homens (ver foto 7).

Foto 7 - Grupo musical tocando nos dias da missa.



Fonte: pesquisa de campo

Entretanto, isso não quer dizer que tocar no grupo musical na Igreja seja predestinação. Já presenciei homens lendo os sermões bíblicos enquanto algumas mulheres estavam tocando, principalmente pandeiro e tambor. Todavia, há de convir que geralmente, as mulheres são responsáveis por cantar, incensar a igreja, ler a Bíblia e explicar os significados desta. Ou seja, ali as mulheres controlam.

Na última festa, em 2018, da qual participei, ouvi um discurso proferido por uma das organizadoras na missa e ela dizia mais ou menos assim: “peço a Santo Antônio que faça os governantes olharem pelas pequenas localidades e que livre os jovens das drogas e da violência”. O discurso foi mais longo, porém, essa foi a frase que mais me chamou atenção.

Por outro lado, no mesmo dia, a maioria dos homens, principalmente, os cabos eleitorais que promovem a festa *dançante* estão recebendo os políticos profissionais nas suas casas, dando comida e bebida, como dizem os pratigienses, *criando moral*, ou seja, agradando os políticos para que seus pedidos sejam alcançados. Nesse jogo político - as mulheres falando de dentro da Igreja, os homens para a política partidária - consolida-se o que estou chamando de política intracomunitária. Isto posto, prova-se que, embora os discursos dos homens e mulheres pratigienses se “ignorem ou se excluam” (Foucault, 2014,p.50), em determinados momentos, porém, são criados para envolver os de *fora* e, assim, *criar moral*, politicamente falando. Essa *moral* alcança tanto os políticos



partidários, as lideranças dos povoados locais, os empresários e, também, os artistas do entorno.

Todos esses processos são feitos durante os dias de trezenas e missas a Santo Antônio no Pratigi e, todos os povoados são recepcionados do mesmo jeito. Todavia, Tapuia e Pedra Rasa ganham atenção diferenciada, visto que estas hoje, têm maiores relações de amizade, de compadrio e de matrimônio intrafamiliar, além disso, nas festas destes três povoados, Pedra Rasa, Tapuia e Pratigi, há visitação das mulheres reciprocamente em cada data festiva, com a intenção, sobretudo, de dançar o Samba de roda, mas também, participar de todas as comemorações, sejam religiosas ou profanas no povoado visitado; Terezinha Barros, define essa relação da seguinte forma: “a gente vai para esses lugares porque é bem tratado e tem camaradagem”. Então eles têm obrigação social de fazer o mesmo com essas pessoas quando chegaram para a festa de Santo Antônio no Pratigi.

## **2.7 - OS CABOS ELEITORAIS: DISPUTAS POLÍTICAS DENTRO DO PRATIGI**

Para ser cabo eleitoral no Pratigi e poder organizar a festa *dançante*, a pessoa precisa ter, antecipadamente, um vínculo de amizade ou de interesse político com o (a) prefeita ou futuro (a) prefeito (a). Isto posto, não se faz necessário que ambos tenham um ideal político alinhado, mas sim, fazer os contatos bem antes da época das eleições.-

Na região do Pratigi, existe um cabo eleitoral que cobre toda área Pratiense, Pedra Rasa e Matapera, o nome dele é Nite, este tem uma pequena fazenda, é empresário da área de transporte turístico em Camamu, além disso, aluga carros para prefeitura fazer o transporte dos alunos do ensino fundamental II ao médio da região do Pratigi para a sede municipal. Este cabo estabelece uma conexão entre todos os outros cabos eleitorais da mesma facção política localmente e, estes trabalham com ele, por ser influente na região e na sede municipal, então o cabo eleitoral o agrada, visto que sobre qualquer eventualidade, ele contará com Nite para interceder por ele com os superiores. Nite além de ser conhecido na região, pertence também a uma das grandes famílias locais. Na política,

o mais frequente, nas áreas rurais brasileiras é, a exemplo de tantos outros lugares, encontramos grandes doadores dentro da comunidade operando no limite da “exclusão para cima”, i. e., de ter o poder acumulado pelos favores prestados e não retribuídos a muitos identificados como o poder institucional dos políticos. Não é acidental que os políticos estabelecidos busquem entre estes prestadores de favores (pela quantidade de pessoas que vinculam) os seus “cabos eleitorais” e seus candidatos a vereador e que as comunidades resistem a “perder” esses seus membros. Se fazer favor gera poder, fazer política (e, na concepção corrente, quem faz política tem poder) significa fazer favores numa escala que extrapola o grupo de “iguais”, que foge, portanto, ao controle da comunidade, que gera redes de desiguais. Investir na política, do ponto de vista dos que fazem parte dessas comunidades, significa algo como desvestir-se de seus próprios poderes (HEREDIA; PALMEIRA. 2010, p.127).

Contudo, Nite transita dentro da política local como empresário que agencia toda a logística política regional quilombola, juntamente com os Cabos eleitorais de cada povoado, inclusive o de dentro do Centro do Pratigi, por outro lado, nunca se candidatou a vereador nem a prefeito, o interesse deste é só agenciar a política da região em que ele está inserido, o Pratigi – Matapera, como cabo eleitoral.

Nite é conhecido na região como bom prestador de serviços não retribuídos, desse modo, ele garante muitas amizades, muitos elogios e afilhados. Além disso, Nite é católico e geralmente reserva uma noite nas trezenas de Santo Antônio para ele. Ouve-se muito na região a seguinte frase sobre Nite: “fala com todo mundo, seja criança ou velho, não há distinção”. Nite atua como um grande cabo eleitoral, porque ele detém grande capital político na região, sobretudo, econômico. Por exemplo: tem carros, tem motosserra e, assim, ele vai fazendo pequenos favores durante a campanha eleitoral; em 2020 ele apoiou Enoc Souza, durante minhas idas a campo ouvia-se rumores que Nite já havia gastado muito dinheiro e que o candidato a prefeito não estava o recompensando a altura, esse dinheiro serve principalmente para construção de pequenas pontes, compras de arames e estacas para conserto de cercas, óleo diesel para o transporte desses itens, etc., tudo para prestar serviços aos eleitores do SQSC.

Nite é o único médio empresário que exerce o poder de cabo eleitoral na região do Pratigi-Matapera, então se torna o coringa para os candidatos e, estes tentam a todo custo seduzi-lo para jogar ao seu lado. Na sede do Pratigi, não há vários cabos eleitorais, hoje

só existem três, que são os seguintes: Leonardo Barros<sup>19</sup>, mais conhecido como Léo; ele tem cinquenta e poucos anos, casado, comerciante e funcionário público. O outro é Amaral Barros, filho de Valentina, pescador, agricultor; por sua vez, o mais novato, Josevan Barros, marinheiro e pescador. Esses cabos eleitorais representam a sede do Pratigi e têm menos *moral* do que Nite.

Geralmente, nos primeiros contatos entre os aspirantes a cabo eleitoral e candidatos a prefeito, são oferecidos presentes por parte do cabo, os quais são levados nas casas do candidato a prefeito, geralmente na sede municipal, as ofertas são: Guaiamum, camarão, galinha terra, etc. Por último, quando a negociação já está bem encaminhada, convida-os para almoçar na sua casa, no Pratigi. Foram esses processos que o cabo eleitoral Amaral Barros utilizou quando Ioná Queiroz despontou como a nova líder política municipal no final da década de 2000. Isso mostra uma forma de prestígio aos olhos dos pratigienses.

Para encampar nesse rumo, é essencial que o futuro representante do (a) prefeito (a) no Pratigi mostre que é amigo de todos na região pratigiense. É importante também estar sempre andando pelos povoados próximos da sede do Pratigi. Esses cabos eleitorais, como afirmam Heredia e Palmeira (2010, p.118) têm que ser “alguém da comunidade para convocar as pessoas para reunião com um candidato que chegará ao local para este fim”. Ou seja, tem que ser gente *de dentro* do povoado que tenha prestígio e que todos gostem como amigo.

Além disso, é bom o cabo ter contatos com algum vereador local ou um forte candidato a tal, ligado ao prefeito, para que seja feita uma coalisão. Mas isso não é extremamente necessário, já houve casos no Pratigi em que o cabo eleitoral vota em um candidato a prefeito e a vereador e outro vota na oposição, mas isso deve ser conversado antes do início da campanha eleitoral, do contrário, se constitui uma traição política grave sob pena do cabo eleitoral ser substituído por outro, e pior, se “*queimar*” dentro do povoado. *Se queimar*, quer dizer, ele não terá nenhum *respeito* político perante o povoado. Geralmente, os vereadores que representam o Pratigi são residentes do Distrito

---

<sup>19</sup> Nesse caso, optarei por colocar alguns nomes fictícios para resguardar a integridade política desses cidadãos dentro do Pratigi e sede camamuense.

de Barcelos do Sul, eleitos sobretudo com os votos dos povoados do SQSC, como: Pedra Rasa, Pratigi e alguns votos de Tapuia.

Os jogos das representações partidárias (cabos eleitorais) que ocorrem dentro do Pratigi em apoio aos prefeitos são similares aos de apoio a vereadores locais. Contudo, as relações com os candidatos a vereadores são mais pessoais em comparação com os candidatos a prefeitos. Isso porque não necessita de intermediários para apresentá-los, pois geralmente os pratigienses apoiam candidatos a vereador que sejam parentes deles ou, do contrário, colegas e amigos oriundos do Distrito de Barcelos do Sul.

Os mesmos cabos eleitorais que trabalham na campanha dos candidatos a prefeito são os que lidam com a eleição dos possíveis vereadores. Mas isso não quer dizer que eles apoiam sempre a mesma chapa, como falei acima. Por exemplo: o cabo eleitoral Amaral Barros apoiou e votou para prefeita Ioná Queiroz (PT), em 2016; contudo, para vereador, votou em Gilvan de Jesus, conhecido como Gil de Barcelos - PRB, que na época fazia parte de outro partido.

É bom salientar que só ocorrem rupturas políticas entre os cabos eleitorais e prefeitos (as) sob algumas circunstâncias. Primeiro: se o candidato / liderança política morrer; segundo, se houver *traição* por ambos os lados; terceiro, se houver a falta de apoio político dentro da comunidade por parte dos moradores para com o cabo eleitoral. Isso geralmente ocorre quando a população percebe que o cabo eleitoral está com interesses escusos.

Para exemplificar esse tipo de situação, relatarei a troca de cabos eleitorais no Pratigi a partir do final do mandato do ex-prefeito Zezito Pereira (PFL), no início da década de 1990. Zezito governou Camamu cerca de três décadas até o início dos anos 2000 quando surgiu uma nova força política em Camamu, Zequinha da Mata (PP), o qual esteve no cenário político por cerca de duas décadas, até o seu falecimento em meados de 2015. Voltando ao exemplo sobre a questão das rupturas políticas, é assim que transcorre no Pratigi: Zezito Pereira sempre contou com vários cabos eleitorais dentro do Pratigi.

Esse cidadão, por um tempo, apoiou Zezito Pereira entre o final de 1990 a meados de 2000. Após a morte deste, Leonardo começa apoiando unicamente Zequinha da Mata, que morreu em 2015. A questão é a seguinte, Leonardo, entre os anos de 2000 até próximo à morte de Zezito, apoiava dois candidatos ao mesmo tempo: Zezito e Zequinha.

Isto, tanto no Pratigi como na política partidária, se configura como uma traição; a população pratigiense e os(as) candidatos(as) a prefeito(a) não suportam essa situação. Ou seja, está jogando, como dizem os pratigienses, em *dois lados*. Isto ocorre quando uma pessoa começa a apoiar duas chapas eleitorais ao mesmo tempo, e se torna mais comentado e levado a sério quando é praticado por um cabo eleitoral, pelo fato de que, embora seja um processo eleitoral onde os interesses se afloram e, como afirma Vilela e Marques (2017, p.25), “impulsionam inegavelmente o engajamento dos eleitores no processo eleitoral”. A questão moral dos pratigienses é *manter a palavra* somente a um candidato e, também, às vezes, por jogadas políticas intracomunitárias, os cabos eleitorais optantes por apoiar duas candidaturas podem ser denunciados, e em seguida trocados por outros.

Foi o que ocorreu com Leonardo no início da década de 2000. Quando eu era adolescente, Leonardo apoiava Zezito; e eu ouvia as pessoas comentando que houve um acerto *por baixo do pano, como se diz quando* uma pessoa está fazendo algum tipo de coisa ilícita. E nessa conversa ficou acertado que Zezito iria dar 2000 telhas para o cabo apoiá-lo dentro do Pratigi. Dizem que esse fato aconteceu e, até hoje, algumas pessoas lembram desse episódio, principalmente os jovens da minha idade. Em vista disto, todos os candidatos ficaram desconfiados com o apoio de Leonardo, hoje em dia, a maioria da população pratigiense não o apoia como cabo eleitoral representante do Pratigi, devido a incidentes como estes.

No que concerne ao cabo eleitoral Josevan, por enquanto não houve nenhum dos seus apoiados eleitos, nem para prefeito nem vereador, mas ele sempre está ligado aos eventos que ocorrem no Pratigi. É muito importante pontuar que Josevan encontra-se brigado com Amaral Barros por questões partidárias. Frente ao ocorrido, na última campanha, quando se desentenderam – “eles quase *entram na mão* porquê de política, sai fora que não vou brigar com um primo porque dessas *porqueiras* [políticos]” (RETIRADO DO DIÁRIO DE CAMPO, 2020). Eu ouvi esse relato vindo de um dos comerciantes do Pratigi, um dos meus primos. O comerciante ainda acrescentou que ficou chateado pelos primos estarem brigando por lados na política partidária, o que ele qualificou de *porqueiras*.

Ele tentou falar, a meu ver, o seguinte: não se deve colocar a política partidária acima da vida, da família, da amizade nem do interesse coletivo. Mais importante que o processo político são as relações existentes com os *de dentro* do povoado. O Pratigi guarda uma memória que remonta à metade do século XIX e, portanto, a relação de poder político não se deixa confundir com poder partidário.

Sobre política partidária, Heredia e Palmeira (2010) alerta que esta é externa, logo, não é tida como pertencendo à comunidade, a vista disso, brigar entre parentes porquê de política partidária, já que essa vem de fora, se faz uma perda política intracomunitária. Isto é, se a política que vem *de fora*, exerce uma posição segregadora dentro do povoado, o medo dos quilombolas, é que esta sirva de gatilho para o enfraquecimento das políticas territoriais bem como a grandes cisões, não só políticas, mas familiares. Brigas que podem levar a fins trágicos. Isso poderá separar o povoado e este ficar sem coesão nas políticas comunitárias de interesses coletivos internos.

O cabo eleitoral que apoiou a facção vencedora do pleito eleitoral pode ter a capacidade de fazer as festas dentro do povoado enquanto o prefeito ou prefeita estiver no poder; contudo, ele tem que agradecer ao prefeito (a) e à população local, pois esta pode não gostar dele por práticas políticas feitas dentro do povoado. Tais práticas podem envolver *fluxicos*. Ou seja, conversas paralelas feitas em segredos envolvendo políticos e o nome de algum morador e, dependendo do morador, isso pode se agravar mais ainda; usar a política para beneficiamento próprio pode levar a um boicote do cabo eleitoral e constrangimento desse, face ao prefeito que apoia. Isso é muito raro, pois o povoado não quer perder contato com o poder público municipal em hipótese alguma. Afinal de contas, como argumentou Perutti (2017, p.127), “a política é a prática fundamental com a qual meus interlocutores tecem suas formas de estar no mundo”.

## **2.8 - A FESTA DANCANTE: ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO**

A festa *dançante*, do Pratigi, para comemorar o dia de Santo Antônio, atualmente, ocorre todos os anos no fim da segunda semana do mês de junho, exceto quando morre uma pessoa do povoado bem próximo ao dia da festa, então, nesse caso, não há festa. Essa prática está sendo suprimida dentro do povoado por parte dos jovens e comerciantes

da sede comunitária - a defesa deles é que, ao manter essas ideias vivas dentro do povoado, mantem-se presos ao passado - Suas reivindicações estão começando a surtir efeito. Essa quebra de paradigma dentro do povoado é o que Cavalcante e Costa (2019) chamam de perda de respeito, isso ocorre quando o tido como moderno se sobrepõe ao considerado antigo, esses processos se dão quando “a identidade se encontra em processo de descentramento e de fragmentação” (HALL, 2003), ou de renovação, influenciada pela pressão da modernidade, através, sobretudo, da política que esteja sendo pautada localmente. Ou seja, hoje, o que é tido como bom que, na maioria das vezes é de *fora*, influencia os jovens dentro do Pratigi, contudo, Gomes (2015) alerta que os quilombos nunca foram estáticos aos processos vindos *de fora*, isto é, eles nunca ficaram aquém dos sistemas, seja colonial ou o republicano, sempre estiveram ativos e se remodelando, seja através das organizações das políticas locais ou se utilizando das políticas externas, as quais, atualmente, podem ser feitas através das festas locais, como é o caso da festa a Santo Antônio no Pratigi.

Vale evidenciar que os negros sempre mantiveram contatos com a igreja, com os comerciantes locais e, muitas vezes, com fazendeiros vizinhos, sobre essa afirmação Santana (2019) demonstra que os negros, fossem libertos ou escravos, movimentavam, junto com grandes fazendeiros, a economia, a política e o social, formando o que ele chama de microcosmo na região. Neste sentido, a festa pode se manter tanto na tradição quanto na modernidade ao mesmo tempo, ou seja, pode visitar os costumes *de fora*, vindas através da modernidade e continuar praticando a cultura local, tidas como *de dentro*; para Perez (2012, p.32) “[...] é vão querer separar o que é tradicional e o que é moderno” com relação a festa. Essas tentativas de mudanças demonstram muito sobre a identidade local e quais grupos estão no poder, visto que a festa traz em si a marca cultural e identitária do povo que a faz, visto que é através da identidade, da cultura e etc., que eles demarcam seus territórios, e a festa é um dos marcos mais importantes para tal. No Pratigi, a chegada dos Barros com o Santo Antônio demarcou tais espaços, principalmente através do que Arruti (2005) chama de memória territorial, ou seja, há inscrições demarcando todo o território geográfico do Pratigi, tudo isso foi possível com a chegada dos Barros, com o Santo e com a festa, a qual tornou o Pratigi conhecido regionalmente dentro do Município de Camamu.

Para Almeida (S/N, p.02), o tradicional, “[...] não se opõe necessariamente ao moderno, ele não significa um atraso”, mas esse conceito pode ser usado politicamente em determinados momentos, visto que, sempre que possível, ele é acionado no Pratigi, relacionando-o ocorrências antigas, que não se encaixam mais na atualidade, ou dita modernidade.

Tudo que ocorre nesse processo festivo no Pratigi tem grandes repercussões, sobretudo, no SQSC, já que esta festa se faz o maior evento do povoado, atrai políticos profissionais, empresários locais, lideranças dos povoados ao entorno, etc., isto posto, a festa se faz um bom caminho para quem quer se colocar como líder ou futura liderança política dentro do Pratigi. E uma boa maneira de conseguir tal proeza é se sobressair tentando mudar certos costumes com relação ao processo festivo, para isso tentam quebrar as *tradições* postas pelos *antigos*. Uma dessas modificações (que está em curso) tem sido fazer a festa, independente de quem morra e qual data este venha a falecer, fato que é bem criticado pelos mais velhos.

Assim como em qualquer lugar e ocasião, a quebra de paradigma só existe porque algum grupo venceu o outro politicamente, desse modo, essas opiniões em fazer festa sob certas circunstâncias, a meu ver, são grupos usando as novas ideias que pairam atualmente, sejam elas, religiosa, de identidade, etc. Para se firmarem politicamente dentro do povoado, isto se concretiza de fato na busca por renovação política dentro do quilombo. Essa busca se dá intra e intercomunitária. Intracomunitária se faz através da renovação política dentro do povoado e inter é sempre a busca de relação com outros atores sociais locais.

Gomes (2012) evidencia que, no colonialismo e no sistema imperial, os negros fizeram tais negociações com os comerciantes e fazendeiros locais; mas hoje, esse processo se dá, sobretudo, com os políticos partidários, ou seja, a resistência quilombola ao logo dos séculos não se deu somente pela luta armada, embora parte do meio acadêmico e dos movimentos sociais relacionados à negritude pareçam idealizar isto próximo a um *fetiche*, O’dwyer (1995, p.1) explica que,

nem sempre os quilombos foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes, mas sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e



reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.

Isto mostra que várias questões quilombolas foram alcançadas também pelas negociações, o que desfaz alguns estereótipos de que os quilombos estiveram sempre na guerra armada. Essas negociações, hoje, ocorrem pela via do compadrio, da amizade e do matrimônio, sejam com políticas advindas de *dentro* ou de *fora* do povoado. Desse modo, eu reafirmo que a festa se faz um bom lugar para tal negociação, visto que, segundo Menezes (2012, p.74), é através da festa que ocorre a: “mediação entre os anseios individuais e coletivos, mito e história, fantasia e realidade, o passado e o futuro, entre “nós” e os “outros”, revelando e exaltando as contradições impostas à vida humana”. A festa então é um palco para boas negociações políticas, seja intra ou intercomunitária, uma vez que estas podem levar a cisões e a alianças políticas.

No início do povoamento do Pratigi, a elaboração e a configuração da festa eram de inteira responsabilidade de Anjo Barros e dos moradores da sede da comunidade. Nessa época, Anjo Barros arrecadava dinheiro de quem pudesse contribuir para promover a festa, como: contratação de conjuntos (grupo de pessoas com violão, sanfona, tamborim, etc.), como também chamava amigos que pudessem tocar sem cobrar nada, só em benefício da alegria mútua. Essa última opção era a mais frequente, os músicos tocavam e, em contrapartida, tinham passe livre para comer e beber no povoado, além disso reforçavam suas amizades com o povo pratigiense. Essas são negociações feitas através da festa, que firmam políticas de amizade entre o Pratigi, as instituições e os povoados locais há décadas.

Esses músicos eram contratados porque os sons eletrônicos disponíveis na época eram para poucos, não tinha sequer energia no Pratigi, imagine som eletrônico. Por esses motivos, vinham tocadores de outras comunidades, e assim, ocorria a festa *dançante* de Santo Antônio. A festa acontecia pela força do vínculo de amizade, de compadrio em prol do divertimento geral da população que ali se encontrava.

As pessoas de outras comunidades que vão para a festa do Pratigi não passam fome porque, antes da festa, a população pratigiense pesca e compra comida para dar ao povo; contudo, não tem um local certo para servir as refeições, como expliquei no início do presente capítulo. Desse modo, o alimento é ofertado nas casas, hoje, sobretudo, para

as pessoas da comunidade de Tapuia, Matapera e Pedra Rasa. Porém, todos comem, independentemente do local de onde vêm. Terezinha Barros, com base no passado atesta dizendo que:

o pessoal vinha de fora e fazia aquela festona medonha, já sabia que comida ninguém podia se preocupar quando chegava aqui. Vinha pro Pratigi já sabia como era. Todo mundo comia, todo mundo bebia.

A festa era muito farta. Além disso, os festejos não duravam somente um final de semana como atualmente, às vezes, duravam uma ou duas semanas. A festa começava no dia treze de junho e só acabava dois de julho. Ao longo dessa festança, ocorriam várias manifestações culturais, como: bumba meu boi, pau de sebo, quebra pote, engole fio, corrida de saco, entre outras brincadeiras, esses foram alguns relatos que eu observei os pratigienses emitirem, principalmente, ao longo da presente etnografia.

Hoje em dia não existe mais nada disso, às vezes um pau de sebo, quando os filhos de Terezinha Barros vêm de Parati – RJ e promovem na comunidade. Não tem mais, segundo Terezinha Barros (2020), porque “[...] hoje em dia não se querem mais fazer essas coisas. Quando um quer o outro não quer”. O que eu percebi ao longo da minha pesquisa é que até o final dos anos de 1980, época que a festa era organizada pelos pratigienses, todas as manifestações culturais ocorriam baseadas em uma identidade ancestral, pós 1988, quando estado se responsabiliza pelas festas públicas e o advento do voto direto, começaram, primeiro, a haver cisões políticas internas: as mulheres responsáveis pela festa religiosa; os homens pela festa *dançante*; com isto, vieram a implantação do som mecânico ao invés dos grupos musicais locais com violão, tambores, etc., tudo isso levou ao desaparecimento de certas tradições que sempre são lembradas pelos mais velhos e integrantes da família Barros, era no tempo de *de primeiro* que existia as coisa boas, sem violência e onde todos iam para festa se divertirem, falam os Pratigienses.

*De de primeiro é uma expressão* se referindo a um tempo em que seus ancestrais promoviam as festas; tal discursos reforça a ideia de nostalgia estrutural de Herzfeld (2008), visto que antes da atuação direta do poder público dentro do povoado, principalmente, em se falando da festa *dançante* de Santo Antônio, os mais velhos

costumam dizer que *tudo era diferente, tudo era bom*. Sobre esse tempo, Terezinha Barros diz: “Hoje em dia não, que faz uma festa já começa logo a briga; *no tempo de Anjo Barros* era um tempo de fartura e de paz, onde ia para festa “brincar” não brigar”. Esse tempo, *o tempo de Anjo Barros*, eu entendi nas conversas pessoalmente com os pratigienses, é um tempo estendido no Pratigi até a data onde a responsabilidade do fazer a festa recai sobre o poder público. É como se a partir dessa época, a festa ficasse impura, sem fartura, mal organizada, ninguém pudesse mais brincar como antes, ou seja, se divertir no total entendimento da palavra.

## **2.9 - É PRECISO TER MORAL: A ORGANIZAÇÃO DA FESTA DANÇANTE DO PRATIGI**

Nos dias atuais, a festa ainda continua sendo organizada por pessoas que residem essencialmente na sede do Pratigi. Contudo, essa organização é feita de forma diferente da que ocorria nos tempos de Anjo Barros e Santa. A festa hoje constitui-se através de reuniões do cabo eleitoral local juntamente com a secretaria de Turismo e Eventos do município de Camamu – poder municipal, que através da (Bahiatursa), financia as bandas, o som e a iluminação adequada. Nessas reuniões entre o representante ou os representantes da organização da festa *dançante*, juntamente com os secretários e prefeito municipais, devem começar a ser articuladas a partir do início do mês de abril. Vale ressaltar que em todas as secretarias que houver reuniões, nesse preparativo para festa, tem que solicitar os serviços via ofício emitido pelo cabo eleitoral em nome da comunidade.

Como falei acima, o organizador sempre é um morador da sede do povoado do Pratigi e integrante da família Barros, estes representantes são os cabos eleitorais. Nunca houve de forma explícita uma mulher como cabo eleitoral. Em visto disso, Heredia e Palmeira (2010, p.114) explica que a “política é externa, e, portanto, masculina. São por isso os homens que falam de política. O que, no entanto, não significa que as mulheres não façam, só que o fazem sob certas circunstâncias, assim como acontece em outros âmbitos da vida social”. Isso não quer dizer que as mulheres não exerçam fortes influências sobre a política partidária local. Exercem, primeiro, porque todas são parentes

e, sobretudo, porque há setores na vida cotidiana do povoado que as mulheres controlam, por exemplo, a vida religiosa local, esse setor é essencial na vida social dos pratigienses, uma vez que foi o Santo Antônio o grande facilitador para que os Barros hoje vivam nessas terras, ou seja, há um respeito muito grande para quem toma conta deste. Vale salientar que tanto os homens podem dar palpites nas questões religiosas, quanto as mulheres na festa *dançante*, mas observando os lugares de fala, para assim, ter um bom desfecho dos dois eventos conjuntamente; é por isso que esses dois eventos que acontecem concomitantes, o religioso e o profano, dificilmente há separação dentro do povoado, porque as organizações são feitas em parcerias profanas [homens] e religiosas [mulheres], todos parentes, da família Barros e do Centro do Pratigi.

Geralmente, esses organizadores estão envolvidos partidariamente na política municipal, porque quem organiza a festa são os representantes dos políticos partidários dentro do Pratigi, os cabos eleitorais. Pode ter havido algumas exceções ao longo da história, mas essa é a praxes relacionada à festa do Pratigi. Conforme dito anteriormente, o cidadão que quiser ser organizador da festa do Pratigi tem que estar alinhado com o prefeito politicamente, mesmo não apoiando os vereadores da coligação do prefeito; ou pode se tornar organizador sendo cabo eleitoral do vereador local, geralmente do Distrito de Barcelos do Sul. Isto posto, são estas as formas de se tornar organizador e, conseqüentemente, representante político dentro do povoado do Pratigi. Embora esses cabos eleitorais ganhem alguns privilégios dentro do povoado, como emprego na prefeitura, contato com o prefeito (a), ou como eles dizem, *moral* com o prefeito (a), etc., ou seja, exercendo a política, como Chaves ( 2003,p.43 ) intitula: “ sistema de relações políticas personalista em operação”, contudo, mesmo nesse sistema político, eles devem continuar sendo as mesmas pessoas, exercendo as mesmas coisas: sendo pescador, agricultor, marisqueiro; do contrário, pode perder o apoio dos pratigienses no próximo pleito eleitoral, essa “ é a redistribuição que garante a continuidade de uma relação estabelecida nas bases de uma troca entre iguais (HEREDIA, PALMEIRA, p. 116), isso significa que há trocas preexistentes no cotidiano pratigiense, isto posto, por essas vias intenta-se através da vida social manter o integrante presente no povoado, não perder para a política, visto que segundo Heredia e Palmeira (2010) está é *de fora* da comunidade e externa; não pertencendo, desse modo, ao local; quem se envolve pode se tornar

socialmente como um *de fora*. Logo é preferível manter-se no personalismo político dentro da comunidade e exercer algum poder, como por exemplo conseguir *ter moral* em prol da comunidade, uma vez que, segundo Marques e Vilela (2017, p25) dizem que: “os interesses econômicos impulsionam inegavelmente o engajamento dos eleitores no processo eleitoral”. Mas no caso do Pratigi, através dessa *moral*, pode-se trazer benefícios para a sociedade, por exemplo: fazer festas, água para todos, melhores estradas, coleta de lixo, entre outras coisas.

Partindo para a coisa prática, Amaral Barros, cabo eleitoral da chapa vencedora entre 2008 – 2016 pelo PT, comenta que para fazer a festa do Pratigi:

tem que ser uma pessoa que apoia o prefeito ou a prefeita, porque a pessoa tem *que ter moral*, pois nenhum músico ou policial quer receber dinheiro vindo direto da prefeitura, aí o que a pessoa faz? A pessoa que *tem moral* com o prefeito vai conversar com ele e aí pega o papel (dinheiro) e leva para o Pratigi, lá a pessoa (cabo eleitoral) paga aos músicos e aos policiais. É assim que acontece a festa. *Tem que ter moral*.

Dois fatos que o entrevistado e cabo eleitoral coloca nessa fala que soam muito importante, primeiro: o *ter moral*, desvendando assim de forma explícita a pessoalidade, visto que para fazer a festa boa, tem que ser alguém que apoiou a gestão que esteja no poder, isso é *ter moral*, do contrário, a festa não terá total apoio do poder público. Dá para notar, nesse caso, a conectividade entre a festa e a política partidária, Chaves (2003, p.43) nos alerta que “ a política torna-se, assim, o operador de uma assimetria cujos contornos estão submetidos a permanentes reacomodações, pois organizada pontualmente por critérios particularistas” ou seja, há uma cooptação das pessoas nativas pelos políticos profissionais via o econômico e o social. No Pratigi é esse nativo e cabo eleitoral que faz todos os pagamentos dos músicos e da segurança pública [policial] contratados pela prefeitura para trabalhar na festa.

O segundo ponto importante na fala do cabo eleitoral é que não dá tempo para esperar o trâmite burocrático da verba municipal destinada para a festa, então, o cabo eleitoral do Pratigi precisa ter crédito para organizar as finanças da festa até que o poder público caminhe pelos trilhos da burocracia, para isso, segundo o entrevistado, a pessoa tem que *ter moral* para fazer boas festas. Ou seja, tem que ter certas intimidades

recíprocas de confiança, visto que este, por andar na casa do Prefeito acaba sabendo de segredos, muitas vezes, obscuros.

A política interna para a organização da festa profana da comunidade quilombola do Pratigi depende de qual partido e qual prefeito venceu as eleições naquele ano. A partir desse ponto, ninguém mais discute quem vai ser o organizador, pois já fica explícito para a comunidade que o cabo eleitoral assumirá. Como pontua Heredia e Palmeira (2010), os políticos buscam os cabos eleitorais pela quantidade de pessoas que vinculam, e na maioria das vezes, por conta deste agregar mais voto à sua campanha dentro do Pratigi.

## **2.10 - DETALHES POLÍTICOS E ORGANIZACIONAIS DA FESTA DANCANTE**

A organização da festa, na maioria das vezes, se dá baseada em acertos entre o cabo eleitoral e o vereador, falo às vezes, dado que há pleitos eleitorais em que a região do Pratigi e Barcelos não elege nenhum legislativo municipal, contudo, independente de quem seja o responsável pela organização da festa, seja o cabo eleitoral sozinho ou com ajuda do vereador, ambos têm de *ter moral* com o prefeito, ou seja, tem que dispor de intimidade suficiente para ir na casa do executivo local, conversar pessoalmente, pagar os músicos e a segurança pública [policiais, civil e militar] que trabalharão na festa, tem que ter um grau alto de confiança entre o organizador e o executivo local.

Quando há representante de vereadores na região de Pratigi - Barcelos, a organização se dá da seguinte forma: primeiro, o responsável pela festa tem que conversar com o vereador local, mesmo não tendo apoiado este nas eleições, mas o importante é que os dois estejam alinhados com o executivo municipal; o vereador sempre concorda com essa prática, porque, primeiro: como os vereadores eleitos para representar o Pratigi geralmente são de Barcelos, povoado próximo, nesse caso ocorrem aos votos “por consideração”, porque muitos dos candidatos são parentes” (VILELA; MARQUES, 2017,p.44). No Pratigi, ocorre a mesma coisa, mas o *voto é de consideração* está relacionado às amizades entre família, visto que o povo de Barcelos e Pratigi desenvolveram ao longo do tempo uma forte relação de amizade, de compadrio e matrimônio, nesse caso, há para além da política partidária o respeito por determinadas

pessoas dos grupos familiares que compõe os Barros por parte dos barceiros, geralmente, essas considerações são pelos mais velhos, visto que muitas vezes, estes são compadres. Segundo fato e, o mais importante, que leva os vereadores ajudarem na organização da festa pratigiense, se dá pelo fato de os vereadores eleitos terem de alguma forma o compromisso com determinados núcleos familiares dos Barros e, dessa forma, leva-os a ajudarem na organização da festa *dançante* como forma de agradecimento pelos votos e apoio adquiridos.

Chaves (2003, p.53) define tal relação como “[...] noção de “compromisso”. Compromisso ancorado em um código de prestações mútuas, colocando as relações políticas num âmbito de reciprocidade entre pessoas”. Sobre esse pensamento, Vilela e Marques (2010) nos alerta que a política é um jogo baseado no interesse, assim, os eleitores, muitas vezes, interessados economicamente [emprego e renda], como também em mostrar o prestígio da sua família nuclear dentro do povoado; já os políticos, por outro lado, têm seus interesses calcados no econômico e, sobretudo, no poder que vem através dos votos. Como dizem no Pratigi, “ eles [os políticos] bem não acabou a eleição já estão pensando daqui a quatro anos”, é esse pensamento futuro que faz o político ajudar o coletivo dentro desses povoados, de olho em futuras adesões por outros núcleos familiares nos pleitos eleitorais seguintes. Para isso, ele torna as primeiras famílias que deram apoio político dentro do Pratigi peça central, seja na contratação para trabalhar, visitas, presentes e elogios públicos como: “família de palavra”; “família honrada”, “boa família” etc., são formas de tornar tal família o centro das atenções dentro do povoado para que as outras interessadas nestas representações públicas e de prestígios dentro do povoado adiram a eles no próximo pleito eleitoral e tornem-se seus eleitores.

Sobre a organização da festa, após as conversas entre o cabo eleitoral e o vereador local, o legislador fará com o prefeito, possivelmente, uma reunião, se esta ficar acertada, o cabo eleitoral se deslocará para a sede municipal no dia indicado; outra alternativa é o próprio organizador [cabo eleitoral] marcar a reunião com o prefeito, juntamente com o vereador, porque como diz Amaral Barros, para ser cabo tem que *ter moral*.

Como posto acima, não necessariamente o vereador local apoia o prefeito, mas este apoia a festa em compromisso com as famílias dos eleitores que o apoiou dentro do Pratigi. A festa nesse caso, como pontua Chaves (2003), é uma imagem concreta do todo

social e nela presentifica-se a pessoa política, e a festa é um caminho para entender, dentre outras coisas, o significado da política. Nesse caso, “a política como totalidade inclusiva e afetiva, na reunião indiferenciada de homens e mulheres concretos, em sua expressividade tangível, corpórea, e não a abstração suposta na ideia contratualista [...]” (CHAVES, 2003, p. 65). A festa em sua totalidade tem a capacidade de prover uma relação social comunitária além do imaginado explicitamente, e assim, a política tem uma relação moral “[...] que vincula pessoas, com a contradição fundamental dada por uma igualdade de substância, em termos morais, uma diferença substantiva inscrita e sensível na singularidade individual, e uma hierarquia implícita na relação social” (CHAVES, 2003, p. 65). Tais relações se dão entre os políticos partidários e os eleitores, como também nos relacionamentos entre os nativos.

Esses vereadores, como pontuei anteriormente, geralmente, são do Distrito de Barcelos, têm as famílias conhecidas pela população do Pratigi, têm grande afinidade com as pessoas do Pratigi como um todo, pois pescaram, jogaram bola juntos, beberam e fizeram ou fazem muitas festas juntos. Por isso, a maioria dos pratigienses da sede sempre apoiam alguém da família Barros ou oriundo de Barcelos do Sul, geralmente por consideração, visto que, dificilmente um eleitor do Pratigi quer saber a qual partido pertence tal candidato, penso eu que este é o último fator com relação aos interesses dos eleitores no Pratigi.

Na segunda etapa dos preparativos da festa, o organizador se reúne com o prefeito para apresentar as bandas que a comunidade solicitou e deseja. Nesse momento, o prefeito pode lançar uma contraproposta de bandas mais baratas, sempre acontece, e isto é uma das causas para que o organizador da festa tenha conhecimento dos grupos musicais locais. O acerto das quais bandas irão tocar na comunidade fica acordado nessa etapa de reunião com o prefeito. Este é o momento também de o representante do prefeito na comunidade mostrar que tem credibilidade com o prefeito frente ao povoado, ou seja, provar que *tem moral*, porque, se ele fizer uma festa ruim, essa credibilidade cai e, além disso, ele ganha fama no Pratigi como um organizador que não sabe ou não entende do fazer festa. Já o prefeito pode perder a credibilidade da população jovem e, também dos comerciantes e ainda lhe adquirir a fama de não gostar de fazer festas no povoado,



perdendo, desse modo, parte dos votos, sobretudo, desses grupos – os jovens e comerciantes.

Por outro lado, o prefeito que faz uma boa festa no Pratigi é considerado pelos nativos, como Chaves chama na sua pesquisa em Buritis, de *prefeito festeiro* e o cabo eleitoral, denominado de *bom organizador de festa*. Aqueles que conseguem fazer a festa mais animada com boas bandas locais e que consegue atrair mais gente. Estes recebem, na maioria das vezes, as bonanças por terem feito uma boa festa a Santo Antônio dentro do povoado, ou seja, ganha forças e apoio político dos jovens e comerciantes. Isto posto, o prefeito e o cabo eleitoral saem perdendo se fizerem uma jogada mal sucedida na organização da festa do Pratigi; visto que, assim como Chaves (2010) notou em sua pesquisa em Buritis, as festas “valorizam muito a sociedade” (p.144), no Pratigi isto ocorre da mesma forma, ou seja, a exposição de uma péssima festa indica para os presentes o sentido de mal organização comunitária no Pratigi, já que a festa é uma expressão organizativa que envolve de forma direta e indireta toda sociedade local.

Em um terceiro momento das negociações para organização da festa, o cabo eleitoral e responsável pela festa tem que conversar com o secretário municipal de turismo e eventos, para organizar a contratação das bandas e dos sons, como também para solicitar a segurança [policimento] para as noites de festa. A essa altura da organização, não precisa mais o vereador intervir nessas conversas, porque já passou pela mão do prefeito municipal. Após a reunião com o secretário de turismo e eventos, chega ao quarto passo, quando o organizador da festa se reúne com o secretário municipal de infraestrutura para solicitar algumas demandas, como trocar a iluminação pública do Pratigi, solicitar mais luzes (gambiarras), policiais e o que estiver a par do sistema de infraestrutura municipal. Essas duas reuniões podem acontecer na ordem inversa. Não altera em nada.

O quinto passo é o organizador estar sempre ligando e cobrando ao prefeito e aos secretários municipais; mostrar-se alerta se está ocorrendo tudo de acordo; e quais são os imprevistos a serem enfrentados. Também precisa reportar todas as informações as pessoas do povoado, não em reuniões, mas em conversas no dia a dia, para saber que todos estão unidos com o objetivo de realizar a festa. O último passo acontece já nos dias antecedendo a festa, quando o organizador irá vender os pontos das barracas que

comercializarão bebidas e comidas durante as noites da festa. O organizador vai detalhar quanto esses *barraqueiros*, nome dado aos ambulantes que comercializam bebidas no dia da festa *dançante*, vão pagar por noite para venderem seus produtos. Esse dinheiro é passado ao organizador da festa, detalhe: sempre o organizador da festa passada é consultado para saber por quanto ele alugou o ponto no ano anterior para tais ambulantes. Todo esse dinheiro arrecadado é utilizado na própria festa *dançante*, Amaral Barros me contou que:

depois de fazer todas as propostas ao prefeito e aos secretários e aí quando ajeitar tudo: a polícia, a iluminação (gambiarras), pega-se esse dinheiro que varia de ano a ano, mas vamos supor se recarda R\$ 500, esse dinheiro serve de inteira para contratar uma banda musical melhor, esse dinheiro dos barqueiros (ambulantes) serve para isso.

Então o dinheiro arrecadado dos *barraqueiros* pelos organizadores da festa nos dias de comemoração a Santo Antônio é revestido de volta à própria festa, quem faz esse processo de cobrança, demarcação dos locais e repasse do dinheiro é o cabo eleitoral do prefeito juntamente com a comunidade e revertido para a festa de Santo Antônio. Já que para os Pratigienses a festa religiosa não se separa da festa *dançante* e isto, para Cavalcante e Costa (2019), Alves (2005); Rodrigues e Heinen (2019); Corrêa (2011) essa é uma das marcas do catolicismo popular, dedicar a festa profana e religiosa ao padroeiro do local, ou seja, a festa religiosa ocorre em concomitância com a festa profana e muitas vezes, não sabe-se distinguir uma da outra; em vista disso, mesmo o dinheiro arrecadado pelo cabo eleitoral ser revestido a festa *dançante* e não a religiosa, todo o dinheiro é para fazer a festa de Santo Antônio, provando assim que a festa realmente é de Santo.

### **CAPITULO 3 - A DESCOBERTA DO POVO PRATIGIENSE COMO QUILOMBOLA E SUAS LUTAS PARA PROTEÇÃO TERRITORIAL**

Em 1997, Jerônimo Barros, filho do casal fundador do Pratigi, Anjo Barros e Santa Maltildes, cria a primeira associação do Pratigi. Esse movimento foi de total importância naquele momento para que assim, em 2008, o Pratigi viesse a se tornar uma comunidade remanescente quilombola com base no art. 68 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias - ADCT e conforme o Decreto 4887/2003. Após esse processo, o Pratigi deixou de ser chamado pelos nativos de *fazenda*<sup>20</sup> ou povoado, para ser nomeado como comunidade quilombola. Essa virada jurídica marcou a transição entre um povoado negro agrário para uma comunidade quilombola, ou seja, tornou a coletividade do Pratigi um “sujeito de direito e com fonte de pertencimento identitário de uma coletividade” (ARRUTI, 2006, p.201). Para alcançar esse objetivo político, os pratigienses recorreram a uma “memória baseada em uma comunidade de valores africanos de comunitarismo, solidariedade e comunhão fraternal” (MELLO, p.35). A “descoberta étnica” da comunidade corresponde a um processo necessário para assegurar as suas terras e proteger o seu território.

No momento presente, é necessário recorrer a esses direitos coletivos como quilombolas para lutar na defesa do território. Trata-se de enfrentar os problemas envolvendo a extração do minério que produz o gesso (Gypsita) dentro do território por uma empresa multinacional – a KNAUF, além da mineração de areia por outras empresas.

Há também, como veremos, a chegada recente do Neopentecostalismo dentro das terras pratigienses, que está ameaçando as alianças e a amizade entre Cobico e o Centro do Pratigi, sendo todos pertencentes à família Barros.

O Centro do Pratigi é onde vivem as pessoas mais velhas e, portanto, as mais devotas a Santo Antônio, o padroeiro local. o Cobico, formado por gerações mais novas, com uma significativa população recém convertida à religião neopentecostal, vem promovendo uma mudança religiosa brusca entre os Barros. Isso está levando a parte da família Barros, a parte que mora no Cobico, a alegar que não pertence ao Pratigi. Em outras palavras, a religião, nesse caso, está se sobrepondo à etnicidade, visto que a maioria da população do Cobico não se autodeclara quilombola. Por outro lado, o povo do Centro passou a se reconhecer como tal, mas foi um processo árduo para chegar a esse ponto, o que explicarei ao logo deste capítulo.

---

<sup>20</sup> Na minha infância e adolescência era assim que chamavam o Pratigi - *fazenda* ou *povoado*. Contudo, após os anos 2008 com a certificação do Pratigi como comunidade remanescente quilombola, os nativos começaram a chamar o Pratigi de *comunidade*. Vale salientar que a denominação “Fazenda Pratigi” vem da época da fundação, e não se refere a nenhum processo de apropriação de fazenda, nem doação de terras por fazendeiro ou algo similar.

O que ainda está assegurando, em parte, o não desligamento total entre o Cobico e o Centro do Pratigi, são dois fatores: primeiro, o associativismo, visto que na coordenação da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Pratigi e Matapera – ARQPM, existe representante do núcleo familiar do Cobico; segundo, a relação familiar, uma vez que o pastor da Igreja é um ente familiar do Barros. A mudança religiosa, nesse caso, caminha sobre algumas égides do respeito aos mais velhos dos Barros.

### **3.1 - HISTÓRIA DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIA E QUILOMBOLA DO PRATIGI**

Em 1997, foi formada por Jerônimo Barros, filho mais novo de Anjo Barros e Dona Santa, na Fazenda Santa Vera, no Distrito de Barcelos do Sul, a primeira associação envolvendo o Pratigi. Esta se chama Associação de Pequenos Agricultores de Pratigi – APAP, voltada para servir aos agricultores da região do Pratigi, Queijo e Matapera. Esta já contava com cerca de 60 a 70 agricultores associados, segundo a ata de criação. A APAP tinha como meta articular as comunidades citadas acima com o intuito de captar dinheiro através de projetos para impulsionar a agropecuária local. Vemos aí que, em 1997, essa articulação social entre as comunidades já ocorria na ausência do Estado, visando o bem-estar comum.

Filho *et. al.* (2018) afirma que as articulações intercomunitárias já se davam antes da intervenção do Estado, e essa brecha jurídica pós 1988 só serviu para reforçar os laços entre essas comunidades. Com o Pratigi, em certo ponto, não foi diferente, Mas apenas em certo ponto. Os moradores de Pratigi e Matapera, por intermédio da associação, conseguiram ganhar um projeto relacionado à plantação da cultura agrícola coqueicultura, financiado pelo Banco do Nordeste – BN. Esses pequenos agricultores passaram a receber, no início, visitas técnicas de engenheiros agrônomos e florestais, além de técnicos agrícolas. A ideia era que esses profissionais, principalmente os agrônomos e técnicos agrícolas, prestassem serviços até o final do projeto. No entanto, não foi o que ocorreu, haja vista que, antes deste ser concluído, os profissionais deixaram o projeto sob a responsabilidade dos próprios moradores. Contudo, segundo os envolvidos da época, o que deu errado foi a falta de investigação antecipada sobre o tipo de solo que eles iriam plantar os coqueiros. Sobre isso, me lembro que todos comentavam

no Pratigi com relação à *terra ser pobre*, ou seja, terra arenosa (sem muitos nutrientes). Isto posto, a plantação não rendeu frutos suficientes devido à falta de assistência técnica especializada para solicitar a análise do solo local, fazer os tratamentos culturais essenciais nas plantas, agilizar o escoamento e a logística para as vendas dos produtos da APAP.

Passado um tempo, todos os associados estavam endividados com o BN, os coqueiros sem produção suficientes e/ou morrendo, pois o solo não era propício para implantação de tal cultura. Entre os anos 2002 e 2003, Jerônimo Barros, via associação e o Sindicato Rural de Camamu, conseguiu marcar uma reunião no Pratigi para negociar as dívidas dos agricultores associados à APAP com o BN. No dia marcado, compareceram representantes do BN (financiou o projeto), do Sindicato Rural de Camamu e os associados da APAP para tratar das negociações das dívidas. Desse modo, ficou acordado que os agricultores pagariam metade do que estavam devendo, dividido em várias parcelas sem juros.

No início dos anos 2000, o debate sobre política territorial no Brasil estava em pauta na “grande política” e, em especial, a assinatura do decreto 4887/2003, o qual tratava administrativamente da identificação, do reconhecimento, da delimitação, da demarcação e da titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas; baseado no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Nessa efervescência, José Ramos, representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ do Baixo Sul da Bahia, solicitou que a comunidade fizesse uma associação voltada para o debate relacionado à certificação das terras quilombolas. Isto posto, o senhor Leonardo<sup>21</sup>, comerciante local e Cabo eleitoral, de imediato formou uma associação tornando-se presidente. Assim sendo, a associação foi criada em 2006, com o seguinte nome: Associação Quilombola de Pequenos Agricultores e pescadores do Pratigi – AQPAPP, com o objetivo relacionado ao fortalecimento da agropecuária e da pesca, nesse ponto similar à APAP, mas esta incluía em seu estatuto uma outra pauta: a luta pela certificação e titulação do Pratigi como comunidade remanescente de quilombo.

---

<sup>21</sup> Sobre esse personagem em particular o nome é fictício, devido algumas políticas tidas pelos nativos como de más condutas dentro da comunidade do Pratigi.

Sobre as discussões relacionadas ao artigo e decreto citados acima, os quais estavam em pauta naquela época, Leonardo ficou isolado e fora do processo de discussão, como também não saía para encontros, fóruns ou algo do tipo. Por esse motivo, houve algumas conversas dentro do Pratigi e as pessoas começaram a desconfiar que a AQPAPP não estava sendo bem conduzida. Nesse momento, os associados fizeram uma reunião, e eu estava presente nesse dia. Houve muita movimentação e exaltação de ânimos dentro do Pratigi, com ofensas, pessoas se desligando da associação no ato da reunião, sendo que no final restou somente a família dos coordenadores (presidente, vice e do conselho fiscal) filiados à associação. Resultado: Leonardo pediu renúncia do cargo.

Nesse momento, por outro lado, a APAP já estava com as dívidas quase todas quitadas. Assim sendo, Jerônimo assume a presidência da AQPAPP e começa, junto ao representante regional da CONAQ, a participar de vários eventos, fóruns, entre outros encontros para debater as questões territoriais em pauta na época. Quanto à APAP, outra pessoa assumiu a presidência até a quitação total da dívida dos associados com o Banco do Nordeste, em relação ao empréstimo para a implantação da coqueicultura na região de Barcelos do Sul/Pratigi.

Em 2008, a AQPAPP presidida por Jerônimo Barros alcançou um dos objetivos: a comunidade do Pratigi foi certificada como quilombola. Em 2009, o presidente encampou outra luta, com objetivo de conseguir a titulação definitiva das terras pratigienses como quilombola, mas, devido às complicações de saúde e idade, Jerônimo deixa a presidência da AQPAPP no mesmo ano. Nesse momento, quem torna-se presidente, entre 2010/2015, é um homem chamado Deosdete, agricultor e morador do núcleo territorial cajazeira/Cabana. Com a saída de Jerônimo, a associação tornou a ter poucos associados e falta de debates relacionados às questões territoriais.

Em 2016, Deosdete renunciou à presidência da AQPAPP e assim, toma posse Adilson Silva, comerciante e filho de comerciante do centro do Pratigi. Esta jogada tinha como intuito colocar alguém do Centro do Pratigi para que pudesse angariar sócios dessa localidade. Contudo, Adilson se deparou com vários problemas, como por exemplo: falta de dinheiro em caixa, poucos associados, débitos nas instituições por documentação atrasada e empréstimo, que já vinham se arrastando desde a época de Leonardo. Ou seja, seria necessário fazer um esforço para convencer as pessoas a quitarem o débito e

retornarem às reuniões mensalmente para, assim, tentar conseguir alcançar seus objetivos. Isto posto, Adilson fez uso do discurso conciliador, ele dizia o seguinte nas reuniões as quais tive o prazer de participar: “olha, eu estou aqui para aprender, eu não sei de nada relacionado às políticas quilombolas, então, quero aprender e ter ajuda de vocês para a gente conseguir fazer alguma coisa [...]”. Ele conseguiu reunir vários associados não só do Pratigi, mas também da região, visto que é jovem, filho de comerciante local e já morou *fora* por vários anos. Mas sobre as contas, ele não conseguiu quitá-las, haja vista que, por motivos de trabalho, ele teve que viajar para o Rio de Janeiro e, desse modo, renunciou à presidência da AQPAPP e, esta ficou abandonada por alguns anos.

### **3.2 - A UNIÃO DE DUAS COMUNIDADES PARA CLAMAR POR SOCORRO**

Sobre o fim da história da AQPAPP e os ocorridos nessa seção, não seguirei a cronologia à risca, mesmo sabendo que esta seja importante no presente estudo. Alerto ao leitor quanto a este ponto, pois, nesse momento, entra em jogo outro agente social na história, o Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP. Para entender esse processo de *ajuda*, é preciso recorrer ao passado, ao presente e ao futuro, por isso a impossibilidade da linearidade no texto.

Entre os anos de 2013 a 2014, surgiu um problema coletivo relacionado à questão da mineração de areia nas terras do Pratigi. Até então isso não era um problema, mas, com o tempo, as pessoas começaram a reclamar das consequências de tal extração, que segundo os pratigiense são os seguintes: desmatamento da mata atlântica, assoreamento do rio e do manguezal do Pratigi, poeira nas casas, velocidade e trânsito intenso de veículos pesados próximo a casas com crianças etc. Esse problema, com o tempo, se arrasta para outra comunidade próxima: a Matapera.

A história que culmina na resistência contra esses empresários começa entre os anos 2013 e 2014, quando o CPP fez um diagnóstico participativo nas comunidades pesqueiras e quilombolas do município de Camamu, inclusive no Pratigi, para saber quais problemas esses pescadores e comunidades estavam enfrentando. O representante deste conselho em Camamu, Antônio Júnior, destaca que: “O CPP é uma instituição nacional

ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB da igreja católica, o objetivo desta é apoiar a luta na defesa dos direitos dos pescadores e quilombolas de todo Brasil”. Júnior, entretanto, enfatiza que o CPP só faz dar apoio aos movimentos relacionados às associações, principalmente os relacionados às questões agrárias de cunho negro e comunidades ribeirinhas; isto é, essa comissão tem por objetivo auxiliar todas as organizações ligadas a esses povos e grupos sociais, a partir das suas próprias iniciativas e trabalhos, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal, não se envolvendo, desse modo, nas decisões dos nativos.

Com a pesquisa feita em 2013 pelo CPP, este conhece e reconhece as lutas e as dificuldades do então quilombo do Pratigi e, sobretudo, conhece algumas pessoas da comunidade. Mas, de 2013 a 2016, o CPP não foi acionado com relação à situação pratigiense. Segundo Antônio Junior, não foi solicitada a ajuda por nenhuma comunidade local e, nesse momento, eles estavam trabalhando em outros pontos do Baixo Sul. Nessa época, relata o povo do Pratigi, a extração de areia não era tida como um problema, mas a cada dia a exploração foi ganhando corpo dentro do Pratigi. A partir de 2016/2017, a extração de areia nas terras pratigienses e mataperense passa a ser um problema coletivo.

Nesse momento, Deosdete e Lucimaro, hoje coordenadores da associação, ligaram para Antônio Júnior pedindo ajuda, haja vista que, Nena<sup>22</sup>, marisqueira e atualmente uma das líderes do povoado da Matapera e Cabana, estava sendo ameaçada de morte e teve sua casa cercada por arame farpado pelo fato de se recusar a vender um terreno ao dono da mineradora ALFA, empresa com sede no município de Camamu, para a continuação da exploração de areia nas terras da Matapera.

Mediante essa situação, o pessoal, para buscar garantia dos seus direitos, percebeu que era necessário se organizar e lembrou da associação que estava inativa. Nessa hora, pediram o apoio do CPP e ouviram de Antônio Junior: “[...] o CPP organizou a associação e deu apoio, orientação e assessoria mostrando os caminhos para estruturar a associação.” A partir de 2017, o CPP fez várias reuniões com os moradores e, diante disto, eles resolveram mudar o nome da associação.

---

<sup>22</sup> Para resguardar essa pessoa politicamente e juridicamente resolvi ao longo da presente Dissertação utilizar um nome fictício para representa-la.



Vale lembrar que tal mobilização se fez para reivindicar a luta, não só no território pratigiense, como também no território de Matapera, já que essas duas comunidades têm uma forte ligação. Ou seja, o Pratigi já certificado como quilombo incluiu a Matapera para assim poder lutar com base no direito reservado às comunidades quilombolas, principalmente o art. 216, inciso 5 da Constituição Federal, que diz o seguinte: “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombolas”. Nesse artigo, fica explícito que a partir desse dispositivo, os quilombos ficam protegidos pelo poder público, tanto os bens de natureza material e imaterial, como as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver. A destruição dos mangues, dos rios, e da mata, tem como uma das consequências a seca das fontes de água no Pratigi. Isto posto, se configura um processo que acaba com o modo de viver dos nativos naquela região.

A Associação Quilombola de Pequenos Agricultores e pescadores do Pratigi – AQPAPP; entre os anos 2018 e 2019, passou a ser conhecido como Associação dos Remanescentes de quilombo do Pratigi e Matapera – ARQPM. A forma de gerir essa associação foi mudada por estratégia. Os associados, juntamente com a CPP, resolveram sair do modelo de presidencialismo para diretoria sob coordenações, pois o modelo tradicional de presidencialismo na associação não havia dado certo, uma vez que atribui muito poder a uma pessoa. Diante disto, a comunidade, via estatuto, estabeleceu que deveria haver sete dirigentes na coordenação da gestão, e que essas pessoas teriam os mesmos poderes, contudo, com cargos diferentes.

Além disso, a associação, assim, conseguiu agregar as duas comunidades, Matapera e Pratigi, na direção da associação, como também conseguiu implementar a pauta relacionada à questão de gênero no poder, visto que são três homens e quatro mulheres de diferentes localidades do território que compõem a coordenação. Esse número se inverte entre homens e mulheres a cada eleição para escolher a coordenação.

A Diretoria da ARQPM ficou composta da seguinte forma: Do Pratigi, Diana Borges e Joseane Barros; da Cabana/Cajazeira, Deosdete Coutinho e Kelly Conceição; do Cobico e Quigeme, Iran Barros e Lucimaro Santos e da Matapera: Ivanilda. Essa gestão foi montada com o objetivo de lutar contra os problemas encontrados no território pratigiense e mataperense. Nesse sentido, a ARQPM colocou em pauta a abertura do

processo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para reivindicar a possível titulação das terras pratigienses, dado que alguns capitalistas locais estão destruindo o meio ambiente com a extração de areia. Além disso, em breve abrirá uma mineradora alemã de extração de gesso (gipsita) nas imediações das terras pratigienses e, então, se faz de urgente a titulação das terras como quilombolas. Hoje, a maioria dos Pratigienses estão de acordo com a abertura de tal processo, ao contrário do início dos anos 2010, quando a maioria se posicionou contra.

### 3.3 - A DESCOBERTA ÉTNICA COMO POVO QUILOMBOLA

Com essa movimentação no Pratigi no início dos anos 2000, e com a ascensão do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), começou-se a debater com mais intensidade o art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), onde declara-se que: *“aos remanescentes das Comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”*. Esse debate já vinha sendo pautado havia muito tempo pelo Movimento Negro Unificado – MNU, por alguns parlamentares, como Benedita da Silva, Carlos Alberto Caó, e pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA. Mas a partir dos anos 2000 ele ganha ressonância na macro política partidária. Em 2003, Lula assina o Decreto 4 887/2003<sup>23</sup> para *“regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”* (art.2). Esse Decreto pode ser acionado em todo território brasileiro. Com base nessas leis as populações tradicionais, sobretudo, aqueles referentes ao artigo 68 – os chamados quilombolas: *“penetram o nosso direito positivo através dessas rachaduras hermenêuticas que são os ‘direitos difusos’”* (ARRUTI, 1997, p.7) e, assim conseguem via luta política e jurídica territorializar suas terras, tornando-se, desse modo *“sujeitos de direito”* (ARRUTI, 2006). No Pratigi, esse processo de territorialização começou em 1997 com a criação da primeira associação do

---

<sup>23</sup> As informações sobre o art. 68 e o Decreto 4 887/2003 foram retirados do site: <<http://conaq.org.br/coletivo/terra-e-territorio/>>. Acessado em: 10/01/2021.

Pratigi. Territorialização, aqui nesse sentido, é definida como um processo de reorganização social que implica:

1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 1998, p.55).

Ou seja, esse processo tem suas especificidades jurídicas, políticas e sociais, que são a materialização do Estado atuando dentro das fronteiras étnicas que ele mesmo reconhece. A territorialização diz respeito “à maneira pela qual essa sociedade combina as normas jurídicas do Estado, que num dado momento de sua história passa a regular a demarcação, a sucessão e a divisão fundiária de seu território, com as práticas territoriais locais” (NOGUEIRA, 2010, p.20). Segundo Nogueira (2010), após o processo de territorialização surge a territorialidade específica daquela dada população, a relação com o território se expande via os direitos jurídicos e ancestrais.

Em entrevista com Ângela, filha de Jerônimo Barros, para saber detalhes sobre a constituição da primeira associação, ela entrou em outros detalhes, me explicando como foi importante a criação da primeira associação pelo seu pai Jerônimo Barros. Mas quem eram os técnicos? Foram feitos questionários? Não foi possível rastrear estas e outras questões. Poucas pessoas estavam à frente dessa luta e a maioria dos pratigienses, na época, por ignorância sobre o assunto, não queriam sequer tocar nessa temática para não ser associado a um quilombola. Para a maioria dos pratigienses, um quilombola pertencia àqueles povos que:

moravam por debaixo da mata, com aqueles barracos de uma palha que dá no brejo; outros faziam de patioba, bem é aquele povo era muito pobre e comia aquelas coisas que dava no mato mesmo. Não existia inteligência pra procurar comida mesmo não. Aquele povo comia aquilo tudo feito índio também. (MARIA JOSÉ, 2020).

Por esses preconceitos construídos no imaginário da população afro-brasileira, houve resistência em se assumir etnicamente e lutar para tal. Além disso, no caso do Pratigi, ficou mais difícil conseguir informação devido ao fato de que dois líderes

comunitários que estavam à frete desse assunto, na época, morreram: Jerônimo Barros e a professora Maria Assunção. Essas foram algumas das dificuldades que tive para conseguir informações a esse respeito. Dito isto, aviso que nessa seção, as informações são advindas de Ângela, como também da minha vivência no quilombo ao longo da minha infância e pré-adolescência.

Sobre o processo reivindicatório do Pratigi como comunidade quilombola, Ângela Barros (2020), filha de Jerônimo Barros, relata o seguinte:

Tudo começa quando alguns profissionais relacionados à Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A - EBDA<sup>24</sup>, os quais prestavam assistência técnica aos agricultores da região, inclusive assistência social, começaram a fazer perguntas aos moradores sobre seu modo de vida e suas histórias; e então, os moradores já estavam acostumados a recebê-los para conversar sobre esses assuntos relativos à agricultura, a formação histórica e sob os costumes do Pratigi.

Essas perguntas foram coletadas no início dos anos 2000 com intuito de realizar políticas públicas para comunidades rurais, contudo pessoas ligadas a instituições como a CONAQ se interessaram e resolveram conversar com os pratigienses sobre o debate com relação ao art.68 da CF/ADCT e o recém publicado Decreto 4. 887/2003.

Através dessas conversas que são reavivadas as memórias de um povo com relação às suas origens, suas histórias etc. Cavnac (2009, p.72) nos alerta que “à primeira vista, as narrativas e os registros memoriais fragmentados parecem pouco relevantes para o estudo do social” e as memórias pratigienses, segundo relatos da entrevistada, se tornaram, como ela mesma falou acima, de total importância para a certificação da comunidade como quilombola nos anos 2008.

No caso do Pratigi, uma das memórias que se faz mais relevante é a relação dos Barros com o Santo Antônio, isso justifica a memória ancestral de um povo com um tronco familiar em comum, de base africana, cujo ancestral chegou no Brasil por volta da segunda metade do século XIX. Ou seja, o Santo Antônio ajuda a delimitar as fronteiras étnicas dessa população. Desse modo, a territorialização do Pratigi foi através das

---

<sup>24</sup> A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A – EBDA foi extinta em 2015 e seus serviços foram substituídos pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER)

memórias coletivas do povo pratigiense, da ancestralidade comum, das relações de amizade, compadrio, da solidariedade entre os vizinhos, das trocas de produtos, de sementes:

um direito remetido à organização social, diretamente relacionado à herança, baseada no parentesco; à história, baseada na reciprocidade e na memória coletiva; e ao fenótipo, como um princípio gerador de identificação, onde o casamento preferencial atua como um valor operativo no interior do grupo (LEITE, 2000, p.345)

Com base nessas ideias, no início dos anos 2000, se conjecturou que o Pratigi, até então tido como fazenda ou povoado agrário, poderia ser definido como uma comunidade remanescente de quilombo e, assim, se iniciou o processo de territorialização para com esse território ancestral. Ângela Barros me relatou que tudo começou de verdade, dois ou três anos depois da formação APAP, ou seja, nos anos 2000. Isto posto, a entrevistada pontua que o processo de certificação do Pratigi como comunidade quilombola se deu da seguinte forma:

Um dia comum, meu pai estava na roça quando foi surpreendido pela presença de homens e mulheres que estavam em dois carros. Foram à sua procura, pois se tratava da pessoa mais velha da comunidade e, especialmente, a que mais gostava de falar, de conversar com as pessoas sobre a história do Pratigi. Quando encontraram com meu pai [Jerônimo], mais conhecido no Pratigi como Caboco ou tio Boco; os pesquisadores pediram-lhe para escavar o local enquanto faziam-lhes perguntas. Essas escavações e entrevistas duraram dias<sup>25</sup>.

Segundo Ângela, Jerônimo Barros, juntamente com a professora local, na época Maria da Assunção Borges, foram os informantes desses pesquisadores na comunidade; encaminhando-os para conversar com as pessoas mais velhas e conduzindo-os a locais específicos para as escavações arqueológicas. Esses pesquisadores passaram um tempo analisando a comunidade. Ângela me falou que a princípio os pesquisadores achavam que o Pratigi era uma aldeia indígena. Mas essa hipótese tem um pouco de ressonância

---

<sup>25</sup> Esses detalhes sobre escavação, quem eram os pesquisadores etc., ninguém no Pratigi soube me explicar em detalhes, e se houve a produção de algum documento relacionado a essa pesquisa eu não consegui ter acesso. Procurei na escola local, com a própria Ângela, na prefeitura municipal, com o representante local da CONAQ, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e, até solicitei na Fundação Cultural Palmares, mas não conseguir localizar nenhum arquivo, infelizmente.

devido às informações que os nativos da região, incluindo os pratigienses, relataram no Estatuto da primeira associação a APAP em 1997, cujo capítulo I, art. IV, afirma o seguinte:

São mútuo de colaboração entre índios e etnias associados nos termos do presente estatuto, visando o respeito, a garantia e o cumprimento de seus direitos humanos e liberdades fundamentais, como saúde, educação, a segurança alimentar e nutricional, a agricultura, saneamento básico, transporte, cultura, identidade, religião... direitos territoriais em consonância com os artigos 231 e 232<sup>26</sup> da Constituição Federal.”

No mesmo documento, mas já no art. VII, diz-se o seguinte: “podem ser quilombola desta pessoa jurídica denominada a APAP”. O que eles tentaram colocar, a meu ver, é o seguinte: podem fazer parte dessa associação os quilombolas e outras etnias; haja vista que, conforme inciso I do referido artigo, “a APAP é constituída por número ilimitado de índios” isso quer dizer que mesmo a associação tendo como objetivo questões relacionadas à agropecuária, essa população em 1997 já estava pensando por um viés étnico. A menção a esses dois dispositivos jurídicos, pontuados em 1997 nos documentos da associação, comprova o que Ângela me falou sob a percepção dos pesquisadores em acharem que ali era uma aldeia indígena, isso quer dizer que os nativos da região de Barcelos, incluindo o Pratigi se viam como indígenas, mas essa hipótese tinha base, já que a região de Pratigi e Barcelos do Sul, segundo os historiadores e estudiosos da Capitania de Ilhéus<sup>27</sup>, como Campos (2006), Dias (2011) e Lara (2006), relatam em suas obras que estas terras eram de predominância Tupiniquim.

A segunda hipótese, já relacionada aos mais velhos do Pratigi, era que Maria dos Santos, a matriarca dos Barros, como também Santa, a esposa de Anjo Barros (o casal

---

<sup>26</sup> Artigo 231, diz que são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, língua, crença e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarca-la, proteger e fazer respeitar todos os bens. Artigo 232, os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

<sup>27</sup> A Capitania de Ilhéus, no sistema das capitanias hereditárias, foi uma das divisões da costa brasileira determinadas pelo rei português Dom João III como sistema de colonização do Brasil no século XVI. Foi criada no trecho da costa entre o Morro de São Paulo e a margem esquerda do rio Jequitinhonha, em Belmonte. Eram 50 léguas de costa, estendendo-se da foz do Rio Jaguaripe, próximo à Ilha de Tinharé, ao norte, até a foz do Rio Poxim (na época, Rio Coxim), ao sul. Adentrando para o interior do continente, o território da capitania percorria até a região atualmente ocupada pela cidade de Brasília.

fundador) eram *caboclas* (mistura de índio/com negro), ou seja, eles guardavam uma ancestralidade negra/indígena<sup>28</sup>. Por último, naquela época, no cotidiano, falava-se pouco sobre ser quilombola, isto só vindo a ser posto em pauta com a assinatura do decreto 4887/2003. Por esses fatores, eles acionaram no estatuto os artigos 231 e 232 da Constituição Federal do Brasil. O que mais chama atenção é que o debate étnico já fazia parte dessas comunidades em 1997, provando ao contrário do senso comum sobre a discursão étnica no Brasil, visto que, para alguns, tais debates só começaram a ser populares após 2002 com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Para Mello (2012), a discussão sobre etnicidade começa a ganhar notoriedade com as obras de Barth e Abner Cohen. Para o autor, a partir desse momento, “a dinâmica dos sistemas políticos e dos grupos tribais deixou de se limitar apenas ao âmbito local e passou a ser relacionada a esferas mais amplas, não sendo redutível à cultura e aos costumes” (2012, p.64). Ou seja, é necessário evidenciar que não existem essencialismos nas relações étnicas, mas estas devem ser tratadas e vistas através das fronteiras contextuais que os mantêm e das relações políticas e sociais que recaem sobre a aceitação da etnia X ou Y. São esses pontos que devem ser discutidos sobre as questões étnicas; visto que, para Mello (2012, p.64), “o importante não é a história e a constituição interna de cada grupo, mas sim as fronteiras étnicas e sua manutenção, o que equivale a dizer que a diferença não é fruto do isolamento, mas sim do contato”. Para o senso comum, esse contato com o Estado só foi possível através das políticas públicas feitas a partir dos anos 2000; fato que não é verdade, já vimos aqui nesse capítulo que a primeira associação do Pratigi é implantada no final dos anos de 1997, com a discussão étnica presente no seu estatuto. Assim, esses povos nunca foram isolados. Eles sempre mantiveram contato com o Estado e, também, de alguma forma, estavam a par de muitas discussões, tanto na macro quanto na micropolítica. Não apenas estavam a par como fizeram parte, sendo portanto sujeitos, da ampla discussão que deu as bases sociais para a regulamentação estatal e o reconhecimento social dos seus direitos territoriais.

Após os dados serem colhidos pelos pesquisadores, ao longo da investigação científica, incluindo entrevistas e visitas à comunidade do Pratigi, não resta dúvida de que

---

<sup>28</sup> Infelizmente, não será possível desenvolver essa reflexão no espaço desta dissertação, mas, como questão a ser desenvolvida futuramente, vale mencionar os trabalhos de Marcio Goldman (2015) e seus alunos sobre a noção de “relação afro indígena”.

os antepassados dos Barros eram descendentes de escravizados: os vestígios ali presentes são visíveis. Como exemplos: o escombros do engenho açúcar na região do Aruá; as cascas de ostras encontradas em locais sem habitação atual; as comidas típicas e o modo de prepará-las; as casas de farinhas; os remédios caseiros; o uso de reza para a cura de doenças; as histórias e os costumes. Aqui inclui-se também a festa dedicada a Santo Antônio, visto que este é o Santo que conduziu os Barros até o povoamento do Pratigi, como também ajuda a construir e reconstruir seu território ao longo da história pratigiense. Isto posto, esse território, conforme as memórias intrínsecas à paisagem e na forma de se relacionar das pessoas, foi cabal para chegar à conclusão que estes são descendentes de escravizados, portanto, quilombolas. Além disso, em toda minha pesquisa de campo, os entrevistados sempre diziam que Anjo Barros e familiares [os fundadores do Pratigi] gostaram de estar no candomblé, então, essa mistura entre o catolicismo e a religião de matriz africana foi crucial para caracterizar a história da diáspora.

A vista disso, segundo Poutinat e Streiff-Fenart (2011), é “a natureza simbólica inerente à etnicidade que lhe confere a sua eficácia política, e não a sua utilização na luta política que lhe confere uma dimensão simbólica”. Ou seja, são as simbologias, os costumes, a genealogia - em suma, a memória - que conferem a uma dada população a autoridade política para a certificação/titulação como moradores de comunidade remanescente quilombola, comprovando-os via reivindicações políticas através da autoidentificação como tal, e não o oposto. Vale observar que a etnicidade “é uma variável do comportamento político” (POUTINAT; STREIFF-FENART, 2011, p.127), a qual é acionada em certos momentos da história, como diz Arruti (2006) e Mello (2012), via certas aberturas políticas através, sobretudo da memória.

A reivindicação dos pratigienses como quilombolas, iniciada em 1997, foi concluída com a certificação em 2008, sendo essencial para que os pratigienses passassem de pequenos agricultores e moradores da fazenda Pratigi<sup>29</sup>, ou povoado, a se autodeclarar moradores da *comunidade quilombola do Pratigi*.

---

<sup>29</sup> Na minha infância e adolescência era assim que eles chamavam o Pratigi de fazenda ou povoado. Após 2008 com a certificação do Pratigi como comunidade remanescente quilombola, os nativos começaram a chamar o Pratigi de Comunidade. Vale ressaltar que “Fazenda Pratigi” vem da época da



A mobilização política possibilita, portanto, realizar uma inversão de sentidos: o que foi o quilombo na ordem escravocrata, algo que tornava ilegítima a posse da terra e ilegal qualquer pretensão de direitos, torna-se agora a base, respaldada juridicamente pelo artigo 68, sobre a qual as comunidades negras rurais vão reivindicar seus direitos e afirmar sua cidadania. (STEIL, 1998, p.108).

Essa reivindicação dos pratigienses foi alcançada devido às políticas étnicas territoriais, e a partir da afirmação da cidadania com suas novas relações políticas e sociais. O que era antes povoado ou fazenda Pratigi passou a ser chamado de comunidade. Gomes (2008), em um estudo sobre os movimentos, os conflitos e as negociações em torno da identidade étnica na comunidade quilombola do Porto do Campo, Camamu-BA, com base nas relações observadas em campo, percebeu que:

comunidade deve ser pensada na interseção entre cultura, religião e localidade [...] comunidade pode ser entendida como um conjunto de pessoas com interesses mútuos, vivendo em um mesmo local, organizando-se dentro de um sistema com práticas e interesses comuns. (GOMES, 2008, p. 26).

Ou seja, é a partir da história em comum, do cotidiano, das tradições, dos costumes, da religiosidade, do trabalho, da família, das amizades, dos compadrios; em outras palavras, são as relações socioculturais que norteiam um grupo a viver um sentimento comunitário. O conceito de comunidade quilombola advém dessas relações ancestrais diversas dos moradores, que para Poutinat e Streiff-Fenart (2011) podem ser acionadas politicamente em certos momentos com interesses mútuos, mas a política não pode ser acionada a fim de se conseguir uma etnicidade; até porque, para Mello (2012), assumir uma etnicidade no Brasil não é fácil e, em segundo lugar, é preciso passar por vários requisitos etnográfico<sup>30</sup> para ser comprovada como, no caso pratigiense, uma comunidade remanescente de quilombola.

---

fundação, não se refere a nenhum processo apropriação de fazenda, nem doação de terras por fazendeiro ou algo similar.

<sup>30</sup> Ver em: O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 268p. (introdução, p. 13-42).

### **3.4 A CERTIFICAÇÃO COMO QUILOMBO E OS ENTRAVES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS LOCAIS/REGIONAIS COM RELAÇÃO À TITULAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLA EM CAMAMU-BA**

Devido aos esforços de Jerônimo Barros, nos anos 2008, o Pratigi foi reconhecido como comunidade remanescente de quilombo, recebendo a certidão como tal da Fundação Cultural Palmares – FCP. Mediante essa certificação, os pratigienses se tornam sujeitos de direito conforme a Constituição brasileira de 1988, embasado na identidade local coletiva, ou seja: “[...] baseado no conjunto de termos que antes, na nossa história, não designavam identidades coletivas, senão, de uma referência historicista. Agora, passaram a designar identidades objetivadas em movimentos” (ALMEIDA, S/D, p. 02). No contexto pós ditadura civil-militar, (re) sugere-se a ideia de identidades coletivas, via a assinatura da Constituição Federal de 1988, principalmente para as tantas populações tradicionais no Brasil incluídas no art. 68 do ADCT da constituição brasileira, que se baseia sobretudo no:

elemento do auto atribuição aparecendo na sociedade brasileira. Isso data de 1985, depois se fortalece em 88. Depois, nós temos o advento dos novos movimentos sociais. São movimentos que têm raízes sociais profundas, raízes locais profundas, têm uma consciência ecológica, têm um critério político organizativo, repousam num fator étnico. (ALMEIDA, S/D, p.02).

Esse processo começa a se espalhar por todo o país e, assim, começam as reivindicações sociais do reconhecimento dos territórios, a partir da identidade coletiva e da forma que se relacionam no território. Foi o que ocorreu no Pratigi via o processo de associativismo dos Barros [2001] para reivindicar os direitos identitários.

Seria mais interessante mostrar, passo a passo, como foi o processo de certificação do Pratigi, mas infelizmente não tive acesso aos documentos essenciais como as anotações das reuniões comunitárias em atas e nem a documentos escritos. A propósito, ninguém sabe no Pratigi, atualmente, onde os mesmos se encontram. O que eu consegui com Lucimaro (um dos coordenadores da atual associação local) foram algumas páginas, totalmente fora de ordem, sobre a ata de criação da AQPAPP e da APAP, mas não renderam muitas informações. Os outros pratigienses só me relataram o que estou

analisando ao longo da presente dissertação. Em meio ao processo político para certificar a comunidade do Pratigi como quilombola, não houve mobilizações coletivas para esclarecer o que seria um quilombo. Nesse ponto, os nativos pareceram ficar distantes dos debates relacionados, haja vista que o nome quilombo remetia a um passado de sofrimento, de negros escravizados; e isto é fruto do processo histórico do Brasil. Dessa forma, não tinha como essa população se envolver totalmente nessa discussão no início dos anos 2000 sem nenhum contraponto em relação ao que realmente se tratava a semântica da palavra quilombo.

Recaindo na história, Gomes (2015) argumenta que essa população, no período colonial, era invisível. Após a libertação da escravidão [1888], tornaram-se isolados e depois estigmatizados. O autor afirma que “essa população foi tão estigmatizada a ponto de seus moradores recusarem a denominação de quilombolas ou ex-escravizados” (GOMES, 2015, p. 123). Porém, mesmo nessa população invisível, isolada e estigmatizada nunca deixou de haver lutas, negociações e política entre eles e para com os *de fora*. Logo, estes são alguns fatos, penso eu, que fizeram a população do Pratigi se eximir ao debater o assunto, como também se importar em arquivar a documentação gerada por tais reuniões da época, haja vista que a memória com relação ao significado da palavra “quilombo” estava carregada - naquela época, na perspectiva dos pratigienses - das imagens de humilhação, desrespeito, dentre outras atrocidades feitas contra os negros no período colonial brasileiro. Reviver tais memórias dos horrores de outrora lhes trariam muito sofrimento no presente, já que “na sociedade em que vivemos o poder está centrado nas mãos de homens brancos [...]” (LIMA, 2005, p. 14), isto é, as representações de poder presentes na memória dessa população se presentificam ainda hoje através do Estado.

No Pratigi, no início dos anos 2000, havia até brincadeiras tidas como de mau gosto com o nome quilombola, uma delas, por exemplo, era chamar o amigo de quilombola, todos respondia em coro: “*lá ele!* Deus me livre de ser quilombola”. *Lá ele* nesse caso, é uma resposta que transfere para um ente imaginário o que lhe foi desejado. Por exemplo, quando uma pessoa atribui ao outro um apelido de mau gosto, este retruca com o termo *lá ele*, retirando de si a semântica de um dado apelido e colocando no outro. No caso do Pratigi, naquela época, o nome quilombola era um apelido de mau grado. Isto

mostra que naquele tempo havia resistência com relação a se autor reconhecer como tal, devido às poucas informações sobre o que seria ser quilombola.

Contudo, a partir da certificação nos anos 2008, as pessoas começaram a se aceitar como quilombolas, devido à ampliação das informações que chegam na comunidade, via encontros, debates na associação local e etc. Outro fato importante que vem ocorrendo no Pratigi nos últimos tempos é o desuso do nome povoado, isto quer dizer que os pratigienses estão se recusando a aceitar o Pratigi somente como um lugar que mora um povo qualquer ou local de passagem. Nos dias atuais, a maioria dos pratigienses referem-se ao Pratigi como comunidade ou comunidade quilombola, ou seja, eles estão aceitando que têm identidade em comum, costumes, ou seja, uma etnicidade que os diferem de outros povos, delimitando, desse modo, uma fronteira entre os *de dentro* e os *de fora* e, sobretudo, usando isso politicamente. Por exemplo, hoje já não existem mais brincadeiras tidas de mau gosto sobre ser quilombo, devido às informações relativas ao que é ser quilombo e os direitos que lhes são cabíveis.

Com a certificação do Pratigi como comunidade quilombola, em 2008, Jerônimo tentou em seguida abrir o processo no INCRA e solicitar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID a fim de receber a titulação definitiva das terras pratigienses como comunidade remanescente de quilombo. Mas, devido às complicações de saúde e idade, Jerônimo deixou a presidência da AQPAPP em 2009, como já dito acima. . Ou seja, na demarcação e titulação das terras pratigienses, a meu ver, com a saída de Jerônimo, a AQPAPP perdeu a articulação entre os associados e a política territorial, já que o novo presidente não deixou claro a importância da demarcação e titulação das terras do quilombo do Pratigi. Desse modo, a citada titulação não foi em frente devido à desinformação sobre tal fato. Para os moradores, só havia pontos negativos relacionados a esse processo como, por exemplo, o medo de perder a soberania de suas terras, impedindo-o de vendê-las caso necessário.

Outros pontos, por outro lado, paralisaram o processo de titulação das comunidades quilombolas de Camamu, incluindo o Pratigi. Nesse caso, as políticas tidas *de fora* da comunidade, melhor dizendo, a política partidária. Segundo Zé Ramos, coordenador da CONAQ no território Baixo Sul-BA, em 2004 a titulação não se concretizou devido à grande movimentação e mobilização por parte dos políticos

partidários regionais para que a certificação ocorresse o mais depressa possível, sem debates nem estudos sobre o quão seria importante. O segundo passo, a titulação dessas terras, esteve relacionada, segundo Zé Ramos, à égide das políticas partidárias do território de identidade Baixo Sul da Bahia (as prefeituras):

Tudo aqui foi *feito à facção*, todas essas certificações, foi uma coisa rápida que ninguém nem viu e nem entendeu, se você for perguntar a uma pessoa de qualquer quilombo desse certificado, aqueles que não estão à frente da comunidade, nenhum sabe o que é e como ocorreu. Por quê? Porque não teve informação, mas sim desinformação. (ZÉ RAMOS, 2020).

Zé Ramos denuncia um movimento político ocorrido, na época, para desestabilizar a política de titulação de terras das comunidades certificadas. Pessoas ligadas ao movimento social relataram que a Associação dos Municípios do Baixo Sul – AMUBS – estava agindo politicamente para que essas comunidades fossem certificadas rapidamente para, assim, terem acesso a certos projetos como: Brasil quilombola, construção de casas populares nos quilombos, etc. Segundo alguns movimentos ligados à terra e à negritude em Camamu, por causa desses fatores o assunto da certificação dos quilombos no município de Camamu foi tratado com urgência. Por outro lado, quando houve a intenção de dar o segundo passo, em outras palavras, dar a entrada no processo e solicitar o RTID, não houve tal emergência, uma vez que através da certificação já poderia ocorrer o repasse da verba com relação a alguns projetos voltados a esse povo – os quilombolas. Além disso, falando de um ponto específico, na época em que ocorreu essa política étnica territorial, o prefeito em exercício em Camamu era Zequinha da Mata, o qual tinha algumas fazendas no território de Camamu e, além do mais, alguns dos políticos da sua base e apoiadores também tinham empreendimentos rurais na região. A vista disso, provavelmente, houve outros interesses em outras esferas de poder, juntamente com a AMUBS<sup>31</sup> com relação à retardação das titulações das terras quilombolas no Baixo Sul da Bahia, nesse caso aqui dos quilombos de Camamu. Deixo claro que, por questão de tempo, e também por estarmos vivendo no momento sob um

---

<sup>31</sup> A Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia – AMUBS foi fundada em 1997, composta por 11 municípios que integram o território de identidade Baixo Sul da Bahia, está representa a instância política representativa soberana da região; sua sede localiza-se no município de Taperoá -BA.

sistema pandêmico ocasionado pelo COVID-19, não pude me aprofundar em tal discussão. Nessa época, eu ainda morava no Pratigi, e as conversas que justificavam a não adesão dos pratigienses à titulação das terras como quilombolas estavam relacionadas à retirada de poder sobre as terras individuais. Ou seja, não podia vender para ninguém *de fora*; esse fator foi crucial para que os pratigienses não aceitassem fazer o RTID. O quadro a seguir mostra a relação comunidade/data e titulação das comunidades quilombolas de Camamu:

Quadro 1 - Comunidades quilombolas certificada / titulação em Camamu – BA.

Comunidades quilombolas	Ano de certificação	Titulada
Pratigi	2007	Sem processo aberto
Barroso	2007	Sem processo aberto
Jatimana	2007	Sim
Acarai	2007	Sem processo aberto
Garcia	2007	Sem processo aberto
Porto do Campo	2007	Sim
Ronco	2007	Sem processo aberto
Tapuia	2007	Sim
Pedra Rasa	2007	Processo aberto
Pimenteira	2008	Processo aberto

Fonte: Fundação Cultural Palmares -FCP<sup>32</sup>

Vemos que houve uma celeridade na questão da certificação das comunidades quilombolas de Camamu-BA e essa diligência foi, sobretudo, abrasada pela política partidária da região, fator que acabou prejudicando o processo de titulação das terras quilombolas definitivamente. Na atualidade, como consequências por parte dessa política partidária, atestamos o porquê de as terras do Pratigi estarem agora sendo devastadas, principalmente, pela mineração de areia, a qual discutiremos a seguir.

### **3.5 A MINERAÇÃO DE AREIA: AS LUTAS CONTRA O AVANÇO DO CAPITALISMO NAS TERRAS DO QUILOMBO DO PRATIGI**

<sup>32</sup>

Ver no site: <<http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ba-29102020.pdf>>.

Há duas mineradoras extraindo areia das terras quilombolas do Pratigi/Matapera desde do início dos anos 2010. As empresas são a Atual, de Ernesto, e a ALFA, de Cosme – dois empresários da sede municipal de Camamu. Hoje há dois locais de extração ativos (ver figura 13).

Figura 14 - principais pontos da mineração de areia no Pratigi.



Fonte: Google Maps

O areal (1) em amarelo, pertence à empresa Alfa, responsável pelas ameaças a Dona Nena, como veremos nesse capítulo. Já o areal (2) em vermelho, pertence à empresa Atual. Essas duas empresas trabalham, às vezes, 24 horas por dia na retirada de areia, a qual é comercializada para os municípios de Itacaré, Camamu, Marauá, Igrapiúna e Ituberá.

A compra dessas terras, como citei acima, começou no início dos anos 2010, mas continua até os dias atuais voltada para exploração. A compra geralmente se dá por preços irrisórios, além disso, muitas vezes, eles não compram somente a areia, mas sim todo o terreno, ou seja, exploram toda matéria prima e ainda ficam com a propriedade da terra. Esse fato só ocorreu dentro das terras pratigienses porque os nativos se recusaram a fazer o pedido para a titulação da terra para manter a independência sobre as terras ocupadas, fato que agora está mudando devido às ameaças aos bens naturais que tanto essas empresas citadas acima estão promovendo nas terras pratigienses. Quanto à KNAUF, uma empresa multinacional a qual se instalou na comunidade de Barcelos do Sul, parte da população local está com muito medo por conta das consequências ambientais e sociais para região que envolve: Pratigi (quilombola), Pedra Rasa

(quilombola), Tanque (ribeirinhos), no município de Maraú, sobre isso tratarei mais adiante.

No Pratigi já ocorreram casos dos proprietários, ao se recusarem a vender as terras para extração de areia para a mineradora ALFA, deixarem o empresário tão chateado a ponto deste pressionar violentamente o dono das terras para que isso ocorresse. Trago como exemplo o caso de Nena: o empresário começou cercando o terreno da proprietária, deixando somente uma parte estreita para ela sair, como forma de intimidação. Segundo informações da CPP e da AQPM, o empresário foi armado, junto com dois capangas, para consertar a cerca que fica na porta da casa dessa moradora, com o intuito de intimidá-la. Essa prática foi feita pelo dono da mineradora ALFA a uma mulher chamada Nena, que mora nas imediações da Matapera<sup>33</sup>. Foi principalmente por esses fatores que começaram as lutas contra a extração de areia no território das comunidades Quilombolas Pratigi e Matapera.

Segundo as mesmas fontes já citadas, a empresa ALFA e a Atual têm desmatado alguns pontos de restingas (ver foto 8) e, conseqüentemente assoreado algumas partes dos manguezais. Vale lembrar que toda extensão da área de manguezais é considerada como Área de Preservação Permanente, segundo a lei 12.651/12<sup>34</sup>, do novo Código Florestal, ou seja, estão destruindo pontos das Área de Preservação Permanente – APP - dentro do Pratigi. Conforme alguns moradores do Pratigi, alguns pontos do rio do Pratigi, que antes eram local de pesca, hoje em dia estão secos. Essas empresas estão modificando todo sistema aquático do rio e desestabilizando o ramo pesqueiro que já vem há séculos sendo praticado no Pratigi. Sobre o assunto, a Koinonia (2019)<sup>35</sup>, organização ligada à Igreja católica, divulgou no seu site o seguinte:

---

<sup>33</sup> Esse ocorrido sempre foi debatido nas poucas reuniões que eu participei, devido a incidência da pandemia ocasionado pelo COVID-19 não ocorreram muitas reuniões esse ano, como também foi tema de um Grupo de Trabalho (GT) que ocorreu no Encontro Estadual Quilombola sediado no Pratigi.

<sup>34</sup> Ver em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm)>. Acessado em: 15/01/2021.

<sup>35</sup> Ver em: CHAGAS, Camila. Comunidades Tradicionais fazem manifestação contra mineradoras na região do Baixo Sul da Bahia. **Koinonia**. 7 de jun. 2019. Disponível em: < <https://kn.org.br/noticias/comunidades-tradicionais-fazem-manifestacao-contramineradoras-na-regiao-do-baixo-sul-da-bahia/6861>>. Acessado em: 01/03/2021.



As comunidades de Pratigi e Matapera estão sofrendo fortes impactos ambientais em razão da extração de areia pelas empresas Alfa e Atual. Estas estão provocando a destruição dos areais, aterrando fontes e mangues, além de deixar a estrada para Cajaíba intransitável. Também foram relatados problemas respiratórios nas crianças, em razão da quantidade de areia em suspensão. Aumentou o tráfego de veículos pesados e, por consequência, o barulho e os riscos de atropelamento de estudantes durante o percurso de ida e vinda da escola. Estes problemas também estão sendo enfrentados pela Comunidade de Pedra Rasa<sup>36</sup>.

Foto 8 - Um dos pontos de extração de areia dentro do território pratigiense.



Fonte: pesquisa de campo

Como se queixam os nativos, está havendo desmatamento excessivo da mata atlântica e, conseqüentemente, secando as fontes locais de todos os núcleos familiares que fazem parte geograficamente do território da comunidade quilombola como atestamos na reportagem da organização. Por sua vez, quando fazem o reflorestamento obrigatório judicialmente, os empresários introduziram a espécie de árvore chamada *Acacia mangium*, proveniente da Austrália, Papua Nova-Guiné e da Indonésia – Oceania. Em tal caso, eles estão retirando as árvores nativas da Mata Atlântica e plantando árvores nocivas para o bioma, pois estas são plantas invasoras trazidas de outros ecossistemas; as quais podem danificar toda a flora da região da comunidade quilombola do Pratigi.

Segundo Antônio Junior, “Nena denunciou [as empresas] na delegacia e ministério público Federal – MPF de Ilhéus via associação”; mas tanto Júnior como Lucimaro Silva, um dos coordenadores da associação e mais firme na luta, explicam que:

<sup>36</sup> Consultar no site: < <https://kn.org.br/noticias/comunidades-tradicionais-fazem-manifestacao-contra-mineradoras-na-regiao-do-baixo-sul-da-bahia/6861>>. Acessado em: 02/08/2021.

“existem pessoas no Pratigi, aqueles que não querem ir à luta contra essas empresas por alguns motivos pessoais ou econômicos e, além deles não irem, ainda desincentivam outras pessoas que querem lutar na comunidade”. No Pratigi, eles não retiram essas pessoas do quadro de associados, mas não seguem as exigências feitas por esses, haja vista que são poucas que tem certas posições, as quais segundo Antônio Junior e Lucimaro, são contra os problemas enfrentados pela comunidade. Esses representantes dizem que certas opiniões são motivadas por interesses econômicos dentro da comunidade, uma vez que estes são comerciantes locais que vendem algumas mínimas mercadorias para esses empresários. Outro fator importante a se considerar são os favores. Representantes da AQPM me alertaram que no Pratigi, quando vão construir, pedem areia para esses empresários; além disso, há duas pessoas da Matapera empregadas nessas empresas. São essas pessoas que a AQPM e a CPP se referem quando dizem que “alguns não se metem por motivos econômicos e pessoais e que consequentemente, esfria a luta na comunidade”. Um dos pedidos desses associados, a que AQPM e a CPP se referem, sugere que a associação não envolva o Ministério Público Federal – MPF, ou seja, não prestem queixa e nem briguem em prol desses interesses coletivos. Há, pelo que me falaram, pessoas *de dentro* da comunidade desacreditadas na luta e, por esses meios e por interesses individuais, como dizem integrantes da AQPM e CPP: “esfriam a luta”.

O que eu percebi nas reuniões em que estive presente, que foram poucas devido à pandemia do COVID-19, é que os pratigienses não estão acostumados a brigar com os *de fora* por terras e pelos seus direitos, já que, desde da fundação do Pratigi por Maria dos Santos, Faustino e Anjo, eles sempre buscaram o diálogo para resolver os problemas.

No capítulo I, relatei sobre a *tirada* de terra que Cenor, um fazendeiro local fez nas terras pratigienses nos anos 1930, e Anjo Barros resolveu não entrar em conflito na época. A partir desse atrito, passou-se quase um século existindo pequenas brigas intracomunitárias por terras no Pratigi. Nesse momento, o capitalismo ameaça as terras pratigienses, eles tentam, a meu ver, a negociação, haja vista que a relação dos pratigienses com conflitos são resolvidas geralmente através das negociações das conversas. Se o Santo Antônio demarca a memória no território pratigiense e, como foi contado no capítulo I, este fez negociação com os Barros através da promessa para

obtenção das terras, essa memória hoje foi expandida entre os Barros que procuram, assim como Anjo Barros, se valer da palavra ao invés da briga física ou jurídica.

Sobre a questão da areia, o pratigiense Manoel, comerciante, agente de saúde, conselheiro fiscal da AQPM e um dos maiores cabos eleitorais do Pratigi, inclusive, atualmente, ele é o administrador local, uma vez que ele apoiou o atual prefeito eleito Enoc Souza nas eleições de 2020, em uma reunião em 2019, ele propôs o seguinte: “convidar o dono de uma das mineradoras para entrarem em diálogo sobre os problemas da extração de areia e, juntos, entrar em acordo, caso contrário, a comunidade deveria se unir para enfrentar o problema” (ATA DA AQPM,2019). Ou seja, os pratigienses só reagem a determinado problema quando todas as negociações se exaurem. Penso que são esses pormenores que Júnior da CPP e Lucimaro não estão entendendo, pelo fato de que estes estão pensando pela cabeça dos movimentos sociais que agem nas metrópoles, nas universidades ou nos locais de grandes conflitos, mas a ideia dentro do Pratigi é negociar; mesmo que cedam alguns pontos possíveis para continuarem vivendo nessas terras e assim possam praticar suas culturas e manter suas relações políticas e sociais. Esse é um ensinamento dos pratigienses que vem costurando essa Dissertação desde o primeiro capítulo. Bom lembrar que o Santo Antônio está sempre presente na vida social, cultural e política dos pratigienses, este é um espelho do passado que traz ensinamentos para o presente, mostrando como se organizam e resistem a esses ataques que estão se aproximando.

Em 2018, ocorreu o Encontro Estadual Quilombola da Bahia, e este encontro das comunidades<sup>37</sup> serviu para debater e procurar soluções contra o problema dos areais e da mineração da KNAUF. Esse encontro que ocorreu no Recôncavo Baiano, gerou certos objetivos, um dos mais importantes seria que a comunidade quilombola do Pratigi viesse a denunciar ao Ministério Público Estadual – MPE de base ambiental em Valença sobre os crimes ocorridos contra as suas terras, como assoreamento dos rios, dos manguezais, desmatamento da flora local, dentre outros problemas já citados.

Segundo Lucimaro, um dos coordenadores da AQPM, e Antônio Junior do CPP, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o

---

<sup>37</sup> Esse encontro está sendo programado pela Articulação Nacional Quilombola – ANQ e CPP para ocorrerem todos os anos nas comunidades que ANQ e a CPP coordenam para debater os problemas relacionados ao território.

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA foram várias vezes na comunidade após as denúncias no MPF de Ilhéus e o MPE de Valença. Porém, nunca resultou em nenhuma ação. Segundo Lucimaro, o inquérito do MPE ainda está em aberto, já o do MPF foi arquivado. E desse modo, até o momento, os problemas da comunidade continuam. Em conversa, Lucimaro me falou que recentemente, em umas das suas fiscalizações, o IBAMA E O INEMA notificaram ao Ministério Público que não há nenhuma escavação além das áreas que já haviam sido exploradas. Fato que não se configura como verdade – (ver fig. 15), onde marquei dois polígonos referentes a abertura do areal 1 de Cosme e o areal 2 de Enresto, desmatamento em plena mata atlântica dentro do território geográfico de Pratigi e Matapera. Vemos também o manguezal e rio próximos no qual a areia é escoada para as suas margens e, desse modo, ocorrem os assoreamentos que tanto os nativos da região se queixam, contudo, os problemas relacionados à extração e degradação ambiental nas terras da comunidade quilombola do Pratigi–Matapera continuam sem solução.

No final de 2019, eu, junto com a AQPM e o CPP, via a Articulação Nacional Quilombola – ANQ, organizamos os XX Encontro Estadual de Comunidades Quilombola no Pratigi, o qual contou com a participação de dezesseis comunidades; três territórios de identidade: Baixo Sul, Recôncavo e Costa do Coqueiro, além de contar com comunidades da região metropolitana de Salvador e, também Ilha de Maré, São Tomé, Dazenda, Jatobá, as quais fazem parte da cidade de Salvador. Esses encontros ocorrem todos os anos em comunidades diferentes para debater os problemas que estas estão enfrentando e, assim, ver as soluções.

No Pratigi, esse evento durou três dias. A dinâmica da preparação é a seguinte: meses antes, há reuniões na comunidade anfitriã para discutir se querem ou não sediar tal encontro. Caso sim, o próximo passo é colocar as regras na mesa. Primeiro, tem que ter local para dormir, no Pratigi os visitantes dormiram em duas casas dos Barros e também no colégio da comunidade; segundo, como será organizado o processo alimentar, já que são os anfitriões que dão a comida. No Pratigi o pessoal se juntou, comprou comida e as mulheres do centro do Pratigi prepararam. Essas mulheres que estavam à frente para organizar a comida e a dormida são as mesmas que tomam conta da Igreja: Diana, Biúca e Lia, mas todas as outras nativas se envolveram nesse processo. O terceiro passo é falar

com o poder público para abastecer de água com carro pipa (a comunidade estava sem abastecimento de água, devido a bomba ter quebrado, isto foi umas das pautas de todos os núcleos familiares presentes), com também iluminação (as gambiarras). Nesses dias, o cabo eleitoral estava doente e não compareceu a nenhuma mesa de debate, então fui eu e Antônio Junior, do CPP, falar com o secretário de infraestrutura municipal. Isto posto, a prefeitura liberou o carro pipa e a iluminação.

O caso mostra que as mulheres e os homens estão envolvidos nos mesmos processos reivindicatórios dentro da política inter e intracomunitário no Pratigi. Vemos aí que as representantes da igreja e que tomam conta do Santo Antônio estão envolvidas em todo âmbito da política pratigiense, seja no caso partidário e intercomunitário como vimos no capítulo anterior, como também posto aqui, nas políticas territoriais.

No primeiro dia, as comunidades chegaram pela parte da tarde, almoçaram e foram conhecer a comunidade e o pessoal local. À noite, fizeram uma pequena confraternização na comunidade, no Bar de Manoel, ou seja, não foi debatido nada nesse primeiro dia. No segundo dia, acordamos, tomamos o café e fomos observar os processos de degradação feitos pela mineradora ATUAL. Ficamos próximos a uma cratera de areal – (Fig. 15) e foi explicado que, com o desmatamento, a areia estava indo para dentro do manguezal local; além disso, foi a partir da abertura dessa cratera para a exploração de areia que as fontes de água da comunidade começaram a secar. Visitamos também uma área já explorada, a qual foi reflorestada com árvores exóticas, que não se encontram na Mata Atlântica, a *Acacia mangium*, cometendo dessa forma, outro crime ambiental. Ainda nesse dia, fomos todos fazer uma visita simbólica a Nena e, chegando lá, a moradora contou os ocorridos. Ela confirmou que já foi ameaçada de morte, narrando da seguinte forma: “ele veio aqui consertar a cerca de arame na frente da minha casa com arma na cintura, ele e mais dois homens, para tentar me amedrontar”. Nesse momento houve os votos de incentivo e resistência por parte de todas as comunidades envolvidas e convidaram Nena para que se fizesse presente no encontro no dia seguinte. No terceiro dia, a abertura foi com Josefa Barros contando um pouco da história de fundação da comunidade quilombola do Pratigi (foto 9).

Foto 9 - Josefa contando como a comunidade foi povoada.



Fonte: pesquisa de campo

Nessa contação de casos, ela relatou a chegada dos Barros, a briga entre irmãos por conta do Santo Antônio e, também, nos deu vários ensinamentos sobre o porquê de devermos tomar conta das terras do Pratigi. Nesse ponto, ela invoca a memória e diz que o Pratigi foi deixado por Anjo Barros e, graças a Santo Antônio, foi comprado configurando-se um legado para nós como presente de Deus, por isso, temos que tomar conta. Como afirma Arruti (2006, p. 216), “a memória é produto do processo de mobilizações, ao mesmo tempo em que o ato de lembrar e instruir tal memória é a parte desse processo”. O santo nesse momento entra como fator reivindicatório de direito sobre as terras, essa reivindicação com relação à memória Pratigiense, o Santo e a terra se fazem em todos os momentos que os Barros se reúnem para tratar de política, tais relações são feitas, sobretudo, pelos mais velhos.

Em seguida chegou a hora de colocar as pautas das comunidades para debater, então, os quilombos foram divididos em GTs por território de identidade (nesse ponto aqui falarei somente sobre as questões apresentadas pelo quilombo do Pratigi-Matapera). O Pratigi-Matapera ficaram no grupo do Baixo Sul e, depois de debater entre eles, vendo os pontos que se poderia colocar em pauta, trouxeram os problemas enfrentados diretamente e atualmente pelos Pratigienses e Mataperenses que foram: o Areal; o abastecimento da água na comunidade, Áreas de pesca, assistência médica sem privacidade, e a poeira causada pelo trânsito de caçambas. Todos esses pontos foram debatidos, quem falou pelo Pratigi foi a filha do cabo eleitoral local, Manoel. Ela falou principalmente da assistência médica, haja vista que a casa onde funcionava o posto de saúde era pequena e sem privacidade e tudo que o médico falava com o paciente todos os

presentes ouviam. Isso causou a indignação de toda população, mas, recentemente, essa questão foi resolvida. Já a questão do areal está em processo no MPF, quem falou também sobre outro ponto específico, foi o pescador Aurelino Barros (foto 10).

Foto 10 - Aurelino relatando os problemas relacionados ao areal.



Fonte: pesquisa de campo.

Ele comunicou que pesca naquele rio há mais de 50 anos e nunca viu acontecer o que está ocorrendo, os locais de pesca estão mudando e prejudicando todos os pescadores, uma vez que até os peixes estão fugindo do rio que está ficando muito baixo, ele explica que, onde os peixes gostavam de ficar, hoje não ficam mais devido ao assoreamento. Esses foram os pontos de denúncia feitos pelos quilombolas do Pratigi no Encontro Estadual quilombola.

### **3.6 A LUTA CONTRA A MINERADORA KNAUF DO BRASIL**

A empresa KNAUF do Brasil é uma mineradora multinacional. Segundo informações da CPP, esta é a maior jazida de gesso (Gpsyta) do Brasil, a qual levará 200 anos de extração. Esta jazida encontra-se no Baixo Sul da Bahia, especificamente na região de Barcelos do Sul, município de Camamu. A extração desse minério atingirá de forma indireta, segundo seus estudos, toda a região que abrange: Pratigi, Queijo, Tanque (município de Maraú) e Barcelos. Busquei dados com os representantes da AQPM e da CPP para tratar desse item na Dissertação, já que a população do Pratigi não está ainda bem informada sobre a real ameaça para com seu território. A maior parte da população ainda está pensando na suposta relação emprego e renda que esta trará para a região, sem

olhar os malefícios. Contudo, algumas pessoas, devido aos discursos dos coordenadores da AQPM e da CPP, já estão timidamente se alertando para os riscos.

A mineradora KNAUF do Brasil comprou o direito de extração de gesso de outra empresa chamada Gypson em 1997 e, desde então, a KNAUF vem desenvolvendo meios para que ocorra a mineração. O primeiro momento, nos anos 2016, houve a notícia de que todo processo de beneficiamento iria ocorrer em Barcelos, a maioria da população local, carente por trabalho e renda, abraçou essa causa, mas devido aos gastos logísticos apresentados pela empresa, eles resolveram que o processo de beneficiamento seria feito em Candeias - BA, próximo ao Porto de Aratu. Essa notícia desagradou a todos e, segundo a população, a culpa foi então da prefeita em exercício na época, Iona Queiroz (PT) que não fez boas ofertas para que a empresa fizesse o processamento de refinamento do Gesso na região de Barcelos.

Recentemente, através de convênio com o Estado da Bahia e a prefeitura de Camamu, asfaltou-se a estrada que liga Barcelos à sede municipal. Antônio Junior (2020), coordenador da CPP, na entrevista de campo, afirma que na região:

A KNAUF tem um convênio com o governo do estado, que o governo do estado ainda fez aquela pista ali para beneficiar ela, né? E aí o governo do estado está nessa onda... apesar de ser um governo dito de esquerda é um governo desenvolvimentista que acha que levando esses empreendimentos às comunidades vão melhorar a vida das comunidades. E também os acordos políticos que eles lá têm, que isso acaba afetando a comunidade.

Antônio Júnior acorda que existe tal convênio e que tais negociações feitas na macro política do Estado podem, a depender desta, melhorar ou piorar a vida das comunidades quilombolas. Além desses supostos acordos políticos e econômicos que, para Júnior, se baseiam nas isenções de impostos, em contraponto, o governo ganharia apoio político na região. Por isso é necessário que alguns políticos partidários locais gostem de fazer festa, visto que esta é:

[...] um mecanismo, um operador de ligações que estabelece não apenas a reprodução ou a renovação do sentimento coletivo, sendo também a sua própria origem, uma das suas fontes criadoras. É com base nessa visão que buscamos interpretar estes eventos, em especial as festas de



santo, como situações que possibilitam a construção de alianças políticas. (FILHO et al, p.114).

Isto mostra como as festas de santo têm contribuído para a construção de alianças políticas. Tais alianças, nesse caso, são estratégias feitas pelos políticos partidários que se mobilizam para fazer *boas festas*, porque eles sabem que essa é uma relação que pode ser usada futuramente para conseguir apoio político na macro política. Por outro lado, os deputados quando atuam em outras esferas do poder podem solicitar aos prefeitos das suas bases aliadas que, através da sua amizade, amenize a luta política de certas comunidades para que as alianças políticas partidárias feitas em outras esferas como, alude Junior, quando fala das alianças políticas entre o Estado e a KNAUF, sejam aceitas. Tais negociações começam nas políticas comunitárias. No caso do Pratigi, já coloquei no capítulo II que, na festa de Santo Antônio, o prefeito visita os nativos de casa em casa e, geralmente, almoça na casa do cabo eleitoral local. Desse modo, a festa de Santo Antônio é uma ótima época para se fazer alianças e, também causar cisões. Evidencio que tais alianças não se dão de fora da comunidade para dentro, elas também ocorrem de modo oposto; isto veremos a frente.

A KANAUF, construiu também uma escola técnica dentro de Barcelos para treinar seus futuros funcionários. Tal contexto remete-me à Dissertação de Alves (2017) quando com relação à instalação da indústria de eucalipto e celulose no Extremo Sul do estado, a respeito do qual houve grande alvoroço sobre a promessa de tempos futuros de progresso e bem-estar para região e, no fundo, poucas pessoas foram empregadas, sendo a maioria vinda de outros lugares para ocupar os melhores cargos. Isto gerou grandes conflitos fundiários na época, envolvendo a frente da sociedade civil religiosa e os problemas relacionados a essa questão continuam até os dias atuais na região do Extremo Sul da Bahia. Essa história similar está em curso no Baixo Sul da Bahia, Antônio Junior (2020) afirma que:

não é questão de emprego não é nada, entendeu? Se a comunidade parar, a comunidade não tem lucro nenhum com aquilo. Fora ali, os [sic] aí vai ter caçambeiro como quê, vai ter gente de fora... aí vai aumentar provavelmente: prostituição, violência, gravidez infantil todas essas coisas, não tem nada de ganho, entendeu?

Ou seja, as relações territoriais vão mudar drasticamente com a implementação de um sistema econômico capitalista em terras tradicionais, onde todos se conhecem por famílias, se respeitam, têm suas amizades e de repente serão invadidos por várias pessoas *de fora* e, com eles virão provavelmente todos esses problemas alertados pela CPP. Segundo Junior, nos últimos anos, ele tem tentado alertar a população sobre essas questões e também tem conversado que a área de abrangência da KNAUF indiretamente está envolvendo comunidades quilombolas, inclusive a do Pratigi (Camamu –BA), como também a comunidade ribeirinha do Tanque (Maraú –BA). Nesse momento, eu perguntei: como os quilombolas e ribeirinhos estavam lidando com relação à proximidade da empresa KNAUF, Antônio Junior (2020) me respondeu o seguinte:

o pessoal ainda não percebe o tamanho da gravidade. Diz, ah isso vai prejudicar, mas não percebe o tamanho do prejuízo porque, assim, ali corre um risco de um rio, né, ser atingido, ser assoreado, ser contaminado, né? E aí tirar a fonte de renda de muitos que é a pesca, né? Corre o risco da perda total da água, né? Corre o risco de fragilizar o solo, porque eles vão cavar por baixo, e pelo que eles disseram eles vão entrar ali tudo por baixo, ali eles vão entrar Pratigi onde der pra entrar eles vão, [sic]... então corre todos esses riscos de o solo ficar frágil, um afundamento. Mas a turma ainda não se atentou muito ainda a isso, então fica meia boca, porque não fica um risco tão visível ainda, como ela ainda não começou... né? Provavelmente vai ter explosões, isso e aquilo, vai danificar casa.... então, tem várias coisas que põe em risco a comunidade, mas a turma ainda, a maioria não se atentou, quem se atentou tenta estar na luta, estar na frente... então isso é importante.

Segundo o representante do CPP, as comunidades da área de abrangência da KNAUF não estão ainda totalmente cientes do que pode vir a ocorrer nas regiões de Barcelos Na verdade, o que percebi quanto ao pessoal do Pratigi é que estes parecem ainda analisar a situação, apesar de que já ocorreram manifestações com relação a essa questão. Segundo a coordenação da AQPM, no Dia Mundial do Meio Ambiente, em 2019, ocorreu uma manifestação em Barcelos do Sul em prol da preservação da natureza, marcada por várias denúncias pelas comunidades tradicionais que vem lutando contra a exploração do gesso pela empresa alemã KNAUF em área próximas às comunidades ribeirinhas e quilombolas. Fizeram parte desse protesto: Pratigi, Matapera, Cassange, Algodões, Ilha do Tanque, Pedra Rasa, Saquaira, além de escolas e do serviço de convivência.

Nessa ocasião, os manifestantes fizeram um abaixo-assinado que tinha como intuito denunciar a empresa ao Ministério Público do Estado da Bahia, para que este tomasse as devidas providências, haja vista que, segundo Júnior do CPP, os manifestantes têm medo do lençol freático secar, pois segundo o geólogo da empresa, a água terá que ser desviada para a extração do gesso. A pergunta que os moradores fazem é a seguinte: como vai desviar a água e colocar no caminho (...) ela pode não voltar mais para Barcelos? E a empresa, segundo as pessoas que conversei, não fez até o momento um relatório técnico sobre esse assunto, além disso, segundo a KOINONIA (2019), a KNAUF chegou nas comunidades, sem realizar consulta e começou a executar atividades extrativistas. No dia do meio ambiente, em 2019, estas entidades se juntaram preocupadas com os impactos ambientais da mineração e os seus reflexos na pesca, agricultura, turismo e nas riquezas naturais da Baía de Camamu.

Nesse dia em que as comunidades se juntaram para defender o meio ambiente e seus territórios percebemos que:

ao mesmo tempo em que há um direcionamento das políticas de Estado em favor dos setores dominantes da sociedade baiana, ocorre na via contrária uma articulação de grupos sociais ligados às classes subalternas, no sentido de fazer frente à manutenção de formas de poder e de exploração do trabalho que impunham aos trabalhadores rurais, prejuízos que comprometiam sua subsistência. (ALVES, 2017, p. 87)

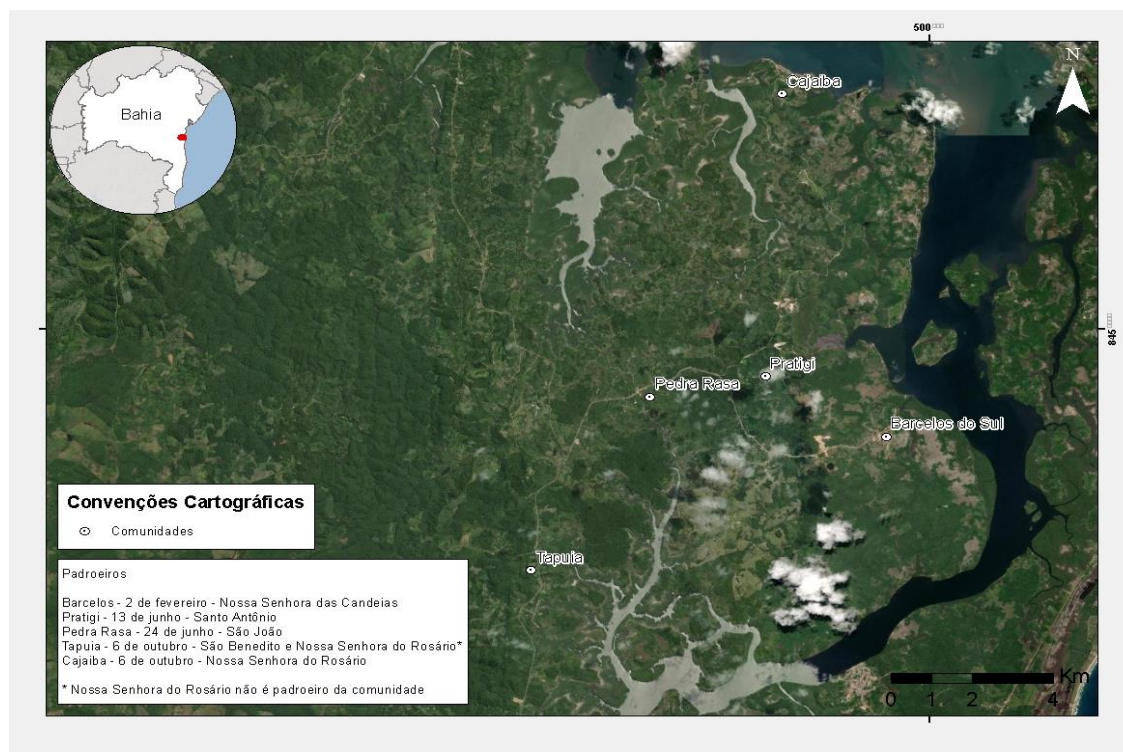
Dentro esses grupos, no caso, da luta contra a KNAUF, foram citadas organizações ligadas às instituições civis e religiosas, como: associações comunitárias e movimentos ligados à Igreja Católica, mas o que mais me chama a atenção é a luta empreendida pelas comunidades. Vemos que, nesse caso, as comunidades se juntaram para combater as políticas que vêm *de fora*. Aurelino Barros me falou que o povo não sabe o que é aquilo, que só vai saber mesmo quando tudo acontecer. Por esse viés, a população, no caso do Pratigi, com base em informações vindas da AQPM e CPP estão reagindo quanto ao problema. Mas se formos pensar a luta das comunidades em conjunto, os fatos que impulsionam essa relação territorial são constituídos através da festa, visto que a circulação ocasionada por essa:

produz uma territorialidade que conduz a uma intensa partilha de territórios, quando, todos os anos e há gerações, estas comunidades se

visitam e compartilham os territórios umas das outras, de modo que, por meio deste sistema, ao longo do tempo, são criados simultaneamente o território de cada comunidade e outro mais amplo, que envolve o conjunto das comunidades e é partilhado por elas. (FILHO et al, p.125)

O relacionamento dessas pessoas através das festas de Santo, em que uma visita a outra nos seus momentos de festividade, de alegria, de diversão, também se criam relações de amizade, de compadrio e, assim, dividem as relações territoriais e, conforme esta relação se aprofunda, os sentimentos intercomunitários desenvolvem-se. Desse modo, eles desenvolvem relações sensíveis e recíprocas. Nessa perspectiva, Filhos *et. al.* (2018) acha que quando há essa relação recíproca de relações festivas entre comunidades étnicas, esta relação serve para forjar reciprocidades mesmo na ausência do Estado. Isso mostra que o relacionamento entre Tapuia, Pratigi, Pedra Rasa e Matapera foi provido através do circuito de festa que existe nesse território geográfico há décadas (ver figura 14); fato que leva as comunidades nos momentos difíceis a se manifestarem em prol da outra, uma vez que já há uma territorialidade construída ao longo dos anos por meio da festa.

Figura 15 - Representação das comunidades que participam diretamente do circuito de festas.



Fonte: Google Maps

Essas comunidades enumeradas na imagem participam efetivamente do circuito de festa, onde se visitam todos os anos reciprocamente dando, desse modo, uma dinâmica dentro do território. Contudo, há outras comunidades que também participam desse circuito de festa, como: Garcia, Porto do Campo, as quais conformam o Sistema de quilombo Sul Camamu. Mas, por questão de proximidade geográfica, estas são as que se fazem mais presentes na festa do Pratigi.

Quando os pratigienses chamam outra comunidade para participar da festa para dançar samba de roda, participar das trezenas, dos torneios de futebol etc., essas comunidades estão se divertindo, mas, também, compartilhando sentimentos que constituem um território, sensibilizando umas às outras quanto à importância desta ligação entre as pessoas, o santo e aquela terra. Isto prepara um sentimento de luta que pode mobilizar todas as comunidades caso seja necessário, pois os sentimentos de solidariedade se fazem comuns e recíprocos, reforçando laços intercomunitários. Foi através dessa relação que as comunidades locais se juntaram para defender os territórios conjuntamente com relação a KNAUF, ou seja, o interesse neste ponto era comum - a defesa do território.

Essa relação se faz intercomunitária e pode se expandir para os movimentos sociais e os políticos partidários. Portanto, a política nas pequenas comunidades vive em intensos fluxos e interesses, por exemplo: ao mesmo tempo em que os prefeitos fazem as relações a partir dos interesses comunitários com os deputados da sua base aliada, o oposto também ocorre, muitas vezes intermediado por cabos eleitorais ou movimentos sociais. Também existem as políticas intercomunitárias feitas somente entre os nativos. Todas essas relações políticas no Pratigi são feitas, sobretudo, a partir das festas de Santo Antônio.

### **3.7 – HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PROTESTANTISMO NO PRATIGI**

Contaram-se os Pratigiense que na casa de Zé Justino ocorriam muitos bailes, era a casa que tinha mais moças solteiras no Pratigi. Ao todo eram sete filhas, e esta é a única

família também de pessoas brancas na sede Pratigiense. As festas na casa de Zé Justino eram, geralmente, quinzenais e as pessoas iam lá para dançar e se *divertir respeitosamente*. *Respeitosamente* quer dizer que as pessoas não brigavam, não tratavam mal o outro, nem assediavam as filhas de Zé Justino. Iam pessoas de várias comunidades, de Barcelos, Tapuia, Ilha Grande, Ponta da Caeira, Pedra Rasa, entre outras. Essas festas ocorreram até início dos anos de 1980.

Nessas festas, Nair, a filha de Zé Justino, começou a namorar com Miguel Barros, neto de Anjo Barros e logo se casaram. Ao se casar com Nair, Miguel entrou em contato com Chico, marido de Das Dores, a irmã de Nair e filha de Zé Justino, que morava na Ilha Grande. Nessa época, Das Dores e Chico, que, segundo informações, tornaram-se evangélicos em Brasília, sensibilizou Miguel e a sua família; Todas as filhas de Zé Justino se converterem e pouco antes da morte de Zé Justino, acabaram-se as festas e praticamente quase todos da família se tornaram evangélicos.

Na década de 1960, Miguel se mudou para a sede municipal, Camamu, a fim de colocar seus filhos para estudar e, já na sede, ele começou a frequentar a Igreja Assembleia de Deus, tornando-se uns dos líderes mais ativos da igreja. Vale observar que, segundo alguns moradores do Pratigi, já nessa época, Miguel Barros aspirava abrir uma igreja no centro do Pratigi ou no Cobico e, conseqüentemente, evangelizar parte do povo Pratigiense, sobretudo, seus irmãos e Dona Emília Barros, sua mãe. Contudo, para com seus familiares, ele não era um evangelizador persistente, deixava que escolhessem se queriam ou não ser evangélicos. Sobre esse ponto, penso eu que nele permaneciam as memórias relacionadas à trajetória de sofrimento dos ancestrais, como também as promessas de Anjo Barros feitas a Santo Antônio para conseguir adquirir um pedaço de terra no Pós-abolição no Brasil. Nesse ponto, Frances Yates compara a memória a uma escrita interior e diz que: “os que conhecem as letras do alfabeto podem escrever o que lhes é dito e ler o que escreveram” (2007, p.23), sendo assim, meu tio Miguel sabia muito bem sobre as memórias dos pratigienses para com o Santo Antônio, haja vista que ele também fazia parte e, de alguma forma, comungava desta, embora estivesse no evangelho naquele tempo; mas outrora, ele já havia vivido muitas coisas boas nas festas a Santo Antônio. Além disso, a infância dele foi vivida no Pratigi, desse modo, ele sabia como é bom, como é divertido e gostoso a sensação da chegada do mês de junho e com ele, as

festas de Santo Antônio. Nesse ponto, conforme Halbwachs (2003, p.93), “são conservadas as memórias coletivas porque no espírito da criança estavam presentes a família [...]”. A família e o Pratiigi traziam a Miguel memórias que o levavam para outro estado além da evangelização do povo pratigiense.

Parto do princípio de que Miguel já sabia que evangelizar os pratigienses correspondia a tentativas em vão, pois os nativos têm grande devoção e não abandonariam o Santo Antônio. Josefa Barros (2020) diz que essa foi uma promessa coletiva, tomar conta do Santo, visto que Anjo Barros pediu próximo à morte para que nós “[...] não desprezásemos Santo Antônio”. Durante a entrevista, Josefa salientou que entre os mais novos, alguns já se tornaram evangélicos, porém, os mais velhos, ninguém até então faz parte dessa religião. Os nativos mais velhos do Centro do Pratiigi e o Santo Antônio se tornaram um forte entrave contra a entrada do protestantismo no Centro do Pratiigi, primeiro, por parte de Miguel Barros que sonhava em implementar uma Igreja em tal localidade e, segundo, pelo que andei ouvindo atualmente: seu filho Nailton segue com a vontade de implantar tal templo dentro do Centro.

Nessas idas frequentes à Igreja, Miguel Barros começou a levar e orientar o seu filho mais velho Nailton Silva no protestantismo. Ao crescer, Nailton estudou e se formou no ensino médio, começando depois a lecionar na escola da sede camamuense, a Escola Municipal Pirajá da Silva, e por anos continuou nesse cargo. Em seguida, ele resolveu se mudar para Feira de Santana-BA, e lá começou a trabalhar de vendedor (trabalho informal), mas sempre frequentando a igreja Assembleia de Deus. Esse êxodo rural que começou a ocorrer a partir dos anos 1960 no Brasil influenciou muito no crescimento da Assembleia de Deus, haja vista que:

a Assembléia de Deus cresceu na medida do crescimento da pobreza na periferia das cidades e do campo. As classes populares são atraídas pelo apoio e solidariedade, pela liberdade de expressão e manifestação religiosa nos cultos e outras reuniões e pelo acesso direto às lideranças. (WULFHORST,1995, p.09)

Ou seja, nessa época e circunstâncias há um alento nas palavras para compensar as circunstâncias políticas partidárias vividas no Brasil. Nesse caso, subjetivamente, tais problemas são amenizados com promessas de um salvador no futuro próximo. Outro fato

é a liberdade de expressão e as manifestações religiosas, visto que essas igrejas no Brasil sempre tiveram abertura em todos os espaços, enquanto as religiões de matriz africana ficam escondidas, sendo cultuadas nos porões, devido ao preconceito e à intolerância religiosa para com estas últimas. Isto posto, segundo Silva (2008,p.173) “ a força dessas expressões religiosas reside exatamente nisso: sabem que, metodologicamente, o ponto de partida para se ter êxito na forma de evangelizar consiste em colocar bastante acento na vida cotidiana dos fiéis” de fato, uma vez que com estas metodologias e apoiado por grande parte dos políticos partidários, sobretudo, a partir dos anos 2000, tais igrejas e seus líderes teriam como tendência o crescimento monetário, uma vez que por motivos individuais e de políticas sociais ou falta delas o único socorro seria a Igreja.

Mais ou menos na década de 2000, surgiu no Brasil um novo modelo de gestão de igrejas protestantes, chamado G 12<sup>38</sup>, que no Brasil passaria a se chamar Movimento Celular ou M-12, implantado pelo ex. pastor da Assembleia de Deus chamado Renê Terra Nova. O modelo foi copiado do pastor colombiano César Castellanos Sominguez, que já o havia importado dos Estados Unidos da América nos anos de 1998. Quando esse modelo de gestão chegou à cidade de Feira de Santana, mudou a vida de Nailton Souza completamente, bem como de outros membros de igrejas. Quanto a isso, a igreja Assembleia de Deus foi radical, visto que a instituição não aceitava que essa nova gestão fosse implantada dentro da política dos seus templos; então, vários pastores estavam sendo expulsos e conseqüentemente formando outras igrejas com esse novo modelo de gestão.

Após um pastor da Assembleia de Feira de Santana ir até o Norte do Brasil saber como funcionava o G 12, na volta, ele foi expulso da sua congregação e, ao ser expulso, fundou a igreja “Boas Novas”. Assim, Nailton ganhou o cargo de Pastor, o qual provavelmente jamais teria conseguido na Assembleia de Deus, mesmo sendo um frequentador assíduo, em razão de que na assembleia, dificilmente, há uma ascensão na hierarquia pastoral.

---

<sup>38</sup> O objetivo da célula é o crescimento e a multiplicação. Assim que a célula atinge a meta de 24 membros, é dividida em duas células de 12 membros, e assim por diante. Isso se aplica em todas as hierarquias dentro da igreja. Para maiores informações: <<https://noticias.gospelmais.com.br/g12-conheca-saiba-modelo-igrejas-evangelicas-23849.html>>. Acesso em: 15/05/2020.



Nailton abriu uma igreja no Cobico, nos dias atuais, para cumprir a vontade do seu pai, Miguel. Não conseguiu abrir na sede do Pratigi porque não há abertura para o protestantismo dentro da comunidade, pois é onde moram os pratigienses mais velhos, os quais não aceitam tal vertente do cristianismo dentro do Pratigi. Então, ele abriu no Cobico, onde a maioria são de jovens. Para entender essa abertura local de implementação da igreja no território pratigiense, primeiro temos que entender a ascensão política de Enoc Silva ao poder político partidário em Camamu.

Enoc Silva é o filho homem mais novo do casal Miguel Barros e Nair Oliveira. Enoc já nasceu em Camamu, na sede municipal. Quando se tornou adulto, resolveu ir morar *fora*, então foi para São Paulo com a sua esposa. No final da década de 1990, retornou a Camamu e começou a trabalhar para Zequinha da Mata, o então prefeito de Camamu. Enoc trabalhava fazendo propagandas em um carro de som que adquiriu com o dinheiro que juntou trabalhando em São Paulo. Posteriormente, já nos anos 2000, ingressou no setor público trabalhando com Zequinha da Mata (PP) como administrador do núcleo escolar rural de Camamu. Em 2012, Enoc se candidatou a vereador pelo PC do B – Partido Comunista do Brasil, mas o apoio das igrejas evangélicas o elegeu.

Conforme Gandra (2005, p.135), o crescimento dessa vertente cristã se deu através “da inserção na política partidária e a presença agressiva nos meios de comunicação de massa [...]” e, isto chamou atenção da população [ a massa], que por pressão social e psicológica, via esses meios, hoje em dia, enchem as igrejas neopentecostais; ou seja, o protestantismo criou tais pautas desde do cenário da política estadual e federal até as micropolíticas nas pequenas cidades, nas quais raramente se encontram discussão ideológica/filosófica partidária entre os eleitores e, estes utilizam pastores para conduzem seus votos sobre algumas relações de trocas e, estas relações, no Pratigi, são feitas através dos interesses pessoais, mas, sobretudo, por meio da amizade, do compadrio e do parentesco. Por exemplo, Enoc Souza, para ganhar a primeira eleição de 2012, não recebeu somente os votos dos evangélicos da sede camamuense, mas sim das comunidades quilombolas, rurais e ribeirinhas, muitas delas sensibilizadas pelo seu pai, Miguel Barros. Em outras palavras, Miguel utilizou o nome da família Barros para conversar com os chefes de família em diversas comunidades locais, como Pratigi, Pedra

Rasa, Tapuia, Outeiro, Cajazeira e etc., para que seu filho se elegeesse vereador municipal em Camamu e, assim chegasse hoje, 2020, à chefia do poder legislativo.

A *política* em si, como elaboram Heredia e Palmeira (2010), é ambígua. Em Camamu-BA, o PC do B, por questões de amizade, de relacionamentos cristãos e políticos, retirou suas pautas progressistas para eleger um evangélico com ideias conservadoras. Contudo, passados alguns anos, começaram as brigas dentro do partido, haja vista que as práticas deste estavam mais acentuadas a partidos de centro direita. Já inserido no cenário político camamuense, Enoc Souza migrou então para o Partido Ecológico Nacional – PEN, que em 2018 se tornaria o Partido PATRIOTA<sup>39</sup>.

Em 2018, a então prefeita Ioná Queiroz (PT), eleita em 2016, teve o seu mandato cassado em julgamento da sessão plenária jurisdicional do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O argumento era que Ioná Queiroz ainda estaria inelegível na data do pleito (2016), com base na Lei da Ficha Limpa, em virtude de sua condenação por abuso de poder econômico na campanha eleitoral de 2008. Consequentemente, a cidade de Camamu passou em 2018 por um novo pleito eleitoral<sup>40</sup>, as eleições suplementares.

Nas eleições de 2020, Enoc ganhou o pleito eleitoral com apoio de parte do PT e do PC do B, pela influência do contingente evangélico dentro de Camamu, pois, de alguma forma, esses partidos de esquerda, penso eu, querem conquistar votos dentro das igrejas evangélicas nos pleitos posteriores, uma vez que a comunidade evangélica tem a tendência a aumentar.

A partir dessa ascensão político-partidária de Enoc Souza, com base nas eleições de 2012 em Camamu, abriu brechas de poder para a investida do protestantismo sobre o Pratigi. Contudo, um dos cabos eleitorais do Pratigi, em conversas do cotidiano, na época da pesquisa de campo para a presente escrita, me falou que não concorda com igrejas evangélicas dentro do Pratigi, porque o povo mais velho não quer e, se alguém quiser *entrar na Igreja*, vai para o Cobico. Por outro lado, ressaltou que, se quiserem colocar *igreja de crente* no Centro do Pratigi, ele não vai brigar.

---

<sup>39</sup> Para maiores informações consultar o site: < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Abril/aprovada-alteracao-do-nome-do-partido-ecologico-nacional-pen>>. Acesso em: 11/05/2020.

<sup>40</sup> Para maiores informações consultar o site: < <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/236482-tse-decide-por-cassacao-de-mandato-de-iona-queiroz-nascimento-prefeita-de-camamu.html>>. Acesso em: 11/04/2020.

No Pratigi, o empecilho da implementação das igrejas evangélicas está na memória ancestral que os mais velhos ainda carregam e respeitam ante a promessa de Anjo Barros a Santo Antônio, uma vez que a terra foi fruto do pacto entre esses dois, como premissa que os Barros nunca deixariam de cuidar do Santo e, como já vimos nos estudos do catolicismo popular, existe um contrato entre o Santo patrono e as comunidades e esta não pode ser quebrada sob pena de ocorrer retaliação. No caso do Pratigi, seria perder as terras.

### **3.8 O PROTESTANTISMO E A TENTATIVA DE NÃO ACEITAÇÃO DO COBIQUIENSE COMO PARTE DO TERRITÓRIO PRATIGIENSE**

Com a implementação, em meados dos anos 2010, da Igreja evangélica no Cobico - unidade territorial pertencente ao território da comunidade quilombola do Pratigi, há, desse modo, provas cabais sobre as tentativas de afirmar a religião protestante dentro do quilombo do Pratigi, há anos, pela família nuclear de Miguel Barros, como foi relatado ao longo da presente pesquisa.

No Pratigi, a implementação da Igreja evangélica só deu certo entrando pelo núcleo territorial do Cobico, cooptando primeiro o núcleo familiar do irmão de Miguel, Zeca Barros. O contato principal para efetivação do protestantismo no Cobico foi feito através de Zé, filho de Zeca Barros, um dos moradores do Cobico, primo de Nailton e Enoc Souza (prefeito) e convertido recentemente ao protestantismo. O templo da igreja evangélica foi construído em meados dos anos 2010.

Quando Miguel Barros ainda era vivo, juntamente com Zé, seu sobrinho, começaram a instalar efetivamente os cultos semanalmente nas residências dos descendentes de Zeca Barros, no Cobico. Nessa época, Zeca, o irmão de Miguel, já havia morrido. Quando vivo, Zeca era devoto de Santo Antônio e dava Caruru todos os anos a Cosme e Damião, então, se ele estivesse vivo, penso eu, seria mais difícil a introdução do protestantismo nas terras pratigienses. Zeca Barros sabia que essas terras foram compradas através da promessa a Santo Antônio e desenvolvidas por meio das relações que foram implementadas através do Santo, como, por exemplo, a primeira igreja e com ela as relações de compadrio e de amizade que foram tecidas através do Santo Antônio e foi o fruto dessa relação entre o Santo e os Barros que se detalhou no território do Pratigi.

Com relação à chegada da Igreja Neopentecostal no Cobico, há rumores correndo dentro do Pratigi, segundo o que percebi em campo, que a maioria da população do Cobico está começando a repudiar pertencer ao Pratigi. Há conversas bem nítidas entre os moradores locais, no sentido de estar havendo uma tentativa de negação por parte de alguns moradores do Cobico a pertencerem ao Pratigi. Sobre esse fato, Carlos Artur<sup>41</sup>, morador do Centro do Pratigi diz: “Pra eles, o Cobico é um e o Pratigi é outro. Eles continuam nessa bestagem deles”. Perguntado se essa tentativa de desligamento do povo do Cobico com o Pratigi seria por causa da implementação da igreja protestante no Pratigi, Carlos Artur (2020) responde que:

[...] foi, foi. Aqui ele nunca botava, porque aqui o povo nunca seguiu... ele nunca conseguiu botar ninguém aqui na religião deles, nunca, nunca; ele lutou, lutou, lutou... e nunca conseguiu. Ele nunca conseguiu botar ninguém aqui, Miguel mesmo não, agora fulano depois que chegou aí dando muito presente, trazendo essas coisas foi que consegui botar o pessoal do Cobico, mas nem todos porque Terezinha, Isaque, esse pessoal de Terezinha mesmo não quer saber. Nem os filhos de Terezinha.

Então, Carlos Artur atesta que isto está acontecendo porque realmente há uma tentativa de fragmentação dos núcleos familiares dentro da família Barros, devido à relação político religiosa, ou seja, a implementação da igreja evangélica. Digo isto porque a instalação de uma Igreja neopentecostal dentro de um território quilombola é, sobretudo, um ato político, apesar de que nas eleições municipais de 2020, tanto os Barros do Centro do Pratigi quanto os do Cobico votaram nas mesmas siglas partidárias, tentando eleger os dois parentes, Zé Barros para vereador e Enoc Souza para prefeito, mas isso não quer dizer que no futuro não ocorra cisões no plano político partidário posto que religião, sobretudo, se trata de política.

Para Bourdieu (2007), existe um “jogo” simbólico entre os agentes de uma sociedade, tal jogo acontece entre posição e situação. Para o autor, esses dois polos estão intimamente ligados. Há uma busca por ascensão de ambas as partes. Essas relações sociais não devem ser olhadas apenas relativamente; pois os agentes se movimentam em busca do firmamento em sua posição. O objetivo é se sobrepor, igualar forças, ou

---

<sup>41</sup> Nessa seção os nomes usados são fictícios, para preservar a integridade familiar, social e moral dos participantes da pesquisa

conseguir os direitos negados. Isto posto, pensar a emergência de um potente fenômeno pós-moderno, onde os sentimentos internos coletivos a percebem como uma unidade política e simbólica e, ao mesmo tempo, sentimentos de alianças que envolvem relações da macro à micropolítica, representadas simbolicamente pela reunião de “irmão” de fé. Ao meu ver, esses supostos irmãos, à medida que adentram cada vez mais a teologia dessas igrejas, perdem mais sua capacidade individual de discernimento, uma vez que toda a alegria e as boas coisas estão em um mundo subjetivo, mundo este que para ser alcançado precisa de um pastor para conduzi-los através da teologia imposta por eles, baseada numa determinada leitura da Bíblia. Desse modo, “a igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, qual seja a de contribuir para a manutenção da ordem simbólica” (BOURDIEU, 2007,p.70).

No caso do Pratigi, o desligamento entre os Barros com Centro do Pratigi e o Cobico está se conformando como uma jogada política dentro do território vindo a partir de outra religião – a neopentecostal, uma vez que no Pratigi é cultuado o catolicismo popular e, além disso, recentemente se tornou quilombola. A respeito disso evoco Gandra (2005, p.138), quando ela diz:

[U]ma das principais características do movimento neopentecostal. [...] é declarar guerra aos cultos afro-brasileiros, o espiritismo e o catolicismo popular, pois, para eles, apresentam caráter demoníaco e que como tal precisam ser combatidos (guerra santa) daí a exacerbação dos ritos de exorcismos tomarem uma parcela significativa de seus cultos.

Ainda:

no plano teológico, caracterizam-se por enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo e seus representantes na terra, por pregar a Teologia da Prosperidade, difusora da crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, e por rejeitar usos e costumes (MARIANO, 2004, p.194).

Para alcançar seus objetivos, os quais segundo os autores mencionados, é necessário invadir o território e fazer o enfretamento pelas brechas e pelos meios mais “francos” e necessários, já que, durante a minha pesquisa, ouvi relatos que esta foi constituída pelo fato de estar dando coisas para os fiéis, como se estivessem sendo

comprados. Carlos Artur descreve o sentido da coisa: “[...] como é aquele (nome do pesquisador)? Aquilo ali é questão de influência, aquilo ali. Como o pastor trazia muita coisa pra dar e tal, que recardava das igrejas de lá. Aquilo ali que era a influência”. Carlos Artur completa dizendo que o pastor não está comparecendo muito ao Cobico e a fé dele é que isso acabe devido a essa ausência. Mas foi engano de Carlos Artur, visto que próximo ao processo eleitoral de 2020, ele estava comparecendo à Igreja todos os dias. Outros pratigienses, entretanto, afirmam que essa tentativa de se emancipar territorialmente é em razão do aumento do índice demográfico do Cobico. Atualmente, todos no Cobico são evangélicos, cerca de 100 pessoas, exceto Terezinha Barros e seu esposo Isaque, que herdaram a parte da frente do Cobico. As pessoas do Cobico, como disse anteriormente, são jovens e trabalham com a agricultura e a pesca.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dei vida a essa dissertação com base no encadeamento entre memória e relações territoriais na comunidade quilombola do Pratigi. O objetivo foi analisar como a comunidade vive e transmite essa memória coletiva, bem como perceber como essas memórias, ao tecer um sentimento comum, tecem uma coletividade que se envolve nas dinâmicas da política partidária, via festa de santo. O foco da análise estava centrado em entender como a memória coletiva dos pratigienses se envolvia com política comunitária e intercomunitária e como essas fomentavam as relações *dentro* e para *fora* do Pratigi. Contudo, no desenrolar da etnográfica, das orientações e da experiência adquirida na prática e na teoria, chegamos a uma melhor abordagem, mais aprofundada. O objeto de estudo visava a coletar maiores significados teóricos para explicar as relações territoriais dos pratigienses, diante disso, busquei entender para além de como a comunidade vive e transmite suas memórias. Desse momento em diante, busquei analisar o que constitui o povo do Pratigi; o que faz os pratigienses serem o que são e quais relações políticas e sociais mantêm com as comunidades à sua volta via festa de santo. Para responder a essa pergunta, observei como os pratigienses vivem e transmitem as memórias coletivas via festa de Santo Antônio.

No caso dos pratigienses, essa política é feita comunitariamente, no processo organizativo da festa e, nos dias da festa com as comunidades ao entorno e, também com os políticos partidários, ou seja, tudo se relaciona com essa festa, desde a fundação do Pratigi até os dias de hoje, isto é visto, sobretudo, na relação territoriais. Por isto a importância da disputa que começa a despontar, entre Cobico e Pratigi, engajando questões de ordem religiosa, afetiva, territorial e política.

A memória coletiva dos Barros é de notória importância porque envolve as relações dos Barros desde a fuga do quilombo em Gandu -BA até os dias atuais. Se essas memórias são divididas entre o esquecido e o lembrado, toda memória cria suas zonas de esquecimento. Vale lembrar que tais memórias esquecidas podem ser acionadas em momentos de interesse, criando assim o que Mello (2012) chamou, em seus estudos na comunidade quilombola de Cambará -RS, de “processo criativo da memória”.

No Pratigi, o esquecido diz respeito à época em que a família Barros ainda vivia no sistema escravocrata, enquanto a lembrada se constitui da época heróica, nas conquistas das terras e dos direitos. Essas memórias pratigienses estão todas encravadas na paisagem do território, formando assim o que Arruti (2006, p.233) chama de “antigas marcas mnemo-territoriais dessa população”, demarcado e constituindo o território do Pratigi. Nessa relação, duas famílias que dividem o território geográfico do Pratigi – os Barros e os Esplanadas, tentam demarcar o território geográfico com nomes específicos de lugares.

Além disso, essas formas de demarcações territoriais se constituem de maneira não singular, como nomes de pessoas; de familiares, etc. Essas inscrições para os *de dentro* mostram a “separação” Inter territorial, sobretudo, geograficamente. No Pratigi há o Porto do Pratigi, o Porto de Antônio, o Poço de Guilherme, o Cabo da Mula, etc. Por outro lado, os da Esplanada tem o Porto da Cajazeira, o Buraco de Carmerinda, o engenho de Carmerinda, o Bar de seu Hélio. Todos esses nomes tem uma história e, desse modo, todo o território, tanto do Pratigi como o da Cabana /Cajazeira para os *de dentro* têm significados que constituem significantes diferentes.

Uma das lembranças mais importantes e que dá vida ao território do Pratigi é a relação dos Barros com o Santo Antônio, o padroeiro do Pratigi, visto que este foi carregado desde Gandu - BA até o Pratigi e, estando no Pratigi, através da sua festa, foi

um dos responsáveis pela sobrevivência dos Barros. Assim contam os antigos do Pratigi, meus parentes mais velhos. A festa de Santo Antônio existe há mais de um século no Pratigi, desde o início foi importante para fazer e manter as relações com a família Justino e da Esplanada, visto que era nessas festas que ocorriam os batismos, as trocas de sementes, etc. Sempre foi também válvula de escape da vida dura e sofrida do trabalho da roça, a festa proporciona alívios e união. Para Perez (2012, p.36), “somos e fazemos coletividade porque produzimos imaginários, como coletividade porque fazemos festas”. Desse modo, esta festa expandiu e, hoje ela compõe um circuito de festa, no que chamei do Sistema de Quilombos Sul Camamuense<sup>42</sup>, a festa de Santo Antônio, nesse caso, proporciona a relação amistosa entre essas comunidades. Conforme Filho (2018), é preciso pensar em ‘circuitos de festas’ a fim de entender o alcance que a circulação destas festas tecem entre tais comunidades ao longo do ano e das várias gerações, na qual são reforçadas as alianças políticas entre essas comunidades. Essas festas estabelecem a circulação contínua de pessoas, comidas, bebidas, ou seja, a festa é quem dá agitação e fluidez ao território. No Pratigi, a organização da festa religiosa de Santo Antônio está a cargo das mulheres que cuidam da Igreja e do Santo; já os homens são cabos eleitorais e os responsáveis pela festa *dançante*. Essas duas festas ocorrem concomitantemente. Segundo Cavalcante e Costa (2019), Alves (2005); Rodrigues e Heinen (2019); Corrêa (2011) é impossível separar a festa profana da religiosa, sobretudo, em comunidades rurais. Outro fato importante é que os organizadores são parentes, em outras palavras, a festa de Santo Antônio, tanto religiosa como profana, depende de um encadeamento comunitário para alcançar certos interesses, tanto pessoal como coletivamente.

A festa de Santo Antônio e a memória coletiva que ela perpetua ganha ressonância e mobilização quando a questão é a defesa ao território. A festa, via o processo organizativo, mostra à população que é necessário se juntar para conseguir certos objetivos, a vista disso, no início dos anos 2000, ocorreu a maior mobilização dos

---

<sup>42</sup> Essas três comunidades são as principais que integram esse circuito de festas, uma vez que estas têm uma maior interação, como dançar samba de roda nos dias das respectivas festas, participação das trezenas todos os anos, maiores relações matrimônios, de compadrio e parentes. Entra nessa relação, de forma não muito intensa, o Porto do campo, este quilombo tem relação próxima de parentesco com os Barros; recentemente, pós reconhecimento quilombola, o Garcia também entra, timidamente nesse hall, por isso chamo aqui a composição dessas comunidades de Sistema Quilombola Sul Camamuense – SQSC, visto que ocorre esse circuito de festa que proporciona movimento dentro desses territórios.



pratigienses, quando eles buscaram por meios do associativismo a territorialização do Pratigi via o Estado.

A partir do acionamento do artigo 68 da ADCT, no que trata das comunidades quilombolas, os pratigienses conseguiram a certificação como quilombola em 2008, mas não conseguiram o título definitivo conforme o Decreto 4.887/2003, com base do art. 68 ADCT, pois houve alguns entraves político-partidários no território de identidade do Baixo Sul da Bahia que afetaram diretamente a política dentro da comunidade quilombola do Pratigi. As consequências surgiram a partir do início da década de 2010, quando empresas mineradoras de areia chegaram na comunidade comprando terras baratas, como também ameaçando os nativos para adquiri-las e, dessa forma, além da violência física e psíquica, causaram também, a maior degradação ambiental de todos os tempos nas terras pratigienses. Desse modo, alguns pontos vitais para sobrevivência dos quilombolas começaram a sofrer impacto, por exemplo: assoreamento dos rios, seca das fontes, desmatamento, como também ocorreram consequências em decorrência da mineração de areia dentro do território, como: poluição do ar através poeira emitida pelos caminhões, poluição auditiva com o barulho de máquina, às vezes, 24 hs / dia, além disso, o tráfego de veículo em alta velocidade com risco de atropelamento de crianças. Outra ameaça ao território.

O que envolve mais comunidades é a chegada da mineradora multinacional Knauf do Brasil para a mineração de gesso (GYPSITA) na região de Barcelos do Sul. Essa causa fez várias comunidades se unirem em prol de explicação mais justa de como seria extraído esse minério, visto que a preocupação dos nativos está relacionada aos impactos socio ambientais que esta pode trazer às comunidades locais.

Como vimos, outro fato de notória importância com relação às lutas que vêm sendo travadas pelos pratigienses é sobre a implementação de uma igreja evangélica em um núcleo territorial pratigiense chamado Cobico. A consequência desse fato, hoje, se faz da seguinte forma: está havendo a tentativa desse núcleo familiar dos Barros reivindicar a desvinculação do território que compõe o Pratigi há séculos, por divergências religiosas. E esta possibilidade está sendo vista pelos pratigienses católicos com muito pesar e tristeza, visto que todos são da mesma família e, sobretudo, porque o Pratigi, hoje, para o Estado, é um quilombo. A semântica do termo “quilombo” traz referências à religião de

matriz africana diante da qual, como atesta Gandra (2005), as Igrejas neopentecostais declaram guerra.

Todas essas relações que faço entre o Pratigi e a memória têm a ver com o Santo Antônio, visto que este está presente em todas as *políticas* ocorridas dentro do Pratigi<sup>a</sup>. A festa, para os pratigienses, pode operar verdadeiros milagres, promovendo, assim, “[...] a renovação moral, recriação do mundo e, por este meio, renovação da aliança entre os membros do grupo que a realiza (FILHO, 2018, p.114).

Finalmente, como busquei mostrar, a festa de Santo Antônio, ajudando a tecer a memória dos pratigienses, cria teias de relações nas quais impõe o ritmo, a movimentação, a oxigenação e a fluidez do território do Pratigi são postos à mostra. Conseqüentemente, a festa transforma essa região de Camamu em um Sistema de comunidades de quilombos articuladas como um circuito de festa, que revigora o território o ano inteiro, visto que as comunidades se visitam na época de suas respectivas festas, criando desse modo, como aponta Filho (2018) uma territorialidade entre as comunidades participantes desse circuito. Tais festas também desempenham papel fundamental nas relações políticas internas e externas na comunidade do Pratigi, bem como em todo o Sistema de Quilombola Sul Camamu – SQSC, dessa mineira, quando surge certos tipos de ameaças ao território, as festas dão condições e conhecimento para a construção coletiva de resistência. São essas relações inter e intracomunitária que definem quem são os pratigienses e o que os mantém sendo o que são.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: pgsca–ufam, 2008.

----- **Conceitos de terras tradicionais ocupadas.** (Palestra – seminário sobre questão indígena). Disponível

em: <[https://mestrado.direito.ufg.br/up/14/o/TERRAS\\_TRADICIONALMENTE\\_OCUP](https://mestrado.direito.ufg.br/up/14/o/TERRAS_TRADICIONALMENTE_OCUP)

[ADAS ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA.pdf?1497272497>](#). Acessado em: 30/08/2019.

ALVES, Isidoro. A festiva devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré. **Estudos avançados**, v.19.n, 54, p. 315-332, 2005

AMARAL, Rita. Para uma antropologia da festa: questões metodológicas-organizativas do campo festivo brasileiro. In: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Org.). **Festa como perspectiva e em perspectiva**. Rio de Janeiro: Gramond, 2012. p. 67 -87.

ANDRADE, Gilciandro Prestes. **A festa de São José operário na comunidade de Terra Preta do Rio Mamuru em Parintins**. Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2016. 113 p. Dissertação (Mestrado Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2016.

ARRRUTI, José Mauricio. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

----- . A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **MANA**, n.3, v.2, p.7-38,1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CALVALCANTE, Ronaldo Bentes; COSTA, Aparecida. Catolicismo popular em Parintins: rupturas e permanências. **Somanlu**, ano 19, n. 1. jan/jun. 2019.

CAMPO, João Silva. **Crônicas da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Ilhéus: Editus, 2006.

CARNEIRO, Ana. A falação dos parentes ou o casamento como acontecimento latente. In: **Questões e dimensões da política**: anais do Encontro dos 20 anos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), COMEFORD, John ; BEZERRA, Marcos Otavio; MOACIR, Palmeira. Moacir (Org). Rio de Janeiro (RJ):

----- . O **povo parente dos Buracos**: sistema de prosa e mexida de cozinha. - Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

-----; DAINESE, Grazielle. Notas sobre diferenças e diferenciações etnográficas do movimento. **Ruris**, v.9, n.1, 2015.

----- . A falação dos parentes ou o casamento como acontecimento latente. In: **Questões e dimensões da política**: anais do Encontro dos 20 anos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), COMEFORD, John; BEZERRA, Marcos Otavio; PALMEIRA, Moacir (Org). Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2017.

----- . Os rumos da prosa: parentes chegados, primos cunhados. Revista de **Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 2, jul/dez, p. 196-215, 2013.

CAVIGNAC, Julie. Um mundo encantado: memória e oralidade no Sertão do Seridó. In: Godoi, E.P.; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CHAVES, Christine de Alencar. **Festas da política**: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/ MG). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.171 p.

COMEFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, território de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CORRÊA, Rosimay. **Festa de Santo**: o pagamento de promessas em Parintins-AM. Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2011. 109 p. Dissertação (Mestrado Pós Graduação em Sociologia). Universidade Federal do Amazonas, 2011.

DIAS, Marcelo Henrique. **Farinha, madeiras e cabotagem**: A Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial. Ilhéus: Editus, 2011.

DUMANS GUEDES, A. Andança, agitação, luta, autonomia, evolução. Sentidos do Movimento e da Mobilidade. Mimeo. 2014. GARCIA JR. A. Terra de Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FILHO, Petrônio M.L; CARDOSO, L.F.C; ALENCAR, Edna. Festas de santo, território e alianças políticas entre comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 13, n. 1, p. 109-128, jan.-abr. 2018. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v13n1/1981-8122-bgoeldi-13-1-0109.pdf>>. Acessado em: 15/12/2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural do collège de france, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GERMANI, Guiomar, Inez; Alcântara, M.D. **Fundos de pasto**: espaço comunais em terras baianas. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

GOLDMAN, Márcio. Quinhentos anos de contato: por uma teoria da (contra) mestiçagem. **MANA**, v. 21, n. 3, P. 641-659, 2015.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória**: um estudo antropológico de ocupação camponesa no Sertão do Piauí. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1993. 208 p. Dissertação (Departamento de Antropologia e Ciências Humanas), Universidade Estadual de Campinas, 1993.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombo**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claroenigma, 2015.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: editora UFMG, Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sindou. São Paulo: Centauro, 2003.

HERZEFELD, Michael. **Intimidade cultural**: poética social no estado-nação. Trad. Marcelo Felix, Lisboa, Portugal. Editora 70, LDA, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, V. IV, n.II, 2000, pp. 333-354.

LIMA, Fábio Batista. **Os candomblés da Bahia**: tradições e novas tradições. Salvador: ARCADIA, 2005.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos avançados**, n.18, v.52, 2004.

----- Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 241p. Resenhado por Valdinei Ramos Gandra. Azusa – **Revista de Estudos Pentecostais**. Disponível em:<

<https://azusa.faculdaderefidim.edu.br/index.php/azusa/article/view/6/5>>. Acessado em: 07/02/2021.

MARINHO, Thais Alves. Territorialidade e cultura entre Kalunga. **Caderno C R H**, Salvador, v. 30, n. 80, p. 353-370, Maio/Ago. 2017

MARQUES, A. C. D. R. Fundadores, ancestrais e inimigos. In: MARQUES, A. C. D. R. *Percurso e Destino. Parentesco e Família no Sertão de Pernambuco e Médio Norte do Mato Grosso*. Livre Docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

-----; VILLELA, Jorge Mattar. O que se diz, o que se Escreve. Etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 48, n.1, 2005.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Outra Amazônia: Os Santos e o catolicismo popular**. **Norte Ciência**, vol. 2, n. 1, p. 1-26, 2011.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscências dos quilombos: território da memória em uma comunidade negra rural**. São Paulo: Editora terceiro nome, 2012.

MENEZES, Renata de Castro. Tradições e atualidades no estudo das festas: uma leitura da *saint besse*, de Roberto Hertz. In: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Org.). **Festa como perspectiva e em perspectiva**. Rio de Janeiro: Gramond, 2012. p. 119 -132.

MESQUITA, Wania. Conversão na folia: o bloco evangélico no espaço do carnaval carioca. In: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Org.). **Festa como perspectiva e em perspectiva**. Rio de Janeiro: Gramond, 2012. p. 105 -119.

O' DWYER, Eliane Cantarino. Remanescentes de quilombo na fronteira amazônica: a identidade como instrumento da luta pela terra. IN: ABA (Org.). **Terra de quilombo**. Rio de Janeiro: ABA, p.121-139, 1995.

----- . Etnicidade e direito territoriais no Brasil contemporâneo. **Nueva época**, Iberoamericana, ano 11, n° 42, pp. 111-126. Junho. 2011. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/41677370?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/41677370?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 28/07/ 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco. Uma etnografia dos “índios misturados” ? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n.1,p.p: 47-77, 1998.

PALMEIRA, M. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, M. (org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

-----; HEREDIA, Beatriz, M, de. **Política Ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2010.

PEREIRA, Luzimar Paulo. Promessa, consideração e trato nas festas de folia em Urucuia-MG. **ANTROPOLÍTICA**, Niterói, n. 31, p. 97-122, 2011.

PERIANO, Mariza. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: PERIANO, Mariza (Org). **O dito e o feito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PEREZ, Léa Freitas. Festas para além da festa. In: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Org.). **Festa como perspectiva e em perspectiva**. Rio de Janeiro: Gramond, 2012. p. 21-42.



PERUTTI, Daniela. **Tecer amizade, habitar o deserto**: uma etnografia do quilombo dos Magalhaes (GO). Universidade de São Paulo (USP), 2015. 266p. Tese (Doutorado Pós Graduação em Antropologia Social). Universidade de São Paulo (USP).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática S.A, 1993.

RATTS, Alecsandro J.P. A voz que vem do interior: intelectualidade negra e quilombo. In: BARBOSA, Lúcia de A. et al (Org) **De preto a afrodescendente**: trajetos de pesquisa sobre relações étnico raciais no Brasil. São Paulo, São Carlos:EDUFSCar,2003.

REIS, Renata Araújo dos. **Sentido do festejar**: encontros, trocas e atualizações na comunidade do Reman. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2018. 145 p. Dissertação (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) Instituto de Humanidades Artes e Ciências Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2018.

RODRIGUES, Donizete; HEINEN, Ingrid. O Devoto e a Santa: o círio de Nossa Senhora das Graças numa comunidade quilombola paraense. **ANTHROPOLÓGICAS**. V.30, n.2, p.174-202, 2019.

SANTANA, Napoliana Pereira. Participação escrava no “sistema de sorte ou giz”: a trajetória do vaqueiro Braz no sertão do São Francisco oitocentista. In: PIRES, M.de. F.N; SANTANA, P.S; SANTOS, P.H.D (Org). **Bahia**: escravidão, pós-abolição e comunidades quilombolas. Salvador: EDUFBA,2018 a.

SANTANA. Uma linha estreita: cor, escravidão e liberdade no recôncavo baiano nas últimas décadas do XIX. In: In: PIRES, M.de. F.N; SANTANA, P.S; SANTOS, P.H.D (Org). **Bahia**: escravidão, pós-abolição e comunidades quilombolas. Salvador: EDUFBA,2018 b.

SANTOS, Lara de Mello. **Resistencia indigna e escrava em Camamu no século XVI**. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2004. 103p. Dissertação (Mestrado pós Graduação em História). Universidade Federal da Bahia (UFBA).

SILVA, David Junior de Souza. O processo de territorialização do quilombo do Rosa, Amapá, Brasil. **Revista de Antropologia – Amazônica**, v. 12, n.1, pp 49 – 85, 2020.

SILVA, Drance Elias. Neopentecostalismo, dinheiro, dádiva e representação social do divino. **Interações - Cultura e Comunidade**, v. 3 n. 3 / p. 169-188 / 2008.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres**: aspectos do catolicismo popular. Natal: IFRN, 2013.

STEIL, Carlos Alberto. Política, etnia e ritual – o Rio das Rãs como remanescente de quilombos. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.16 n.24, p.93-110, 1998.

TEIXEIRA, Joaquim de Souza. **Festa e identidade**. Cavilhão: Artigos lusofia, 2011.


VILELEA, J. L. M; MARQUES, A. C. D. R. **O sangue e a política**: sobre a produção de famílias nas disputas eleitorais no serão de Pernambuco. **Repocs**, v.14, n.27, 2017.

WULFHORST, Ingo. O Pentecostalismo no Brasil. **Estudos Teológicos**, v.35, n.1, p.p 7-20, 1995.

YATES, Frances, A. **A arte da memória**. Trad. De Flávia Bancher, Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2007.

## APÊNDICE

### Apêndice 1 – Certidão reconhecendo o Pratigi como comunidade quilombola

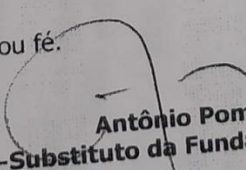
  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988


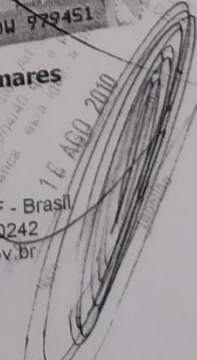
**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**  
**CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.001404/2007-17. **CERTIFICA** que a **Comunidade de Pratigi**, localizada no município de Camamu, Estado da Bahia. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 011, Registro n. 1.001, fl. 17, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO.**

Eu, **Miriam Caetana de Souza Ferreira**, (Ass.).....  
 Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a  
 extral. Brasília, DF, **25 de janeiro de 2008.**

O referido é verdade e dou fé.

  
**Antônio Pompêo**  
 Presidente-Substituto da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
 E-mail: chefladegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

*“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)*

Fonte: pesquisa de campo

